



Relatório e Contas

2014

Allianz Portugal

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.



Seguros de A a Z.

Allianz 

A Allianz Portugal posiciona-se no mercado nacional de forma inovadora, apostando no desenvolvimento de produtos de acordo com as necessidades dos seus Clientes, na expansão da sua rede de distribuição e na constante melhoria da prestação de Serviço. Com a abertura de novos escritórios comerciais, estamos mais perto dos nossos mediadores, que são actualmente mais de 4000 em todo o país.

Com o nosso portfólio de produtos Vida e Não Vida e serviços associados, proporcionamos soluções de valor acrescentado a milhares de pessoas e empresas, reforçadas pela partilha de know-how com um grupo sólido e sustentável como o Grupo Allianz.

Desempenhamos um papel relevante na economia, apoiamos o desporto e a cultura, através de patrocínios ao Surf, Futebol, Golfe, Cinema, Música, entre outros. Somos uma seguradora focalizada no futuro.

Fomos eleitos a “Melhor Grande Seguradora Não Vida” nos prémios “Banca & Seguros” da Revista Exame. A distinção foi atribuída à Allianz após a análise combinada de vários indicadores de performance recolhidos e examinados pela revista Exame, a Informa D&B, a Deloitte e a SIC Notícias.

€ 565,8\* ME

Prémios brutos emitidos

32

Escritórios comerciais

€ 20,036 ME

Resultado líquido

4 968

Agentes

3,9%\*

Quota de mercado

882 835

Clientes

\* Inclui Vida, Não Vida e contratos de investimento.

561

Colaboradores

# Índice

## Órgãos Sociais

- 1 Corpos Sociais no exercício de 2014

## Assembleia Geral Anual

- 2 Convocatória

## Relatório de Gestão

- 4 Enquadramento macro-económico
- 5 Mercado português - Seguros e Fundos de Pensões
- 6 Enquadramento institucional
- 6 Análise das empresas consolidadas
- 6 Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.
- 7 Allianz - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.
- 7 Política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização
- 8 Resultados Consolidados
- 9 Perspetivas para 2015
- 9 Conclusão

## Balanço e Contas de Ganhos e Perdas

- 12 Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2014 e 2013
- 12 Ativo
- 13 Passivo
- 14 Demonstração dos Resultados Consolidados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
- 15 Demonstração do Rendimento Integral Consolidado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
- 16 Demonstrações das Variações do Capital Próprio Consolidado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
- 17 Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

## Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

- 19 Informações Gerais
- 20 Informação por Segmentos
- 21 Base de Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e das Contabilísticas
- 31 Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Ativos de Resseguro
- 38 Passivos por Contratos de Investimento
- 39 Instrumentos Financeiros

- 39 Instrumentos Financeiros
- 45 Interesses que não controlam
- 45 Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem
- 46 Terrenos e Edifícios
- 46 Outros ativos fixos tangíveis
- 47 Afetação dos investimentos e outros ativos
- 47 Ativos intangíveis
- 48 Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo
- 49 Prémios de contratos de seguro
- 50 Comissões e outros proveitos
- 51 Rendimentos/Rédito de investimentos
- 51 Ganhos e perdas realizadas em investimentos
- 52 Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos
- 52 Ganhos e perdas em diferenças de câmbio
- 52 Gastos diversos por função e natureza
- 54 Gastos com pessoal
- 55 Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego
- 58 Imposto sobre rendimento
- 60 Capital
- 60 Reservas
- 60 Resultados por ação
- 60 Dividendos
- 61 Transações entre partes relacionadas
- 62 Compromissos Financeiros
- 62 Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores
- 62 Outras informações
- 63 Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas
- 68 Gestão de Riscos na Allianz Portugal

## Títulos e Participações

- 77 Inventário de Títulos e Participações Financeiras

## Parecer do Conselho Fiscal

- 85 Relatório e Parecer do Conselho Fiscal sobre as Contas Consolidadas em 2014

## Certificação

- 90 Certificação Legal das Contas Consolidadas

# Órgãos Sociais

## Corpos Sociais da Allianz Portugal no Exercício de 2014

### Conselho de Administração

Vicente Tardio Barutel  
Presidente

Teresa Margarida Tudela Mira Godinho  
Administradora-Delegada

Helga Jung

Administradora

Ivan de La Sota Duñabeitia

Administrador

José Pena do Amaral

Administrador

António Domingues

Administrador

António Alberto Retto Frias Couto Leitão

Administrador

### Revisor Oficial de Contas

Kpmg & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas S.A., representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado  
Revisor Oficial de Contas

Fernando Gustavo Duarte Antunes

Suplente

### Mesa da Assembleia-geral

João Vaz Serra de Moura

Presidente

Luís Carlos Melo Antunes Ferreira

Secretário

### Conselho Fiscal

José Vaz Serra de Moura

Presidente

Diogo Inácio Vadre Castelino e Alvim

Vogal

Isaque Marcos Lameiras Ramos

Vogal

Miguel Moura Elias

Membro suplente

# Assembleia Geral Anual

## Convocatória

São convocados os Acionistas da Companhia de Seguros ALLIANZ PORTUGAL, S.A., matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 2977 e com o capital social de € 39.545.400, titular do cartão de pessoa colectiva n.º 500.069.514, para reunir em Assembleia Geral Anual, na Rua Andrade Corvo, n.º 32, no próximo dia 24 de março de 2015, pelas 11:00 horas, com a seguinte Ordem dos Trabalhos:

1. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e as Contas da Sociedade, tudo relativo ao Exercício de 2014, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
2. Deliberar sobre a proposta de aplicação dos resultados;
3. Deliberar sobre o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço e os demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2014, bem como sobre o respetivo relatório e parecer dos Órgãos de Fiscalização;
4. Eleição dos Corpos Sociais, do Secretário da Sociedade e da Comissão a que se refere o artigo 20º dos estatutos, para o triénio 2015/2017.
5. Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade;

Ficam à disposição dos Senhores Acionistas, a partir do 15º dia anterior à data da Assembleia, os elementos de informação previstos no artigo 289º do Código das Sociedades Comerciais. É igualmente colocado à disposição dos Senhores Acionistas, a partir da data de publicação da convocatória, o texto integral das alterações propostas aos Estatutos da Sociedade.

Podem participar na Assembleia todos os Acionistas possuidores de pelo menos 100 ações, que até dez dias antes da data designada para a Assembleia as tenham registadas em seu nome, ou depositadas quer na sede da Companhia, quer em Instituição de crédito. Cada 100 ações dão direito a um voto.

Os Acionistas podem fazer se representar por outro Acionista ou pelo cônjuge, ascendente ou descendente, ou por um membro do Conselho de Administração.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2015

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral  
Dr. João Carlos Vaz Serra de Moura



**Relatório de Gestão**  
Companhia de Seguros Allianz Portugal

# Relatório Consolidado do Conselho de Administração

## Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.

Senhores Acionistas,

Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício de 2014.

O perímetro de integração abrange as seguintes empresas:

- Empresa-mãe: Companhia de Seguros Allianz Portugal, S. A.
- Empresa incluída: Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

A inclusão é feita pelo método de integração global.

### 1. Enquadramento Macro-Económico

O crescimento da economia global em 2014 continuou a ser dececionante e aquém das expetativas das previsões efetuadas no início do ano. Apresentando evoluções distintas, as principais economias mundiais obtiveram no seu todo ritmos de crescimentos fracos e abaixo dos verificados aquando da crise financeira de 2008.

Na Zona Euro, a economia recuperou ligeiramente mas o crescimento foi ainda demasiado frágil comparativamente aos EUA e Reino Unido, para que se possa considerar uma retoma sustentada.

O menor crescimento na Zona Euro é justificado pela evolução das três principais economias, Alemanha, França e Itália, mais afetadas com o enfraquecimento de algumas economias desenvolvidas e emergentes, bem como pela situação geopolítica internacional, principalmente as tensões com a Rússia.

No entanto no final do ano a economia Alemã fez acelerar a economia na Zona Euro, com um crescimento que foi o dobro do previsto após dois trimestres de crescimento quase nulo.

Esta evolução contribuiu para que, no último trimestre, o conjunto das economias da Zona Euro tivesse tido uma evolução mais positiva.

Nos EUA e Reino Unido, a retoma que se iniciou em 2013 continuou a intensificar-se com a manutenção de uma forte procura interna, a recuperação sustentável do mercado de trabalho e uma política monetária extremamente favorável.

O crescimento dos mercados emergentes teve uma evolução negativa, consequência da desaceleração do crescimento na China, da queda dos preços do petróleo e também por diversos fatores estruturais e particulares de cada uma das economias.

A conclusão em meados do ano do programa de assistência económica e financeira, acordado em maio de 2011 entre as autoridades portuguesas e a Troika, constituiu um momento importante da evolução da economia portuguesa. Durante o período em que este programa decorreu verificaram-se evoluções positivas ao nível da correção de um conjunto significativo de desequilíbrios macroeconómicos que afetavam a nossa economia e foram implementadas medidas de caráter estrutural em diversas áreas. O ano de 2014 fica igualmente marcado pelo regresso da economia portuguesa ao crescimento, após três anos seguidos de contração.

O PIB na zona Euro cresceu 0,3% no quarto trimestre de 2014, comparativamente com o trimestre anterior e 0,9% em relação a igual período de 2013. Para esta expansão contribuíram os crescimentos verificados no último trimestre do ano no PIB nas economias da Alemanha e Espanha, que foi em ambos os casos de 0,7%.

Nos EUA verificou-se igualmente um crescimento de 0,7% do PIB no último trimestre do ano, comparativamente ao trimestre anterior, e de 2,5% face ao mesmo período de 2013.

Após uma redução de (-1,4%) do PIB em 2013, a economia portuguesa cresceu 0,9% ao mesmo ritmo que a Zona Euro, sendo que

este crescimento se deveu principalmente à recuperação da procura interna.

No último trimestre do ano verificou-se no entanto uma desaceleração da evolução do PIB em Portugal, que registou um aumento de 0,5% face ao trimestre anterior e de 0,7% em termos de variação homóloga (menos 0,4 pontos percentuais face aos 1,1% atingidos no terceiro trimestre), que ficou a dever-se à diminuição do consumo privado.

No final de 2014 a taxa de desemprego baixou face ao ano anterior, tendo-se situado nos 13,4% (15,2% em 2013), 2,0 p.p acima da taxa da zona euro, que foi de 11,4% (11,8% em 2013). A taxa de inflação anual situou-se abaixo de zero, nos (-0,3)%, menos 0,5 p.p que no ano anterior e quase igual à da taxa da zona Euro (-0,2%). No que se refere aos resultados da execução orçamental, a receita fiscal do Estado registou, no período compreendido entre janeiro e novembro de 2014, uma variação homóloga de (+6,2%), que resultou do aumento da coleta dos impostos diretos e indiretos. Do lado da despesa verificou-se uma redução de (-2,4%) em relação ao período homólogo, devido à redução das despesas com o pessoal. Assim, o défice do Estado ascendeu a €6.420 milhões, valor inferior em €2.766 milhões ao estimado no relatório do orçamento do Estado para 2014.

## 2. Mercado Português - Seguros e Fundos de Pensões

Em 2014 o sector segurador teve novamente um acréscimo do volume de prémios de 9,1%, embora de menor expressão do que o do ano anterior que foi de 20,1%.

A produção total do sector foi de 14,3 mil milhões de euros, representando cerca de 8,3% do PIB português. Face ao ano anterior verificou-se um aumento de 1,2 mil milhões de euros no total da produção e um acréscimo do peso desta no total do PIB de 0,6 p.p.

O crescimento do mercado foi impulsionado pelo ramo Vida, que teve um aumento de 12,9% face a 2013, passando a representar 73,0% da produção total. A evolução positiva deste segmento do mercado foi contudo inferior ao acréscimo verificado no ano anterior de 33,5%.

No caso do segmento Não Vida verificou-se um ligeiro decréscimo de (-0,2%) comparativamente ao ano anterior, no entanto importa salientar que foi a melhor evolução dos últimos anos, considerando as quebras sucessivas que ano após ano se têm verificado, nomeadamente em 2013 e 2012, que foram respetivamente de (-3,2%) e (-3,5%).

A Bancassurance continuou, em Vida, a ser o maior canal de distribuição, aumentando o seu peso para 82,3% face a 78,6% em 2013. Nos ramos Não Vida este canal aumentou igualmente o seu peso, representando agora cerca de 16,3% (face a 15,6% em 2013).

No segmento Vida registou-se igualmente um crescimento significativo dos PPR, que tiveram um acréscimo de 58,2% face a 2013. Já no que se refere aos produtos de risco verificou-se um ligeiro decréscimo de (-0,5)%.

No segmento Não Vida, verificou-se um aumento do volume de prémios nos ramos de Saúde com 3%, Acidentes de Trabalho com 0,9%, Acidentes Pessoais com 1,9% e Multiriscos Habitação com 1,3%. Em sentido contrário registou-se uma quebra no ramo Automóvel (-1,8%).

Os ramos de Saúde e Acidentes de Trabalho tiveram uma evolução positiva nos seus níveis de produção. No primeiro caso trata-se de um crescimento sustentado ao longo dos últimos anos e que traduz a importância que este seguro tem cada vez mais no nosso País. No segundo caso é de realçar que é a primeira vez que o ramo de Acidentes de Trabalho regista um crescimento, nos últimos 9 anos.

Apesar do aumento do número de veículos seguros, o ramo automóvel sofreu novamente uma quebra no seu volume de produção, embora menos expressiva do que nos últimos dois anos, decorrente da degradação do prémio médio por veículo.

Relativamente ao mercado dos Fundos de Pensões, no final de 2014 o valor sob gestão de fundos ascendia a 17.078M€, o que representa um acréscimo de 13%, comparativamente ao ano anterior.

No final do ano de 2014, a distribuição do volume de ativos sob gestão por categorias era a seguinte: Fundos Fechados (15.227M€), Outros Fundos Abertos (1.429M€), Fundos PPR (421M€) e Fundos PPA (2M€).

Face ao ano anterior as contribuições para os fundos registaram um aumento de 132%.

### 3. Enquadramento Institucional

Durante o ano de 2014 foram introduzidas alterações legislativas relevantes, nomeadamente:

- Lei 13/2014 de 14 de março, que estabeleceu alterações ao Orçamento de Estado para 2014;
- Lei 27/2014 de 8 de maio, que aprovou alterações ao Código do Trabalho;
- Lei 47/2014 de 28 de julho, que estabeleceu o regime jurídico da defesa dos consumidores;
- Lei 48-A/2014 de 31 de julho, que prorrogou o prazo de suspensão dos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho;
- Lei 55/2014 de 25 de agosto, que aprovou novas alterações ao Código do Trabalho;
- Lei 72/2014 de 2 de setembro, que aprovou alterações ao Estatuto dos Benefícios Fiscais;
- Lei 82-A/2014 de 31 de dezembro, que aprovou as Grandes Opções do Plano para 2015;
- Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2015;
- Lei 82-C/2014 de 31 de dezembro, que alterou o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
- Lei 82-E/2014 de 31 de dezembro, que procedeu à reforma da tributação das pessoas singulares;
- Decreto-Lei 24/2014 de 14 de fevereiro, que transpôs a Diretiva Europeia relativa aos direitos dos consumidores e dos Contratos à distância;
- Decreto-Lei 88/2014 de 6 de junho, que alterou o Código dos Valores Mobiliários;
- Decreto-Lei 91/2014 de 20 de junho, que transpôs a Diretiva Europeia referente à supervisão das entidades financeiras dos conglomerados financeiros e altera o Decreto-Lei 94-B/98 que regula o regime de acesso e exercício da atividade seguradora;
- Decreto-Lei 125/2014 de 18 de agosto, que aprovou os Estatutos da Autoridade da Concorrência;

Citam-se também alguns dos documentos normativos mais importantes, emitidos pelo Instituto de Seguros de Portugal:

- Normas nº 2/2014 – R, de 30 de janeiro, que alterou o regime da determinação das margens de solvência e fundo de garantia das seguradoras;
- Norma nº 6/2014 - R, de 9 de outubro: que estabeleceu os princípios e métodos aplicáveis ao cálculo da solvência corrigida de uma empresa de seguros integrada num grupo segurador;
- Cartas-circular nº 1 e 2/2014, de 26 de março e 25 de julho: que divulgaram novas regras referentes à prevenção do Branqueamento de Capitais.
- Circular 5 /2014 de 12 de dezembro, que estabeleceu regras para a aplicação do regime Solvência II.

### 4. Análise das Empresas Consolidadas

#### 4.1 Companhia de Seguros Allianz Portugal S. A.

O resultado líquido do exercício de 2014 é de 20.040.581,06 €, inferior em 33,2% ao verificado em 2013, decorrente da desaceleração dos resultados do negócio Não Vida.

A evolução do volume de prémios total (incluindo os contratos de investimento classificados como instrumentos financeiros), foi mais um ano positivo, tendo-se verificado um acréscimo de 3,9% face ao ano anterior. Este crescimento foi inferior aos valores do mercado, que cresceu 9,1%, mais uma vez fortemente impulsionado pelo negócio Vida.

O aumento do volume de prémios da Companhia distribuiu-se pelos segmentos de negócio da seguinte forma: um acréscimo de 6,3% em Vida e de 2,1% em Não Vida. O crescimento em Vida ficou aquém do mercado, que cresceu 12,9%, mas fundamentalmente nas empresas associadas a bancos. O ramo Não Vida apresenta um crescimento superior ao mercado, dado que este teve uma ligeira quebra de (-0,2%).

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 1,2% em comparação com o ano anterior. Assim, no final do ano o número de apólices chegou aos 1.639.625. O aumento em Não Vida foi de 2,7% e em Vida registou-se uma redução de (-3,4%).

O número de clientes teve um aumento de 1,7% comparativamente ao ano anterior, atingindo os 882.835 no final de 2014.

Os resultados financeiros foram ligeiramente inferiores (-1,8%) em comparação com o ano anterior, devido à diminuição dos rendimentos financeiros que sofreram o impacto da redução das taxas de juro.

A cobertura das provisões técnicas aumentou 1.4 p.p., verificando-se uma estabilidade na cobertura das provisões técnicas, na sequência da melhoria de alguns indicadores macroeconómicos com repercussão no desenvolvimento dos mercados financeiros.

Ao nível da margem de solvência, o rácio atingiu no final do ano de 2014 o valor de 269,46%. Em 2013 este rácio apresentava um valor de 267,53%.

✓ Os Capitais Próprios totalizam 267,348 M€, apresentando uma diminuição de (-6,579M€) face ao ano anterior, devido à diminuição dos resultados líquidos e aos pagamentos de dividendos realizados no ano de 2014.

#### 4.2 Allianz – Sociedade Gestora De Fundos De Pensões, S.A.

No exercício de 2014 apurou-se um resultado líquido negativo de € 17.312,99 contra € 8.394,75, positivo no ano anterior, o que representa um decréscimo face ao ano anterior de € 25.707,74.

O resultado operacional passou de € 27.690,24 negativo em 2013 para € 20.961,71 igualmente negativo em 2014, o que representa um aumento de € 6.728,53, explicado pelo aumento de 7,7% da prestação de serviços referente às comissões cobradas aos Fundos de Pensões.

No que se refere aos resultados financeiros, estes cifraram-se em € 4.729,14 contra € 37.199,09 em 2013, o decréscimo do resultado é explicado principalmente pelo reajustamento dos títulos em carteira e a diminuição dos juros obtidos.

Quanto à atividade da Allianz, SGFP em 2014, no valor dos fundos geridos verificou-se um ligeiro decréscimo face ao ano anterior passando de € 29.670.195,42, para € 29.194.236,73, tendo sob gestão 4 fundos fechados e 1 fundo aberto com várias adesões coletivas e individuais.

A rentabilidade média dos fundos foi positiva, sendo de 6,27%, naturalmente variável de fundo para fundo em função da estrutura da carteira e da respetiva liquidez.

#### 5. Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Esta declaração expressa os princípios gerais que regem a estrutura de remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas.

Relativamente ao Conselho de Administração, apenas é remunerado o Administrador-Delegado, sendo essa remuneração definida pela Comissão de Remunerações da Sociedade.

A remuneração é fixada tendo em conta a necessidade da mesma ser competitiva face à atividade da Sociedade e ao mercado onde a mesma está inserida, sempre com o objetivo de atrair os melhores valores e de permitir que a Sociedade possa beneficiar dos serviços de profissionais da mais elevada qualidade.

A remuneração é composta de uma remuneração fixa e uma remuneração variável. A remuneração variável é definida tendo em conta um conjunto de objetivos que são previamente fixados no início do período em avaliação. Esses objetivos dividem-se em objetivos financeiros da própria sociedade e objetivos individuais do administrador, que se encontram naturalmente alinhados uns com os outros. No final do período anual, é avaliada qual a percentagem de cumprimento dos objetivos fixados e, com base no

resultado dessa avaliação, é determinada a remuneração variável a pagar. Para 2014 o valor máximo a pagar poderia atingir os 150% da remuneração fixa.

O pagamento de parte da remuneração variável é diferido no tempo por um período de 3 anos, com objetivos definidos para esses três anos e só após a avaliação do cumprimento desses objetivos, no final do período, é que se processa o respetivo pagamento.

Os mecanismos existentes relativamente à ligação da remuneração variável ao desempenho da empresa estão refletidos no próprio sistema de remuneração variável que, conforme foi referido acima, está sempre dependente do cumprimento de objetivos económicos e financeiros da sociedade, pelo que caso o desempenho da sociedade não seja adequado, a remuneração variável sofrerá a respetiva redução ou mesmo anulação.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por três membros que recebem uma remuneração fixa anual definida tendo em conta as obrigações inerentes às funções desempenhadas e à responsabilidade das mesmas.

Os valores pagos no ano de 2014 aos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, no âmbito das respetivas funções, foram os seguintes:

#### Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.

##### Conselho de Administração

	2014
Teresa Margarida Tudela Mira Godinho	366.220,00 €
Ivan José de la Sota Duñabeitia	0,00 €
Vicente Tardio Barutel	0,00 €
Helga Jung	0,00 €
António Domingues	0,00 €
José Pena do Amaral	0,00 €
António Alberto Retto Frias Couto Leitão	0,00 €

##### Conselho Fiscal

	2014
José Vaz Serra de Moura	7.380,00 €
Diogo Inácio Vadre Castelino Alvim	6.150,00 €
Isaque Marcos Lameiras Ramos	6.150,00 €

##### Conselho de Administração

	2014
KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.	193.410,00 €

##### Allianz – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.

	2014
Conselho de Administração	0,00 €
Conselho Fiscal	1.596,04 €

## 6. Resultados Consolidados

O resultado líquido consolidado do exercício de 2014 atribuível aos acionistas é de € 20.038.710, inferior em cerca de 33,2% ao registado em 2013 de € 29.987.736. Para esta variação contribuiu o decréscimo dos resultados do negócio Não Vida

## 7. Perspetivas para 2015

As previsões apontam para que em 2015 a atividade económica continue a recuperar, ainda que de forma moderada e impulsionada pelas principais economias EUA, UEM e Japão. A evolução das economias dos países emergentes deverá ser condicionada pela redução do preço do petróleo, prejudicando os países exportadores desta matéria-prima. Os principais riscos que podem condicionar a evolução do crescimento global são a instabilidade política que se verifica em diversas zonas do Globo, o sucesso das medidas de combate à deflação na Europa e o impacto da alteração da política da Reserva Federal nos mercados financeiros.

Na Zona Euro as perspetivas são otimistas, suportadas pelo impacto positivo que a queda dos preços do petróleo, as políticas monetárias mais expansionistas por parte do BCE e as políticas orçamentais menos restritivas terão no aumento da procura interna. Os principais riscos são de natureza política, nomeadamente os impactos dos resultados das eleições legislativas nos países periféricos, particularmente o caso da Grécia onde se registou a vitória de uma força partidária radical e as tensões existentes entre a Rússia e a Ucrânia.

Nos EUA as previsões apontam para um crescimento superior ao verificado em 2014, alavancado pela melhoria sustentada do mercado de emprego e a redução dos níveis de endividamento das empresas do setor privado. A possível retirada dos estímulos monetários por parte da Reserva Federal constitui o principal fator de risco que poderá provocar turbulência nos mercados financeiros e ter um impacto negativo no crescimento económico.

No que se refere às Economias dos Países emergentes as perspetivas são mistas, mais favoráveis para os países importadores de petróleo do que para os exportadores, por outro lado os países da América Central e o México poderão ter um impacto positivo caso se confirme as previsões de crescimento nos EUA.

Em Portugal, as expectativas são a de que se verifique um aumento do ritmo da expansão do crescimento económico, sustentado por uma aceleração do consumo interno, do investimento e das exportações. Os principais desafios que se colocam à economia portuguesa estão principalmente relacionados com a evolução das economias externas e fatores de ordem política quer externos, quer internos (eleições legislativas no final de 2015). A médio prazo o sucesso da nossa economia irá depender da capacidade para assegurar um crescimento sustentado do produto, que permita manter um financiamento dos mercados com normalidade e reduzir o elevado nível de desemprego.

Para 2015 prevê-se uma fraca procura no mercado interno dos fundos de pensões, tendo em conta o pequeno crescimento da economia, as empresas e os particulares irão adiar a constituição de complementos de pensões privados.

De forma a dar resposta à procura de complementos de reforma privados continuamos a apostar na comercialização do fundo de pensões aberto.

## 8. Conclusão

Em 2014 a Allianz Portugal retomou o crescimento no negócio Não Vida e manteve um crescimento superior ao do Mercado que, apesar de ter tido uma evolução positiva, continuou ainda que ligeiramente em contração.

A evolução positiva do volume de prémios permitiu que, em 2014, a Allianz Portugal subisse mais uma posição no ranking, sendo agora o terceiro maior grupo segurador a operar no Mercado Português.

No final do ano e como demonstração da sua boa performance e qualidade dos seus serviços, a Companhia foi considerada pela revista Exame a melhor grande seguradora Não Vida.

No seguimento dos anos anteriores a Allianz Portugal continuou a alargar a sua cobertura geográfica, tendo reforçado a sua base de agentes e procedido à abertura de mais dois novos escritórios comerciais.

De forma a proporcionar aos seus colaboradores, mediadores, clientes e prestadores de serviços, processos mais simples e ferramentas mais eficazes e considerando a inovação como um fator preferencial de diferenciação do Mercado, a Companhia continuou a desenvolver o seu projeto digital.

Relativamente ao envolvimento dos trabalhadores gostaríamos de salientar que foi realizado um Inquérito Global de Clima Organizacional, comum a todo o Grupo Allianz, sendo que a Allianz Portugal conseguiu atingir um excelente nível de participação (95%) superando os 94% obtidos em 2013, e (+ 11 p.p) acima do Grupo Allianz que registou uma taxa de 84%.

Ao nível do Índice de Satisfação e de Capacidade de Desempenho os resultados obtidos foram em ambos os casos de 84%. No

primeiro caso os resultados foram inferiores em (-4p.p) aos registados no ano anterior e no segundo foram iguais. É ainda de realçar o facto de a Allianz Portugal ter mais uma vez superado significativamente os resultados atingidos pelo Grupo Allianz, quer ao nível do índice de Satisfação (+12p.p), quer ao nível do índice de Capacidade de Desempenho (+ 11 p.p).

A rentabilidade média dos fundos sob gestão da Allianz Sociedade Gestora de Fundos de Pensões melhorou, face a 2013, 2,9pp.

Os nossos agradecimentos a todos os Colaboradores pelos resultados obtidos nas suas áreas de responsabilidade.

É igualmente relevante o apoio que recebemos dos dois acionistas, o Grupo Allianz e o Grupo BPI, para que os programas de longo prazo sejam implementados e contribuam para o aumento do valor da Allianz Portugal.

O nosso agradecimento, ainda, ao Conselho Fiscal, à KPMG – nosso auditor e Revisor Oficial de Contas, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pela colaboração e a capacidade de resposta demonstradas.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2015

O Conselho de Administração

Teresa Margarida Tudela Mira Godinho, Administradora-Delegada  
Vicente Tardio Barutel, Presidente

Helga Jung  
Ivan José de la Sota Dunabeitia

José Pena do Amaral  
António Domingues  
António Alberto Retto Frias Couto Leitão



**Balanço e Contas de Ganhos e Perdas**  
Companhia de Seguros Allianz Portugal

# Balanço Consolidado

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ATIVO	Notas	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	8	<b>21.616.981</b>	-	<b>21.616.981</b>	<b>17.167.258</b>
<b>Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos</b>		-	-	-	-
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	6.1	<b>501.013</b>	-	<b>501.013</b>	<b>373.445</b>
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	6.1	<b>916.091</b>	-	<b>916.091</b>	<b>15.751.051</b>
<b>Derivados de cobertura</b>		-	-	-	-
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>	6.1	<b>1.066.274.188</b>	-	<b>1.066.274.188</b>	<b>1.013.213.933</b>
<b>Empréstimos concedidos e contas a receber</b>	6.2	<b>7.845.501</b>	-	<b>7.845.501</b>	<b>2.177.166</b>
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		1.888.312	-	1.888.312	2.177.166
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		5.957.189	-	5.957.189	-
<b>Investimentos a deter até à maturidade</b>	6.3	-	-	-	-
<b>Terrenos e edifícios</b>	9	<b>56.716.983</b>	<b>3.519.581</b>	<b>53.197.402</b>	<b>53.747.070</b>
Terrenos e edifícios de uso próprio		25.012.383	3.519.581	21.492.802	21.901.470
Terrenos e edifícios de rendimento		31.704.600	-	31.704.600	31.845.600
<b>Outros ativos tangíveis</b>	10	<b>20.878.366</b>	<b>15.729.254</b>	<b>5.149.112</b>	<b>5.283.214</b>
<b>Inventários</b>		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
<b>Outros activos intangíveis</b>	12	<b>9.139.489</b>	<b>8.129.490</b>	<b>1.009.999</b>	<b>1.182.715</b>
<b>Provisões técnicas de resseguro cedido</b>	4.1	<b>29.524.247</b>	-	<b>29.524.247</b>	<b>32.264.141</b>
Provisão para prémios não adquiridos		20.294.512	-	20.294.512	19.947.429
Provisão matemática do ramo vida		-	-	-	-
Provisão para sinistros		9.229.735	-	9.229.735	12.316.712
Provisão para participação nos resultados		-	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
<b>Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</b>	23	-	-	-	<b>1.173.723</b>
<b>Outros devedores por operações de seguros e outras operações</b>	37.2	<b>75.312.981</b>	<b>9.683.694</b>	<b>65.629.287</b>	<b>72.989.212</b>
Contas a receber por operações de seguro direto		35.981.181	1.023.456	34.957.725	29.848.529
Contas a receber por operações de resseguro		922.535	312.191	610.344	1.008.708
Contas a receber por outras operações		38.409.265	8.348.047	30.061.218	42.131.975
<b>Ativos por impostos e taxas</b>	24	-	-	-	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
<b>Acréscimos e diferimentos</b>		<b>71.622</b>	-	<b>71.622</b>	<b>185.270</b>
<b>Outros elementos do ativo</b>		-	-	-	-
<b>Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		-	-	-	-
<b>TOTAL ATIVO</b>		<b>1.288.797.462</b>	<b>37.062.019</b>	<b>1.251.735.443</b>	<b>1.215.508.198</b>

# Balanço Consolidado

## em 31 de dezembro de 2014 e 2013

### PASSIVO

<b>Provisões técnicas</b>	4.1	<b>512.792.853</b>	<b>516.019.615</b>
Provisão para prémios não adquiridos		74.903.945	74.128.349
Provisão matemática do ramo vida		162.371.418	162.248.244
Provisão para sinistros		-	-
De vida		16.774.420	20.913.590
De acidentes de trabalho		122.227.967	117.480.613
De outros ramos		104.316.987	111.854.076
Provisão para participação nos resultados		18.199.334	14.032.795
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		449.823	2.215.036
Provisão para desvios de sinistralidade		11.291.310	10.143.866
Provisão para riscos em curso		2.257.649	3.003.046
Outras provisões técnicas		-	-
<b>Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento</b>	5	<b>382.975.148</b>	<b>350.533.378</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	6.4	<b>1.165.683</b>	<b>3.578.015</b>
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		1.165.683	3.578.015
Outros		-	-
<b>Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo</b>	23	<b>1.375.900</b>	-
<b>Outros credores por operações de seguros e outras operações</b>	37.3	<b>34.617.945</b>	<b>36.654.061</b>
Contas a pagar por operações de seguro direto		4.417.478	4.645.751
Contas a pagar por operações de resseguro		8.057.517	6.296.517
Contas a pagar por outras operações		22.142.950	25.711.793
<b>Passivos por impostos e taxas</b>	24	<b>34.767.695</b>	<b>18.048.519</b>
Passivos por impostos (e taxas) correntes		12.376.746	13.642.838
Passivos por impostos diferidos		22.390.949	4.405.681
<b>Acréscimos e diferimentos</b>	37.1	<b>14.209.485</b>	<b>13.667.560</b>
<b>Outras provisões</b>	13	<b>2.308.403</b>	<b>2.887.145</b>
<b>Outros elementos do passivo</b>		-	-
<b>Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda</b>		-	-
<b>TOTAL PASSIVO</b>		<b>984.213.112</b>	<b>941.388.293</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>		-	-
<b>Capital</b>	25	<b>39.545.400</b>	<b>39.545.400</b>
<b>(Ações Próprias)</b>		-	-
<b>Outros instrumentos de capital</b>		-	-
<b>Reservas de reavaliação</b>	26	<b>92.142.546</b>	<b>27.492.168</b>
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		92.142.546	27.492.168
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
<b>Reserva por impostos diferidos e correntes</b>	26	<b>(27.212.937)</b>	<b>(8.594.435)</b>
<b>Outras reservas</b>	26	<b>80.460.516</b>	<b>79.636.347</b>
<b>Resultados transitados</b>		<b>62.393.504</b>	<b>105.882.316</b>
<b>Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia</b>		<b>20.038.710</b>	<b>29.987.736</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DA COMPANHIA</b>		<b>267.367.739</b>	<b>273.949.532</b>
<b>Interesses que não controlam</b>	7	<b>154.592</b>	<b>170.373</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>267.522.331</b>	<b>274.119.905</b>
<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.251.735.443</b>	<b>1.215.508.198</b>

# Demonstração dos Resultados Consolidados

## para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	Exercício			Total	Exercício Anterior
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica		
<b>Prêmios adquiridos líquidos de resseguro</b>		<b>115.545.158</b>	<b>271.686.719</b>	-	<b>387.231.877</b>	<b>394.363.976</b>
Prêmios brutos emitidos	14	117.154.614	318.987.689	-	436.142.303	438.225.629
Prêmios de resseguro cedido	14	(1.499.425)	(48.918.965)	-	(50.418.390)	(46.552.468)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	14	(96.410)	1.257.290	-	1.160.880	5.932.862
Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		(13.621)	360.705	-	347.084	(3.242.047)
<b>Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços</b>	15	<b>215.573</b>	-	-	<b>215.573</b>	<b>507.473</b>
<b>Custos com sinistros, líquidos de resseguro</b>		<b>(65.517.531)</b>	<b>(213.465.065)</b>	-	<b>(278.982.596)</b>	<b>(266.828.346)</b>
<b>Montantes pagos</b>		<b>(67.241.535)</b>	<b>(216.052.798)</b>	-	<b>(283.294.333)</b>	<b>(290.935.061)</b>
Montantes brutos	14,4.1	(69.852.933)	(226.105.361)	-	(295.958.294)	(302.174.968)
Parte dos resseguradores	4.1	2.611.398	10.052.563	-	12.663.961	11.239.907
<b>Provisão para sinistros (variação)</b>		<b>1.724.004</b>	<b>2.587.733</b>	-	<b>4.311.737</b>	<b>24.106.715</b>
Montante bruto	14,4.1	4.139.170	3.259.544	-	7.398.714	27.203.333
Parte dos resseguradores	4.1	(2.415.166)	(671.811)	-	(3.086.977)	(3.096.618)
<b>Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)</b>	4.1	<b>1.765.213</b>	<b>(402.047)</b>	-	<b>1.363.166</b>	<b>(2.429.313)</b>
<b>Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)</b>	4.1	<b>(36.514)</b>	-	-	<b>(36.514)</b>	<b>(5.365.171)</b>
Montante bruto		(36.514)	-	-	(36.514)	(5.365.171)
Parte dos resseguradores		-	-	-	-	-
<b>Participação nos resultados, líquida de resseguro</b>	4.1	<b>(2.169.048)</b>	<b>2.432</b>	-	<b>(2.166.616)</b>	<b>(1.199.540)</b>
<b>Custos e gastos de exploração líquidos</b>	21	<b>(40.246.186)</b>	<b>(65.693.422)</b>	-	<b>(105.939.608)</b>	<b>(106.978.943)</b>
Custos de aquisição		(35.692.264)	(61.188.089)	-	(96.880.353)	(95.291.797)
Custos de aquisição diferidos (variação)		(86.660)	(1.936.476)	-	(2.023.136)	(2.336.674)
Gastos administrativos		(4.786.495)	(11.276.387)	-	(16.062.882)	(16.132.722)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		319.233	8.707.530	-	9.026.763	6.782.250
<b>Rendimentos</b>	16	<b>12.757.117</b>	<b>16.234.475</b>	<b>82.359</b>	<b>29.073.951</b>	<b>29.491.057</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		21.230.976	14.931.642	82.359	36.244.977	36.752.291
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5,16	(8.473.859)	-	-	(8.473.859)	(8.720.903)
Outros	21	-	1.302.833	-	1.302.833	1.459.669
<b>Gastos financeiros</b>		<b>(1.427.458)</b>	<b>(658.010)</b>	-	<b>(2.085.468)</b>	<b>(2.085.292)</b>
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-	-
Outros		(1.427.458)	(658.010)	-	(2.085.468)	(2.085.292)
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	17	<b>948.374</b>	<b>396.195</b>	-	<b>1.344.569</b>	<b>(29.752)</b>
De ativos disponíveis para venda		948.374	374.630	-	1.323.004	(29.752)
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-	-
De outros		-	21.565	-	21.565	-
<b>Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas</b>	17,18	-	-	<b>48.106</b>	<b>48.106</b>	<b>29.890</b>
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	48.106	48.106	82.990
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-	(53.100)
<b>Diferenças de câmbio</b>		-	-	<b>(7.262)</b>	<b>(7.262)</b>	-
<b>Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</b>		-	<b>(183.591)</b>	-	<b>(183.591)</b>	<b>(37.337)</b>
<b>Perdas de imparidade (líquidas de reversão)</b>		<b>(401.074)</b>	<b>(1.820.842)</b>	<b>888.340</b>	<b>(1.333.576)</b>	<b>131.021</b>
De ativos disponíveis para venda	6.1	(401.074)	(1.820.842)	-	(2.221.916)	(876.855)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	13	-	-	888.340	888.340	1.121.421
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-	-
De outros	9	-	-	-	-	(113.545)
<b>Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro</b>		-	<b>442.491</b>	-	<b>442.491</b>	<b>356.264</b>
<b>Outras provisões (variação)</b>	13	-	-	<b>578.742</b>	<b>578.742</b>	<b>2.248.756</b>
<b>Outros rendimentos/gastos</b>	37,4	-	-	<b>163.670</b>	<b>163.670</b>	<b>741.537</b>
<i>Goodwill</i> negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-	-
<b>Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial</b>		-	-	-	-	-
<b>Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda</b>		-	-	-	-	-
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>21.433.624</b>	<b>6.539.335</b>	<b>1.753.955</b>	<b>29.726.914</b>	<b>42.916.280</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes</b>	24	-	-	<b>(9.705.461)</b>	<b>(9.705.461)</b>	<b>(12.333.462)</b>
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos</b>	24	-	-	<b>14.577</b>	<b>14.577</b>	<b>(590.561)</b>
		<b>21.433.624</b>	<b>6.539.335</b>	<b>(7.936.929)</b>	<b>20.036.030</b>	<b>29.992.257</b>
<b>Atribuível aos acionistas da companhia</b>					<b>20.038.710</b>	<b>29.987.736</b>
<b>Atribuível aos interesses que não controlam</b>					<b>(2.680)</b>	<b>4.521</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>					<b>20.036.030</b>	<b>29.992.257</b>
<b>Resultado por ação</b>					<b>2,53</b>	<b>3,79</b>

# Demonstração Rendimento Integral Consolidado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

	Valores em €	
	2014	2013
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>20.036.030</b>	<b>29.992.257</b>
Atribuível aos acionistas da Companhia	20.038.710	29.987.736
Atribuível aos interesses que não controlam	(2.680)	4.521
<b>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>	<b>46.031.876</b>	<b>13.443.555</b>
Alterações da reserva de justo valor	67.102.861	20.627.351
Provisão para participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(2.452.483)	(840.173)
Impostos diferidos e correntes	(18.618.502)	(6.343.623)
<b>Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração de resultados</b>	<b>(2.174.918)</b>	<b>49.245</b>
Reconhecimento dos desvios atuariais	(3.175.063)	71.890
Imposto sobre desvios atuariais	1.000.145	(22.645)
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>63.892.988</b>	<b>43.485.057</b>
Atribuível aos acionistas da Companhia	63.895.668	43.480.536
Atribuível aos interesses que não controlam	(2.680)	4.521
<b>Total rendimento integral do exercício</b>	<b>63.892.988</b>	<b>43.485.057</b>

# Demonstração das Variações do Capital Próprio Consolidado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em euros

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Reserva de reavaliação	Reserva por impostos diferidos e correntes	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	Sub total	interesses que não controlam	TOTAL
		Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		Reserva legal	Prémios de emissão	Outras reservas					
<b>Balanço a 01 de janeiro de 2013</b>	<b>39.545.400</b>	<b>7.704.990</b>	<b>(2.250.812)</b>	<b>27.454.193</b>	<b>31.004.878</b>	<b>18.755.253</b>	<b>84.551.204</b>	<b>23.703.890</b>	<b>230.468.996</b>	<b>165.852</b>	<b>230.634.848</b>
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	49.245	-	-	49.245	-	49.245
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	19.787.178	-	-	-	-	-	-	19.787.178	-	19.787.178
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos e correntes	-	-	(6.343.623)	-	-	-	-	-	(6.343.623)	-	(6.343.623)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2.372.778	-	-	21.331.112	(23.703.890)	-	-	-
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros ganhos/perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.521	4.521
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	29.987.736	29.987.736	-	29.987.736
<b>Balanço a 31 de dezembro de 2013</b>	<b>39.545.400</b>	<b>27.492.168</b>	<b>(8.594.435)</b>	<b>29.826.971</b>	<b>31.004.878</b>	<b>18.804.498</b>	<b>105.882.316</b>	<b>29.987.736</b>	<b>273.949.532</b>	<b>170.373</b>	<b>274.119.905</b>
Reconhecimento dos desvios atuariais (líquido de impostos)	-	-	-	-	-	(2.174.918)	-	-	(2.174.918)	-	(2.174.918)
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda (líquidos de shadow)	-	64.650.378	-	-	-	-	-	-	64.650.378	-	64.650.378
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(18.618.502)	-	-	-	-	-	(18.618.502)	-	(18.618.502)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	2.999.087	-	-	26.988.649	(29.987.736)	-	-	-
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(70.477.812)	-	(70.477.812)	-	(70.477.812)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	351	-	351	(13.101)	(12.750)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.680)	(2.680)
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	20.038.710	20.038.710	-	20.038.710
<b>Balanço a 31 de dezembro de 2014</b>	<b>39.545.400</b>	<b>92.142.546</b>	<b>(27.212.937)</b>	<b>32.826.058</b>	<b>31.004.878</b>	<b>16.629.580</b>	<b>62.393.504</b>	<b>20.038.710</b>	<b>267.367.739</b>	<b>154.592</b>	<b>267.522.331</b>

# Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Valores em €

	2014	2013
<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		
Resultado líquido do exercício	20.038.710	29.987.736
Depreciações e amortizações do exercício	1.463.298	1.081.627
Varição das provisões técnicas de seguro direto	(3.226.762)	(21.511.534)
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	2.739.894	6.338.665
Varição de passivos por contratos de investimento	32.441.770	47.806.220
Imparidade de ativos líquida de reversões e recuperações	1.333.576	(131.021)
Varição no justo valor de imóveis de rendimento	183.591	24.935
Varição de outras provisões	(578.742)	(2.248.756)
Varição de ativos de negociação	(127.568)	(236.974)
Varição de empréstimos e contas a receber	288.854	(71.406)
Varição de devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	8.248.265	(11.763.271)
Varição de outros ativos e passivos por impostos	(1.899.326)	(3.415.892)
Varição de outros ativos e passivos	(1.382.054)	(716.518)
Varição de credores por operações de seguro direto, de resseguro e outros	(2.036.116)	(1.320.768)
	<b>57.487.390</b>	<b>43.823.043</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de Investimento</b>		
Varição nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	14.834.960	25.420.092
Varição nos ativos financeiros disponíveis para venda	9.368.207	(369.818.611)
Varição nos investimentos a deter até à maturidade	-	233.569.567
Varição em outros depósitos	(5.957.189)	253
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(747.812)	(3.964.303)
Alienações de terrenos e edifícios	(42.591)	1.196.000
	<b>17.455.575</b>	<b>(113.597.002)</b>
<b>Fluxos de caixa de atividades de Investimento</b>		
Distribuição de dividendos	(70.477.812)	-
Transações com interesses que não controlam	(12.750)	-
Interesses que não controlam	(2.680)	4.521
	<b>(70.493.242)</b>	<b>4.521</b>
Varição líquida em caixa e equivalentes	4.449.723	(69.769.438)
Caixa e equivalentes no início do período	17.167.258	86.936.696
Caixa e equivalentes no fim do período	21.616.981	17.167.258



Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas  
Companhia de Seguros Allianz Portugal

# Anexo às Demonstrações Financeiras

## 1. Informações Gerais

A Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., (“Allianz Portugal” ou “Companhia” ou “Grupo”) com sede na Rua Andrade Corvo, nº.32, 1069-014 Lisboa, é uma companhia de seguros, resultante da fusão por incorporação na Portugal Previdente - Companhia de Seguros, S.A., da Sociedade Portuguesa de Seguros, S.A., constituída por escritura pública de 27 de setembro de 1999. Esta fusão teve, em termos contabilísticos, efeitos retroativos a 1 de janeiro de 1999.

A Companhia de Seguros Allianz Portugal é detida em 35% pelo BPI e em 64.85% pela Allianz Europe, B.V., sendo a Allianz SE o “ultimate parent” da Companhia.

A Companhia tem por objeto principal e exclusivo o exercício das atividades de seguro e resseguro dos ramos Vida e Não Vida.

De seguida apresenta-se uma breve análise das principais subsidiárias e associadas do Grupo em 31 de dezembro de 2014:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	85,60%	Integral

Em 31 de dezembro de 2013 a situação era a seguinte:

	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de Consolidação
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal	Gestão de Fundos Pensões	84,40%	Integral

## 2. Informação por Segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

A Allianz Portugal controla a sua atividade através dos seguintes segmentos operacionais: Vida, Acidentes de Trabalho, Automóvel e Restantes Ramos Não Vida.

O relato por segmentos operacionais de Não Vida para os exercícios de 2014 e 2013 é analisado como segue:

Rubricas de Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2014				
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	271.686.719	50.164.249	110.391.737	45.765.315	65.365.418
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(213.465.065)	(53.389.323)	(80.069.259)	(31.239.867)	(48.766.616)
Provisão para riscos em curso (variação)	745.397	228.582	-	-	516.815
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.147.444)	-	-	(1.140.248)	(7.196)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	2.432	-	-	5.000	(2.568)
Custos e gastos de exploração líquidos	(65.693.422)	(11.195.739)	(29.315.611)	(9.702.893)	(15.479.179)
Rendimentos	16.234.475	10.536.022	3.669.241	1.145.430	883.782
Gastos de investimentos	(658.010)	(95.411)	(367.828)	(86.199)	(108.572)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	396.195	166.879	147.657	46.094	35.565
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	(183.591)	(72.785)	(71.348)	(22.273)	(17.185)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(1.820.842)	(1.486.399)	(215.348)	(67.226)	(51.869)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	442.491	26.983	405.142	8.878	1.488
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>6.539.335</b>	<b>(5.116.942)</b>	<b>4.574.383</b>	<b>4.712.011</b>	<b>2.369.883</b>
<b>Rubricas de Balanço</b>					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	<b>494.820.489</b>	180.205.206	263.515.845	28.989.085	22.110.353
Provisões técnicas	<b>312.434.860</b>	129.262.604	111.951.109	42.935.866	28.285.281

Rubricas de Ganhos e Perdas - Conta Técnica Não Vida	2013				
	TOTAL Não Vida	Acidentes de Trabalho	Automóvel	Incêndio e Outros Danos	Restantes Ramos
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	269.910.207	48.912.932	119.402.620	41.149.471	60.445.184
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(199.978.182)	(51.105.410)	(70.834.487)	(32.237.646)	(45.800.639)
Provisão para riscos em curso (variação)	(1.134.837)	(1.021.049)	-	-	(113.788)
Provisão para desvios de sinistralidade (variação)	(1.294.476)	-	-	(1.183.214)	(111.262)
Provisão para estabilização de carteira (variação)	-	-	-	-	-
Participação nos resultados atribuída	30.213	-	-	9.500	20.713
Custos e gastos de exploração líquidos	(66.215.396)	(11.650.356)	(31.483.610)	(9.246.510)	(13.834.920)
Rendimentos	17.494.195	11.417.910	4.062.523	1.138.629	875.133
Gastos de investimentos	(792.088)	(115.645)	(441.193)	(103.764)	(131.486)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(126.097)	(44.667)	(54.443)	(15.259)	(11.728)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(53.127)	(18.819)	(22.938)	(6.429)	(4.941)
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	89.904	156.694	(44.655)	(12.516)	(9.619)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(363.986)	(165.620)	(132.625)	(37.172)	(28.569)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	356.264	(1.799)	357.746	115	202
Outras provisões (variação)	-	-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>17.922.594</b>	<b>(3.635.829)</b>	<b>20.808.938</b>	<b>(544.795)</b>	<b>1.294.280</b>
<b>Rubricas de Balanço</b>					
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	<b>487.072.552</b>	157.086.217	266.882.490	35.799.273	27.304.572
Provisões técnicas	<b>314.161.188</b>	124.375.263	121.918.758	38.501.541	29.365.626

O relato por segmentos operacionais de Vida para os exercícios de 2014 e 2013 é analisado como segue:

<b>Conta Técnica Vida</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	115.545.158	124.453.769
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	215.573	507.473
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(65.517.531)	(66.850.164)
Provisão matemática (variação)	(36.514)	(5.365.171)
Participação nos resultados atribuída	(2.169.048)	(1.229.753)
Provisão para compromissos de taxa (variação)	-	-
Provisão para compromissos de taxa, parte dos resseguradores (variação)	-	-
Provisão para estabilização de carteira (variação)	1.765.213	-
Custos e gastos de exploração líquidos	(40.246.186)	(40.763.547)
Rendimentos	12.757.117	11.903.425
Gastos de investimentos	(1.427.458)	(1.293.204)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	948.374	96.345
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(401.074)	(625.217)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-
<b>Resultado Técnico</b>	<b>21.433.624</b>	<b>20.833.956</b>
<b>Rubricas de Balanço</b>		
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	645.197.108	605.057.850
Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento	583.333.141	552.391.805

### 3. Bases de preparação das demonstrações financeiras consolidadas e das políticas contabilísticas

No âmbito do disposto da Norma Regulamentar nº 4/07, as demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para Empresas de Seguros ("PCEs 07"), com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n. 20/2007 – R de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar n. 22/2010 – R de 16 de dezembro, onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 Contratos de Seguro, em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros em vigor que acolhe o regime dos IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2014, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros.

Em 2014 a Allianz adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2014. Essas normas apresentam-se discriminadas na nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2014, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas.

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o PCES 07 requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas seguidamente.

As demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2015.

As notas que se seguem respeitam a ordem definida no Plano de Contas, sendo de referir que os números não incluídos neste Anexo não têm aplicação, por irrelevância dos valores ou por inexistência de situações a reportar.

## Políticas Contabilísticas

### Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos da Allianz e das suas subsidiárias (Grupo).

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, a Allianz passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

### Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pela Companhia. A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções devidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

## Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas da Allianz, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

## Ativos financeiros

### Classificação

A Allianz Portugal classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros classificados no momento inicial ao justo valor por via de ganhos e perdas. Esta categoria inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são os adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros detidos até à maturidade

- Nesta categoria são reconhecidos ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais a Allianz tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de ativos financeiros.
- Qualquer reclassificação ou venda de ativos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará a Allianz a reclassificar integralmente esta carteira para ativos financeiros disponíveis para venda e a Allianz ficará durante dois anos impossibilitada de classificar qualquer ativo financeiro nesta categoria.

Empréstimos concedidos e contas a receber

- Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

### Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

- As aquisições e alienações de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, de ativos financeiros disponíveis para venda e de ativos financeiros detidos até à maturidade, são reconhecidas na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.
- Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.
- Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.
- Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

### Mensuração subsequente

- Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.
- Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.
- O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizadas de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.
- Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

## Transferências entre categorias

- Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (“Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures”). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade (“Held-to-maturity”), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:
  - Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
  - Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.
- A Allianz adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na nota 6.
- As transferências de ativos financeiros reconhecidas na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.
- São proibidas as transferências de e para outros Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados (Fair Value Option).
- Durante 2013, a Companhia procedeu à alienação de ativos detidos até à maturidade, não cumprindo os requisitos definidos na IAS 39 para a classificação deste tipo de ativos (“tainting”). Nessa base, até ao final do exercício de 2015 a Allianz não poderá ter ativos classificados nesta categoria.

## Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (1) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (2) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Os critérios utilizados pela Allianz Portugal são apresentados no ponto dedicado aos julgamentos e estimativas utilizadas na elaboração das Demonstrações Financeiras.

## Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (“trade date”), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (“discounted cash flows”) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

## Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

## Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

## Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

## Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

## Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo de aquisição líquido das amortizações e deduzido de perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são capitalizados se for provável que fluirão para a empresa benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente.

Os custos de assistência não são capitalizados, visto terem, por objetivo, a reparação e manutenção do ativo existente com vista ao seu normal funcionamento e não o aumento dos benefícios económicos futuros. Este tipo de custos é registado em gastos quando incorrido.

As amortizações são efetuadas pelo método das quotas para que o valor dos imobilizados seja amortizado durante a sua vida útil estimada:

	n.º de anos
Imóveis de Uso Próprio	25 a 54
Equipamento administrativo	8
Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 10
Material de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	3 a 8

A Companhia avalia, a cada data de reporte, se existem indícios de imparidade. É considerada a existência de imparidade se o valor contabilístico do ativo for superior ao maior valor entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda (valor recuperável). A imparidade é reconhecida na demonstração de resultados.

A estimativa do período de vida útil do ativo segue critérios económicos (estimativa dos fluxos dos benefícios económicos futuros). O período de vida útil é estimado na compra do ativo e revisto no final de cada data de reporte.

São considerados imóveis para uso próprio, aqueles que se destinam a serem usados pela Companhia no exercício da sua atividade.

### Propriedades de Investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

### Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos (4 a 6 anos).

Os custos diretamente relacionados com a produção de produtos informáticos desenvolvidos pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

Os custos com desenvolvimento de software informático, reconhecidos como ativos são amortizados de forma linear ao longo da respetiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

### Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal.

São locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

### Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respetivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressuponham a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como ativos ou passivos financeiros relacionados com a atividade de resseguro.

No decurso da sua atividade, a Allianz Portugal aceita e/ou cede negócio. Os valores a receber relacionados com a atividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro direto.

## Benefícios aos empregados

### Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativos admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida da Companhia relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado pela Companhia multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Companhia reconhece na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir a idade de reforma.

O plano dos benefícios a cargo da Companhia é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projetadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspetiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

## Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tem um plano de contribuição definida para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora a partir de 22 de junho de 1995, em que a Companhia efetuava contribuições anuais e iguais a 1% da remuneração desses colaboradores.

Em junho de 2014 foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho. Com essa constituição e de acordo com a aprovação do ASF, foram transferidas para o Fundo AZP III as responsabilidades dos serviços passados dos trabalhadores admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995 e que se encontravam no anterior plano de benefício definido, para contas individuais em nome de cada colaborador, num total de Euros 3.532.563.

## Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

## Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica discricionária a reformados entre os 65 e os 70 anos, e os pré-reformados desde a data da pré-reforma, e a reformados por invalidez desde a data da invalidez até aos 70 anos.

O cálculo e registo destas obrigações são efetuados de forma semelhante aos das responsabilidades com pensões.

## Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

## Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

## Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos no IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável,

ao resultado mais provável das ações em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo. Nos casos em que o efeito do desconto é material, provisões correspondentes ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

### Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transação.

### Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas.

### Estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

### Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A Allianz Portugal utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável (ações e fundos)

- Decréscimo prolongado do justo valor: um ativo cujo justo valor esteja abaixo do seu valor de custo durante 9 meses consecutivos, ou;
- Decréscimo significativo do justo valor: um ativo cujo justo valor, na data do reporte, esteja pelo menos 20% abaixo do seu valor de custo.

Títulos de rendimento fixo (obrigações) - Quando há uma deterioração do nível de crédito do emitente ou dificuldades financeiras, terá de ser analisada a ocorrência de alguns fatores:

- Dificuldades financeiras significativas do emitente;
- Default no pagamento dos juros ou do principal;
- Grande probabilidade de falência;
- Desaparecimento de um mercado ativo devido a dificuldades financeiras.

Critérios adicionais:

Se um ou mais, dos fatores mencionados, se verificarem, existem alguns fatores adicionais que terão de ser analisados:

- Queda do justo valor devido à falta de liquidez (desaparecimento de um mercado ativo) ou alargamento de spreads (deterioração da qualidade do crédito);
- Permanência do justo valor 20% abaixo do valor amortizado por 6 meses consecutivos;
- “Downgrades” significativos por parte de uma ou mais Agências de rating;
- Recomendações de compra/venda dos analistas.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Companhia.

### Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de quatro a doze anos (quatro anos para prejuízos apurados no exercício de 2011, cinco anos para prejuízos apurados em 2012 e 2013 e doze anos para os prejuízos apurados em 2014), no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Allianz Portugal, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

### Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

### Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de investimento

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados são registadas na rubrica contabilística de provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado.

Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática de contratos vida, a provisão para participação nos resultados atribuída e a atribuir, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, a provisão para estabilização de carteira, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

## 4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

### 4.1 Contratos de Seguro

A Allianz Portugal emite contratos que incluem risco seguro e risco financeiro.

Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afetar adversamente.

Um contrato emitido em que o risco é essencialmente financeiro e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os princípios seguintes:

#### Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

#### Prémios

Os prémios brutos emitidos (direto e aceite) e os prémios de resseguro cedido são registados respetivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### Custos de Aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

#### Provisão para Prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "Pro-rata temporis", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma nº 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, o método "Pro-rata temporis" é aplicado sobre os prémios brutos emitidos, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

#### Provisões matemáticas

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente às apólices emitidas e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor.

A Provisão matemática do ramo vida tem como objetivo, registar o valor atual das responsabilidades futuras da Companhia, conforme os pressupostos previstos nas respetivas apólices, como segue:

Modalidade	Tabela de Mortalidade	Taxa Técnica
<b>Carteira antiga (anterior a 1984)</b>		
1. Seguros em caso de morte	AF e PM 60/64	3,25% / 4%
2. Seguros em caso de vida	RF	3,25%
<b>Carteira nova (posterior a 1984)</b>		
1. Seguros em caso de morte		
Individuais	PM 60/64 e GKM 80	4%
Grupo	PM 60/64 e GKM 80	4%
2. Seguros em caso de vida		
Individuais	PF 60/64: TV 73/77	4%/3%
Grupo	PF 60/64: TV 73/77	4%
3. Complemento Opcional de Reforma	PF 60/64: TV73/77; GRM 80	6%/4%/3,5%/5%/3%
4. Operações de capitalização		
Contratos com prazo até 8 anos	Não têm tábua de mortalidade	6%
Contratos com prazo superior a 8 anos		4%

#### Provisão para estabilização da carteira

O Decreto-lei nº 8-C/2002, de 11 de janeiro, veio introduzir algumas alterações a nível das Provisões Técnicas dos Seguros do Ramo Vida, nomeadamente à constituição da provisão para estabilização da carteira.

Artigo 75º - Provisão de seguros e operações do ramo "Vida" - 8 - A provisão de estabilização de carteira deve ser constituída, relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo. Nessa base foi constituída provisão para a carteira de seguros do Crédito à Habitação – Taxa fixa.

#### Provisão para participação nos resultados do ramo Vida

A provisão para participação de resultados corresponde aos montantes destinados aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação de resultados, desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos, nomeadamente mediante a inclusão nas provisões matemáticas.

A provisão para participação nos resultados é dotada, anualmente, com base nas contas de resultados das modalidades que preveem a sua constituição. O seu cálculo é efetuado de acordo com o plano de participação nos resultados de cada modalidade.

Para as apólices que beneficiam de uma participação nos resultados, conforme estabelecido nas condições gerais da apólice, é afetada uma participação no termo de cada ano civil relativamente aos contratos que se encontram em vigor. A distribuição desta participação é efetuada em 1 de janeiro ou na data aniversária seguinte (a 1 de janeiro ou 1 de julho consoante as modalidades).

A Provisão matemática e a Provisão para participação nos resultados da Companhia desagrega-se por produto como se segue:

Modalidades	Provisão Matemática		Participação nos Resultados	
	2014		2014	
	No Início do Exercício	No final do Exercício	Atribuída no Exercício	Distribuída no Exercício
1. Vida Individual - Cor Longo Prazo	1.533.952	1.344.114	90.741	-
2. Vida Individual - Cor PPR	6.292.266	5.486.046	272.535	-
3. Vida Grupo - PLUS	3.260.390	3.296.045	32.105	-
4. Vida - Seg. Não Temporários	38.627.042	29.697.135	-	-
5. Vida - Seguros Temporários	82.670	80.660	90.142	-
7. Vida - Plano Poupança AS	541.518	346.111	-	-
8. Vida - PPR AS	1.436.243	1.217.619	-	-
9. Vida - Grupo Temporários Anuais Renováveis	-	-	423.643	437.167
10. Allianz PPR 3%	11.982.880	10.892.987	-	-
11. Allianz Plano Poupança 3%	6.754.343	5.029.596	-	-
12. Rendas Vitalícias + Capitais Diferidos SPS	15.806	-	-	-
13. Plano 2000	961.569	794.654	-	-
14. Capital Diferido a Prémios Únicos Sucessivos SPS 4%	4.766.938	4.346.628	-	-
15. Plano Poupança SPS - PPR	7.816.256	7.081.369	-	-
16. Rendas Vitalícias em Fundo Autonomo SPS	142.089	83.732	-	-
17. UniversAll Plano Poupança (2%)	3.172.874	2.362.745	-	-
18. UniversAll PPR (2%)	7.363.417	6.588.298	54.981	-
19. UniversAll Total (2%)	2.640.846	2.620.300	-	-
20. Plano Poupança Grupo - 2%	10.575.736	11.245.505	-	-
21. Crédito Habitação - Taxa Fixa	-	-	1.204.901	-
25. Financeiros Taxa Renovável sem participação	7.260.994	6.890.444	-	-
26. Outros sem participação	47.020.415	62.967.430	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>162.248.244</b>	<b>162.371.418</b>	<b>2.169.048</b>	<b>437.167</b>

#### Provisão para participação nos resultados a atribuir - shadow accounting

Os ganhos e perdas não realizados de ativos financeiros, que se encontrem afetos a contratos de seguros e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro no pressuposto de que efetivamente lhe serão distribuídos aquando da sua realização.

À data de 31 de dezembro de 2014 esta provisão apresenta o montante de Euros 3.847.780. Em 2013 esta provisão apresentava saldo de Euros 1.395.297.

#### Teste à adequação das responsabilidades (LAT)

A Allianz Portugal testa a adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Esta avaliação é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. O desconto dos cash flows é feito com base na curva de rendimentos financeiros gerada pela carteira de ativos afeta a cada portfolio. Esta avaliação é efetuada por produto ou de forma agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

## Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do exercício. As provisões para sinistros não são descontadas.

As reservas matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, por referência a métodos atuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de trabalho são analisados, como segue:

2013		
	Pensões não remíveis	Pensões Remíveis
Tábua de mortalidade	25%GMF80+75%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	4%	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

2014		
	Pensões não remíveis	Pensões Remíveis
Tábua de mortalidade	25%GMF95+75%GKM95	TD 88/90
Taxa de desconto	4%	5,25%
Encargos de gestão	2%	-

A Companhia suporta ainda 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de cada ano relativo a contratos de seguro de Acidentes de Trabalho, bem como sobre o valor da provisão matemática das prestações suplementares por assistência de terceira pessoa, em pagamento a 31 de dezembro de cada ano. Este valor é assim entregue ao Estado para que faça a gestão do Fundo Acidentes de Trabalho (FAT).

É ainda constituída uma Provisão FAT, para fazer face às contribuições futuras até à extinção das responsabilidades das pensões em pagamento a 31 de dezembro de cada ano.

O valor atual desta responsabilidade é registado nas demonstrações financeiras no momento da determinação das pensões.

O desenvolvimento da provisão para sinistros é analisado como se segue:

Milhares de euros										
Ocorrência	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
2005	199.336	196.004	186.535	180.314	180.802	178.372	174.341	172.765	170.719	170.122
2006		174.444	183.806	179.073	166.178	163.685	161.637	159.419	156.391	156.360
2007			170.284	181.661	167.645	165.183	162.652	160.595	157.458	157.565
2008				172.791	186.162	173.356	171.756	168.451	166.133	165.631
2009					171.151	185.924	182.302	179.919	178.384	177.779
2010						186.013	193.017	191.932	190.278	190.379
2011							189.241	193.589	195.312	195.971
2012								200.664	205.465	207.056
2013									215.944	219.967
										216.254
<b>Montantes Pagos</b>	164.715	151.297	149.257	158.706	169.088	180.422	183.863	192.132	194.534	142.021
<b>Provisões para sinistros*</b>	5.407	5.064	8.309	6.925	8.691	9.957	12.108	14.923	25.433	74.233

\* A provisão para sinistros não inclui os anos de ocorrência anteriores a 2005

## Reajustamentos a sinistros ocorridos em exercícios anteriores

Os reajustamentos efetuados a sinistros ocorridos em exercícios anteriores decorrem da dinâmica da gestão corrente dos processos de sinistro.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

RAMOS	2014			
	Provisão para sinistros em 31/12/N-1*	Custos com sinistros montantes pagos antes pagos no exercício	Provisão para sinistros em 31/12/N	Reajustamentos
<b>Vida</b>	<b>20.913.590</b>	<b>12.064.191</b>	<b>6.866.731</b>	<b>(1.982.668)</b>
Acidentes e Doença	123.975.361	32.223.412	98.212.909	6.460.960
Incêndio e Outros Danos	10.473.970	9.588.814	3.788.295	2.903.139
Automóvel	87.093.115	40.104.059	45.634.749	(1.354.307)
- Responsabilidade Civil	77.684.632	33.113.508	43.722.369	(848.755)
- Outras Coberturas	9.408.483	6.990.551	1.912.380	(505.552)
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.186.915	895.529	419.417	128.031
Responsabilidade Civil Geral	6.143.922	1.184.210	3.825.753	(1.133.959)
Crédito e Caução	225.372	33.598	170.559	(21.215)
Diversos	236.034	54.511	175.254	(6.269)
<b>Não Vida</b>	<b>229.334.689</b>	<b>84.084.133</b>	<b>152.226.936</b>	<b>6.976.380</b>
<b>Total Geral</b>	<b>250.248.279</b>	<b>96.148.324</b>	<b>159.093.667</b>	<b>4.993.712</b>

\* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada no montante de Euros 15.285.528 (2013: Euros 14.052.208) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2014 e ainda não reportados (IBNR).

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de trabalho está incluído o montante de Euros 90.839.506 (2013: Euros 85.831.997) referente à provisão matemática de Acidentes de Trabalho.

Adicionalmente, a Provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de Euros 4.104.322 (2013: Euros 4.132.768) de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

RAMOS /GRUPOS DE RAMOS	2014			
	Montantes pagos- prestações	Montantes pagos- custos de gestão de sinistros imputados	Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes e Doença	90.000.141	4.409.274	4.983.532	99.392.947
Incêndio e Outros Danos	33.827.030	2.338.802	2.800.655	38.966.487
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	54.560.099	3.390.186	(7.889.799)	50.060.486
- Outras Coberturas	29.829.842	2.245.333	(3.021.720)	29.053.455
Marítimo, Aéreo e Transportes	2.141.666	132.207	755.240	3.029.113
Responsabilidade Civil Geral	2.004.194	200.948	(1.057.422)	1.147.720
Crédito e Caução	46.776	35.734	(50.516)	31.994
Diversos	24.232	68.104	(32.802)	59.534
<b>Total</b>	<b>212.433.980</b>	<b>12.820.588</b>	<b>(3.512.832)</b>	<b>221.741.736</b>
Resseguro aceite	<b>850.793</b>	-	<b>253.288</b>	<b>1.104.081</b>
<b>Total geral</b>	<b>213.284.773</b>	<b>12.820.588</b>	<b>(3.259.544)</b>	<b>222.845.817</b>

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	2013			
	Montantes pagos - prestações	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados	Varição da provisão para sinistros	Custos com sinistros
<b>Seguro Direto</b>				
Acidentes e Doença	90.655.352	4.354.493	693.160	95.703.005
Incêndio e Outros Danos	38.084.699	2.332.520	(3.813.954)	36.603.265
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade Civil	58.240.000	3.350.643	(13.015.073)	48.575.570
- Outras Coberturas	31.156.169	2.291.041	(11.385.277)	22.061.933
Marítimo, Aéreo e Transportes	1.699.835	111.555	362.642	2.174.032
Responsabilidade Civil Geral	2.155.367	218.584	(2.044.957)	328.994
Crédito e Caução	135.580	41.690	(406.774)	(229.504)
Diversos	3.825	69.865	(145.571)	(71.881)
<b>Total</b>	<b>222.130.827</b>	<b>12.770.391</b>	<b>(29.755.804)</b>	<b>205.145.414</b>
Resseguro aceite	-	-	<b>1.804</b>	<b>1.804</b>
<b>Total geral</b>	<b>222.130.827</b>	<b>12.770.391</b>	<b>(29.754.000)</b>	<b>205.147.218</b>

### Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em janeiro do ano seguinte, em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

### Provisão para desvio de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

### Provisões técnicas de resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos e a provisão para sinistros, de resseguro cedido, correspondem à quota-parte da responsabilidade dos resseguradores nas responsabilidades totais da Companhia e são calculadas de acordo com os contratos em vigor, no que se refere às percentagens de cedência e a outras cláusulas existentes, e de acordo com as percentagens de especialização do seguro direto.

As provisões técnicas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisadas como segue:

	2014			2013		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
<b>Seguro Direto</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	2.570.566	72.333.379	74.903.945	2.474.156	71.654.193	74.128.349
Provisão matemática	162.371.418	-	162.371.418	162.248.244	-	162.248.244
Provisão para sinistros	16.774.420	226.544.954	243.319.374	20.913.590	229.334.689	250.248.279
Provisão para desvios de sinistralidade	-	11.291.310	11.291.310	-	10.143.866	10.143.866
Provisão para riscos em curso	-	2.257.649	2.257.649	-	3.003.046	3.003.046
Provisão para estabilização de carteira	449.823	-	449.823	2.215.036	-	2.215.036
Provisão para participação nos resultados	18.191.766	7.568	18.199.334	14.007.401	25.394	14.032.795
<b>Total</b>	<b>200.357.993</b>	<b>312.434.860</b>	<b>512.792.853</b>	<b>201.858.427</b>	<b>314.161.188</b>	<b>516.019.615</b>
<b>Resseguro Cedido</b>						
Provisão para prémios não adquiridos	289.488	20.005.024	20.294.512	303.110	19.644.319	19.947.429
Provisão para sinistros	512.222	8.717.513	9.229.735	2.927.388	9.389.324	12.316.712
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>801.710</b>	<b>28.722.537</b>	<b>29.524.247</b>	<b>3.230.498</b>	<b>29.033.643</b>	<b>32.264.141</b>

A provisão para prémios não adquiridos de Não Vida encontra-se líquida de custos de aquisição diferidos no montante de Euros 22.711.939 (2013: Euros 24.648.415).

As provisões técnicas do segmento Não Vida por ramo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisadas como segue:

	2014						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
<b>Seguro Direto</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	72.333.379	15.359.572	18.482.486	35.066.869	1.044.325	2.185.861	194.266
Provisão para sinistros	226.544.954	128.961.673	13.308.268	76.884.240	1.942.155	5.086.500	362.118
Provisão para desvios de sinistralidade	11.291.310	-	11.145.112	-	-	-	146.198
Provisão para riscos em curso	2.257.649	2.257.649	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	7.568	7.568	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>312.434.860</b>	<b>146.586.462</b>	<b>42.935.866</b>	<b>111.951.109</b>	<b>2.986.480</b>	<b>7.272.361</b>	<b>702.582</b>
<b>Resseguro Cedido</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	20.005.024	5.782.928	8.161.412	5.071.250	561.761	282.508	145.165
Provisão para sinistros	8.717.513	1.988.341	4.548.257	542.162	725.269	861.842	51.642
<b>Total</b>	<b>28.722.537</b>	<b>7.771.269</b>	<b>12.709.669</b>	<b>5.613.412</b>	<b>1.287.030</b>	<b>1.144.350</b>	<b>196.807</b>

	2013						
	Não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Marítimo, Aéreo e Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos
<b>Seguro Direto</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	71.654.193	15.674.701	18.017.707	34.825.643	951.154	1.955.213	229.775
Provisão para sinistros	229.334.689	123.975.362	10.473.970	87.093.115	1.186.915	6.143.922	461.405
Provisão para desvios de sinistralidade	10.143.866	-	10.004.864	-	-	-	139.002
Provisão para riscos em curso	3.003.046	2.911.552	-	-	91.494	-	-
Provisão para participação nos resultados	25.394	15.394	5.000	-	-	5.000	-
<b>Total</b>	<b>314.161.188</b>	<b>142.577.009</b>	<b>38.501.541</b>	<b>121.918.758</b>	<b>2.229.563</b>	<b>8.104.135</b>	<b>830.182</b>
<b>Resseguro Cedido</b>							
Provisão para prémios não adquiridos	19.644.319	7.042.728	7.153.232	4.601.679	429.589	233.957	183.134
Provisão para sinistros	9.389.324	2.895.338	2.983.349	1.276.770	439.265	1.661.125	133.477
<b>Total</b>	<b>29.033.643</b>	<b>9.938.066</b>	<b>10.136.581</b>	<b>5.878.449</b>	<b>868.854</b>	<b>1.895.082</b>	<b>316.611</b>

Os custos com sinistros e variação de outras provisões é analisada como segue:

	2014			2013		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
<b>Seguro Direto</b>						
Sinistros pagos	(69.852.933)	(226.105.361)	(295.958.294)	(67.273.750)	(234.901.218)	(302.174.968)
Variação da provisão para sinistros	4.139.170	3.259.544	7.398.714	(2.550.667)	29.754.000	27.203.333
Provisão Matemática	(36.514)	-	(36.514)	(5.365.171)	-	(5.365.171)
Provisão para participação nos resultados	(2.169.048)	2.432	(2.166.616)	(1.229.753)	30.213	(1.199.540)
Outras provisões técnicas	1.765.213	(402.047)	1.363.166	-	(2.429.313)	(2.429.313)
<b>Total</b>	<b>(66.154.112)</b>	<b>(223.245.432)</b>	<b>(289.399.544)</b>	<b>(76.419.341)</b>	<b>(207.546.318)</b>	<b>(283.965.659)</b>
<b>Resseguro cedido</b>						
Sinistros pagos	2.611.398	10.052.563	12.663.961	922.627	10.317.280	11.239.907
Variação da provisão para sinistros	(2.415.166)	(671.811)	(3.086.977)	2.051.626	(5.148.244)	(3.096.618)
<b>Total</b>	<b>196.232</b>	<b>9.380.752</b>	<b>9.576.984</b>	<b>2.974.253</b>	<b>5.169.036</b>	<b>8.143.289</b>
<b>Total líquido de resseguro</b>	<b>(65.957.880)</b>	<b>(213.864.680)</b>	<b>(279.822.560)</b>	<b>(73.445.088)</b>	<b>(202.377.282)</b>	<b>(275.822.370)</b>

## 4.2 Apresentação dos rácios decorrentes da atividade da Allianz Portugal

	Não Vida	
	2014	2013
<b>Rácio Sinistralidade</b>	<b>69,6%</b>	<b>64,5%</b>
Custos Aquisição	19,7%	19,3%
Custos Administrativos	3,5%	3,6%
<b>Rácio de Custos de Exploração</b>	<b>23,2%</b>	<b>22,9%</b>
<b>Rácio Combinado</b>	<b>92,8%</b>	<b>87,4%</b>

## 4.3 Montantes recuperáveis relativos a sinistros

Os montantes recuperáveis relativamente à ocorrência de sinistros totalizam em 2014 Euros 575.137 (2013: Euros 105.327).

## 4.4 Adequação dos prémios e das provisões

De acordo com a política de preços da Allianz Portugal, verificou-se que os prémios adquiridos são suficientes para fazer face às responsabilidades e despesas ocorridas no exercício.

Adicionalmente, os preços praticados são diferenciados de acordo com os vários segmentos de mercado permitindo um crescimento sustentável e rentável.

A política de Provisionamento da Allianz Portugal é regida pelo princípio da “melhor estimativa”.

Na Allianz Portugal existe um comité de reservas que tem como finalidade estabelecer procedimentos de controlo e entendimento de reservas comuns a todo o grupo. O comité de reservas reúne-se trimestralmente, sendo discutida a suficiência das reservas da Companhia.

A análise das reservas anual assenta em métodos atuariais, com um histórico de 12 anos, com base nos triângulos de montantes pagos e custos agregados (analisando o seu desenvolvimento com base ano de ocorrência vs. ano de participação). Mensalmente, são elaborados um conjunto de indicadores de gestão (prémios e sinistros) que tem por fim a monitorização dos vários produtos da Allianz Portugal e das provisões técnicas respetivas.

O atuário responsável, em conjunto com o comité de reservas, concluíram pela suficiência das provisões técnicas. Como teste de adequabilidade de reservas do ramo vida, a Companhia efetuou o cálculo da reserva utilizando as “melhores estimativas” para os pressupostos atuariais em vez dos pressupostos utilizados no cálculo do prémio e não observamos indícios de insuficiência de reserva (LAT).

## 5. Passivos por contratos de investimento

A rubrica relativa aos passivos por contratos de investimento é analisada como se segue:

	Euros	
	2014	2013
Contratos de Investimento ao justo valor através de resultados	1.005.855	15.889.061
Contratos de Investimentos ao custo amortizado	381.969.293	334.644.317
<b>Total Passivos por Contratos de Investimentos</b>	<b>382.975.148</b>	<b>350.533.378</b>

A movimentação dos passivos por contratos de investimento, é analisada como se segue:

Euros

<b>Contratos ao justo valor através de resultados</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Saldo a 1 janeiro</b>	<b>15.889.061</b>	<b>38.104.763</b>
Depósitos	39.869	157.039
Benefícios	(15.490.840)	(23.678.828)
Valorizações /Desvalorizações	567.765	1.306.088
<b>Saldo a 31 dezembro</b>	<b>1.005.855</b>	<b>15.889.061</b>

Euros

<b>Contratos ao custo amortizado</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Saldo a 1 janeiro</b>	<b>334.644.317</b>	<b>264.622.395</b>
Depósitos	129.453.154	106.046.544
Benefícios	(90.602.037)	(44.745.525)
Juro Técnico	8.473.859	8.720.903
<b>Saldo a 31 dezembro</b>	<b>381.969.293</b>	<b>334.644.317</b>

## 6. Instrumentos Financeiros

### 6.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no Anexo 1.

A carteira de Ativos financeiros detidos para negociação é apresentada como segue:

	2014		2013	
	Justo valor	Valor nominal	Justo valor	Valor nominal
Derivados				
Opções	501.013	501.013	373.445	373.445
<b>TOTAL</b>	<b>501.013</b>	<b>501.013</b>	<b>373.445</b>	<b>373.445</b>
<b>Dos quais:</b>				
Nível 1	-		-	
Nível 2	501.013		373.445	
Nível 3	-		-	
	<b>501.013</b>		<b>373.445</b>	

O detalhe da carteira de Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas por tipo de ativo é apresentado como segue:

	2014			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	546.443	(3.162)	6.127	549.408
Instrumentos de capital e unidades de participação	658.503	(291.820)	-	366.683
<b>TOTAL</b>	<b>1.204.946</b>	<b>(294.982)</b>	<b>6.127</b>	<b>916.091</b>

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Dívida pública	549.408	-	-	<b>549.408</b>
Instrumentos de capital e unidades de participação	366.683	-	-	<b>366.683</b>
<b>TOTAL</b>	<b>916.091</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>916.091</b>

	2013			
	Custo aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor de balanço
Dívida pública	408.846	(15.148)	5.114	398.812
Obrigações de outros emissores	13 862.985	699.035	-	14.562.020
Instrumentos de capital e unidades de participação	922.237	(132.018)	-	790.219
<b>TOTAL</b>	<b>15.194.068</b>	<b>551.869</b>	<b>5.114</b>	<b>15.751.051</b>

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

	2014					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	393.500.843	57.012.823	-	-	6.898.129	457.411.795
De outros emissores	531.031.060	42.690.164	(269.400)	(1.249.132)	13.416.802	585.619.494
	924.531.903	99.702.987	(269.400)	(1.249.132)	20.314.931	1.043.031.289
Ações						
Ações	1.792.610	1.647.855	(12.423)	-	-	3.428.042
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	20.113.704	673.937	-	(972.784)	-	19.814.857
<b>Total</b>	<b>946.438.217</b>	<b>102.024.779</b>	<b>(281.823)</b>	<b>(2.221.916)</b>	<b>20.314.931</b>	<b>1.066.274.188</b>

Com o detalhe pelos diferentes níveis:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos de dívida				
De dívida pública	457.411.795	-	-	<b>457.411.795</b>
De outros emissores	580.823.949	4.795.545	-	<b>585.619.494</b>
	1.038.235.744	4.795.545	-	<b>1.043.031.289</b>
Ações				
Ações	2.218.859	1.209.183	-	<b>3.428.042</b>
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	18.144.558	1.670.299	-	<b>19.814.857</b>
<b>Total</b>	<b>1.058.599.161</b>	<b>7.675.027</b>	<b>-</b>	<b>1.066.274.188</b>

	2013					
	Custo Aquisição Ajustado	Reserva Justo valor		Imparidade	Juro	Valor Balanço
		Positiva	Negativa			
Títulos de dívida						
De dívida pública	331.831.261	13.688.931	(459.149)	-	5.513.768	350.574.811
De outros emissores	600.804.025	22.999.633	(2.597.999)	-	14.817.353	636.023.012
	932.635.286	36.688.564	(3.057.148)	-	20.331.121	986.597.823
Ações						
Ações	1.792.610	1.998.063	(20.082)	-	-	3.770.591
Outros instrumentos de capital e unidades de participação	23.154.306	568.068	-	(876.855)	-	22.845.519
<b>Total</b>	<b>957.582.202</b>	<b>39.254.695</b>	<b>(3.077.230)</b>	<b>(876.855)</b>	<b>20.331.121</b>	<b>1.013.213.933</b>

Durante o exercício de 2013 a Allianz procedeu à transferência de títulos da categoria de investimentos a deter até à maturidade no valor de Euros 231.035.021, para investimentos disponíveis para venda, conforme se apresenta no quadro seguinte:

valor em €

Na data de transferência		
	Valor de Balanço	Valor de Mercado
De Investimentos detidos até à maturidade	231.035.021	237.795.638

Esta transferência ocorreu como resultado da alteração de intenção da Companhia em manter os títulos até à maturidade.

Como consequência desta reclassificação a Companhia não poderá classificar títulos em Investimentos a deter até à maturidade até 1 de janeiro de 2016.

As carteiras de ativos de negociação, de ativos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e de ativos financeiros disponíveis para venda são registadas ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.

De acordo com os requisitos da IFRS 13, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou providers;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização, considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

## 6.2. Empréstimos e contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o saldo desta rubrica é analisado como se segue:

valor em €

	2014	2013
Empréstimos concedidos	1.888.312	2.177.166
Outros	5.957.189	
<b>Total</b>	<b>7.845.501</b>	<b>2.177.166</b>

### 6.3. Investimentos a deter até à maturidade

Não existem investimentos nesta categoria de ativos.

### 6.4 Outros passivos financeiros

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

### 6.5 Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Allianz Portugal são os seguintes:

#### Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, empréstimos e contas a receber e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

#### Ativos financeiros detidos até à maturidade

Estes ativos estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado.

#### Passivos financeiros ao custo amortizado

O justo valor é estimado contrato a contrato, utilizando a melhor estimativa dos pressupostos para a projeção dos fluxos de caixa esperados e a taxa de juro sem risco à data do balanço.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	Níveis	2014		2013	
		Justo valor	Valor balanço	Justo valor	Valor balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	1	21.616.981	21.616.981	17.167.258	17.167.258
Empréstimos e contas a receber	3	7.845.501	7.845.501	2.177.166	2.177.166
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3	65.629.287	65.629.287	72.989.212	72.989.212
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>95.091.769</b>	<b>95.091.769</b>	<b>92.333.636</b>	<b>92.333.636</b>
Passivos financeiros ao custo amortizado	3	394.566.888	381.969.293	334.970.582	334.644.317
Outros passivos financeiros	3	1.165.683	1.165.683	3.578.015	3.578.015
Outros credores por operações de seguros e outras operações	3	34.617.945	34.617.945	36.654.061	36.654.061
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>		<b>430.350.516</b>	<b>417.752.921</b>	<b>375.202.658</b>	<b>374.876.393</b>

O cálculo do justo valor dos passivos financeiros ao custo amortizado foi feito, considerando como base a curva risk free que é a curva Euro Swap com um ajustamento de volatilidade e prémio de liquidez (volatility adjustment + liquidity premium 65), conforme a seguinte tabela:

Ano	Dez 2014	Dez 2013
0	0,19%	0,56%
1	0,25%	0,91%
2	0,34%	1,43%
3	0,50%	1,97%
4	0,69%	2,38%
5	0,89%	2,86%
6	1,12%	3,18%
7	1,37%	3,41%
8	1,57%	3,66%
9	1,73%	3,82%
10	1,84%	3,87%
11	1,91%	3,87%
12	1,95%	3,89%
13	1,97%	3,88%
14	1,98%	3,82%
15	1,99%	3,64%
16	1,99%	3,46%
17	1,99%	3,28%
18	1,97%	3,12%
19	1,95%	2,96%
20	2,20%	3,12%
21	2,47%	3,31%
22	2,70%	3,48%
23	2,90%	3,60%
24	3,07%	3,71%
25	3,23%	3,79%
26	3,35%	3,87%
27	3,46%	3,92%
28	3,55%	3,97%
29	3,64%	4,01%
30	3,71%	4,05%

## 6.6 Maturidades

A estrutura de maturidades é analisada como segue:

Risco de liquidez 2014	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	<b>21.616.981</b>	-	-	-	-	<b>21.616.981</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	-	-	-	-	<b>501.013</b>	<b>501.013</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	-	<b>232.249</b>	<b>162.284</b>	<b>154.875</b>	<b>366.683</b>	<b>916.091</b>
Dívida pública	-	232.249	162.284	154.875	-	549.408
Obrigações de outros emissores	-	-	-	-	-	-
Instrumentos de capital	-	-	-	-	366.683	366.683
<b>Investimentos disponíveis para venda</b>	<b>152.184.872</b>	<b>112.003.368</b>	<b>322.385.669</b>	<b>456.457.380</b>	<b>23.242.899</b>	<b>1.066.274.188</b>
Dívida pública	83.013.112	13.227.715	98.599.426	262.571.543	-	457.411.796
Obrigações de outros emissores	69.171.760	98.775.653	223.786.243	193.885.837	-	585.619.493
Instrumentos de capital	-	-	-	-	23.242.899	23.242.899
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>73.474.788</b>	-	-	-	-	<b>73.474.788</b>
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>247.276.641</b>	<b>112.235.617</b>	<b>322.547.953</b>	<b>456.612.255</b>	<b>24.110.595</b>	<b>1.162.783.061</b>
Passivos financeiros	94.569.838	39.385.864	85.017.394	199.785.680	-	418.758.776
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>94.569.838</b>	<b>39.385.864</b>	<b>85.017.394</b>	<b>199.785.680</b>	-	<b>418.758.776</b>
<b>Líquido</b>	<b>152.706.803</b>	<b>72.849.753</b>	<b>237.530.559</b>	<b>256.826.575</b>	<b>24.110.595</b>	<b>744.024.285</b>

Risco de liquidez 2013	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade	Maturidade Indeterminada	Total
<b>Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem</b>	<b>17.167.258</b>	-	-	-	-	<b>17.167.258</b>
<b>Ativos financeiros detidos para negociação</b>	-	-	-	-	<b>373.445</b>	<b>373.445</b>
<b>Ativos financeiros ao justo valor através de resultados</b>	<b>14.562.020</b>	-	<b>398.812</b>	-	<b>790.219</b>	<b>15.751.051</b>
Dívida pública	-	-	398.812	-	-	398.812
Obrigações de outros emissores	14.562.020	-	-	-	-	14.562.020
Instrumentos de capital	-	-	-	-	790.219	790.219
<b>Investimentos disponíveis para venda</b>	<b>107.064.889</b>	<b>146.429.617</b>	<b>307.396.402</b>	<b>425.706.914</b>	<b>26.616.111</b>	<b>1.013.213.933</b>
Dívida pública	4.591.789	81.244.867	57.743.271	206.994.883	-	350.574.810
Obrigações de outros emissores	102.473.100	65.184.750	249.653.131	218.712.031	-	636.023.012
Instrumentos de capital	-	-	-	-	26.616.111	26.616.111
<b>Outros ativos financeiros</b>	<b>75.166.378</b>	-	-	-	-	<b>75.166.378</b>
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>213.960.545</b>	<b>146.429.617</b>	<b>307.795.214</b>	<b>425.706.914</b>	<b>27.779.775</b>	<b>1.121.672.065</b>
Passivos financeiros	91.973.683	71.416.098	121.596.674	105.778.999	-	390.765.454
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>91.973.683</b>	<b>71.416.098</b>	<b>121.596.674</b>	<b>105.778.999</b>	-	<b>390.765.454</b>
<b>Líquido</b>	<b>121.986.862</b>	<b>75.013.519</b>	<b>186.198.540</b>	<b>319.927.915</b>	<b>27.779.775</b>	<b>730.906.611</b>

## 6.7 Dívida soberana

Apenas com referência a 31 de dezembro de 2013 a exposição da Allianz a dívida soberana de países da União Europeia em situação de bailout, era a que se apresenta em seguida:

Emitente / Carteira	31 de dezembro de 2013					
	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Ativos financeiros disponíveis para venda	199.198.434	199.198.434	8.530.077	4,0	5	1

Durante o exercício de 2014, Portugal deixou de estar abrangido pelo Programa de Assistência Económica e Financeira.

## 7. Interesses que não controlam

O valor dos interesses que não controlam é analisado de acordo com os seguintes detalhes:

	Balanço		Demonstração de Resultados	
	2014	2013	2014	2013
Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	154.592	170.373	(2.680)	4.521

	Valores em euros	
	2014	2013
<b>Saldo a 1 de janeiro</b>	<b>170.373</b>	<b>165.852</b>
Resultado líquido do exercício	(2.680)	4.521
Transações com interesses que não controlam	(13.101)	-
<b>Saldo a 31 de dezembro</b>	<b>154.592</b>	<b>170.373</b>

## 8. Caixa e equivalentes e Depósitos à ordem

Nesta rubrica estão englobados os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses. Em 31 de dezembro de 2014 as rubricas de caixa e depósitos à ordem totalizavam Euros 21.616.981, como segue:

	2014	2013
Caixa	374	374
Depósitos à ordem	21.616.607	17.166.884
<b>TOTAL</b>	<b>21.616.981</b>	<b>17.167.258</b>

## 9. Terrenos e Edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício de 2014 relativamente aos terrenos e edifícios são analisados como segue:

Nas rubricas do balanço:

RUBRICAS	Saldo inicial	Aquisições	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor	Alienações	Saldo final
De serviço próprio							
Terrenos e edifícios	24.927.138	-	-	85.245	-	-	25.012.383
Amortizações	(3.025.668)	-	(430.234)	(63.679)	-	-	(3.519.581)
	21.901.470	-	(430.234)	21.566	-	-	21.492.802
De rendimento	31.845.600	42.591	-	-	(183.591)	-	31.704.600
<b>TOTAL</b>	<b>53.747.070</b>	<b>42.591</b>	<b>(430.234)</b>	<b>21.566</b>	<b>(183.591)</b>	<b>-</b>	<b>53.197.402</b>

E nas rubricas de ganhos e perdas:

RUBRICAS	Rendimentos de rendas	Gastos	Amortizações	Regularizações	Alterações de justo valor
De serviço próprio	8.600	1.005.941	430.234	(21.566)	-
De rendimento	<b>1.294.233</b>	<b>372.339</b>	-	-	<b>183.591</b>
com rendimentos no ano	1.294.233	191.251	-	-	-
sem rendimentos no ano	-	181.088	-	-	183.591
<b>TOTAL</b>	<b>1.302.833</b>	<b>1.378.280</b>	<b>430.234</b>	<b>(21.566)</b>	<b>183.591</b>

A determinação do justo valor dos imóveis é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes cumprindo todos os requisitos definidos pela norma vigente.

## 10. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2014 relativos a ativos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial		Aumentos	Transferências e abates	Alienações	Amortizações do Exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições			Reforço	Regularizações	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS								
Equipamento administrativo	3.850.837	3.590.845	141.734	-	-	71.086	-	330.640
Máquinas e ferramentas	3.810.234	3.493.726	114.061	425.709	-	115.501	-	740.777
Equipamento informático	3.731.075	3.431.858	102.233	(3.996)	-	144.174	-	253.280
Instalações interiores	3.307.915	2.465.597	2.605	2.376.637	-	247.524	-	2.974.036
Material de transporte	55.221	55.221	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	831	831	-	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	2.717.997	1.922.544	245.273	-	-	190.347	-	850.379
Imobilizações em curso	2.769.725	-	28.625	(2.798.350)	-	-	-	-
Adiantamentos por conta	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>20.243.835</b>	<b>14.960.622</b>	<b>634.531</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>768.632</b>	<b>-</b>	<b>5.149.112</b>

## 11. Afetação dos investimentos e outros ativos

De acordo com as disposições legais vigentes para as empresas de seguros, a Companhia é obrigada a afetar investimentos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Em 31 de dezembro de 2014 a afetação de investimentos é como segue:

	2014				
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros não vida	Não afetos	Total
Caixa e equivalentes	-	13.590.899	7.959.858	66.224	21.616.981
Terrenos e edifícios	-	-	44.907.977	8.289.425	53.197.402
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	501.013	501.013
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	916.091	-	-	916.091
Investimentos disponíveis para venda	100.993.789	521.850.828	441.952.654	1.476.917	1.066.274.188
Empréstimos concedidos e contas a receber	1.888.312	5.957.189	-	-	7.845.501
Outros ativos tangíveis	-	-	-	5.149.112	5.149.112
<b>Total</b>	<b>102.882.101</b>	<b>542.315.007</b>	<b>494.820.489</b>	<b>15.482.691</b>	<b>1.155.500.288</b>
<b>Provisões técnicas e passivos por contratos de investimento</b>	<b>92.513.798</b>	<b>490.819.343</b>	<b>312.434.860</b>	<b>-</b>	<b>895.768.001</b>
<b>Excesso / (insuficiência)</b>	<b>10.368.303</b>	<b>51.495.664</b>	<b>182.385.629</b>	<b>15.482.691</b>	<b>241.160.144</b>

Os outros ativos não se encontram afetos a provisões técnicas e passivos por contratos de investimento.

## 12. Ativos Intangíveis

Os movimentos ocorridos no exercício de 2014 relativos a ativos intangíveis são analisados como segue:

RUBRICAS	Saldo Inicial			Amortizações do Exercício				Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Transferências e Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Programas informáticos	8.660.591	7.865.059	91.716	387.183	-	264.432	-	1.009.999
Programas informáticos (Imobilizações Em Curso)	387.183	-	-	(387.183)	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.047.774</b>	<b>7.865.059</b>	<b>91.716</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>264.432</b>	<b>-</b>	<b>1.009.999</b>

### 13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

#### 13.1. Desdobramento da conta de ajustamentos e outras provisões

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a ajustamentos e outras provisões são analisados como segue:

	Ano de 2014			Saldo Final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Perdas por imparidade em ativos ao custo amortizado</b>				
Devedores por operações de seguro direto	1.193.320	307.294	(477.158)	1.023.456
Devedores por operações de resseguro	823.407	-	(511.216)	312.191
Devedores por outras operações	8.555.307	1.559.142	(1.766.402)	8.348.047
	<b>10.572.034</b>	<b>1.866.436</b>	<b>(2.754.776)</b>	<b>9.683.694</b>
<b>Outras Provisões</b>				
Outras provisões	2.887.145	3.214	(581.956)	2.308.403
	<b>2.887.145</b>	<b>3.214</b>	<b>(581.956)</b>	<b>2.308.403</b>

#### 13.2. Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização.

O valor dos ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são analisadas como segue:

	2014	2013
Contas a receber por operações de seguro direto	43.386	191.148
Contas a receber por operações de resseguro	312.191	823.407
Contas a receber por outras operações	8.348.047	8.555.307
<b>TOTAL</b>	<b>8.703.624</b>	<b>9.569.862</b>

Estas rubricas não incluem os ajustamentos de recibos por cobrar (referenciados na Nota 13.3)

#### 13.3. Ajustamento de recibos por cobrar

O cálculo dos ajustamentos de recibos por cobrar é efetuado com base na probabilidade de cobrança dos recibos de prémios por cobrar no final do ano e em conformidade com os critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Este ajustamento é apresentado no balanço como dedução aos Devedores por operações de seguro direto.

	2014	2013
Contas a receber por operações de seguro direto	980.070	1.002.172
<b>TOTAL</b>	<b>980.070</b>	<b>1.002.172</b>

Na rubrica Tomadores de seguros encontra-se registado o montante de Euros 18.181.576 (2013: Euros 16.863.181) referente ao valor de recibos de prémios por cobrar.

## 14. Prémios de contratos de seguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	2014	2013
Prémios Brutos Emitidos - Vida	117.154.614	125.843.464
Prémios Brutos Emitidos - Não Vida	318.987.689	312.382.165
Prémios Brutos Emitidos	436.142.303	438.225.629
Prémios de Resseguro Cedido - Vida	(1.499.425)	(1.534.589)
Prémios de Resseguro Cedido - Não Vida	(48.918.965)	(45.017.879)
Prémios de Resseguro Cedido	(50.418.390)	(46.552.468)
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Vida	(96.410)	135.491
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos - Não Vida	1.257.290	5.797.371
Varição de Prémios Brutos Não Adquiridos	1.160.880	5.932.862
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Vida	(13.621)	9.403
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido - Não Vida	360.705	(3.251.450)
Varição de Prémios Não Adquiridos de Resseguro Cedido	347.084	(3.242.047)
Varição de Prémios Não Adquiridos	1.507.964	2.690.815
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Vida	115.545.158	124.453.769
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro - Não Vida	271.686.719	269.910.207
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	387.231.877	394.363.976

Os prémios brutos emitidos do ramo Vida são analisados como se segue:

	2014	2013
Relativos a contratos individuais	38.818.775	42.122.489
Relativos a contratos grupo	78.335.839	83.720.975
	117.154.614	125.843.464
Periódicos	84.216.821	84.500.972
Não Periódicos	32.937.793	41.342.492
	117.154.614	125.843.464
De contratos sem participação nos resultados	109.035.828	110.598.802
De contratos com participação nos resultados	8.118.786	15.244.662
<b>Prémios brutos emitidos - Vida</b>	<b>117.154.614</b>	<b>125.843.464</b>

O segmento Não Vida é analisado como segue:

Ramos /grupos de ramos	2014				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
<b>Seguro direto</b>					
Acidentes e Doença	109.839.056	111.688.847	99.392.946	26.540.662	(2.223.714)
Incêndio e outros danos	72.765.127	72.675.470	38.966.487	16.134.297	(13.411.642)
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	72.634.480	73.220.917	50.060.486	17.979.659	(244.013)
- Outras coberturas	49.741.146	48.995.136	29.053.456	11.370.433	(12.191.353)
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.173.611	4.045.590	3.029.113	774.319	(120.718)
Responsabilidade Civil Geral	7.669.319	7.499.871	1.147.720	1.508.374	(1.807.560)
Crédito e Caução	243.951	259.304	31.993	14.535	(207.594)
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	665.405	697.844	59.535	51.378	(603.061)
<b>Total</b>	<b>317.732.095</b>	<b>319.082.979</b>	<b>221.741.736</b>	<b>74.373.657</b>	<b>(30.809.655)</b>
Resseguro aceite	1.255.594	1.162.000	1.104.081	27.295	339.677
<b>Total geral</b>	<b>318.987.689</b>	<b>320.244.979</b>	<b>222.845.817</b>	<b>74.400.952</b>	<b>(30.469.978)</b>

Ramos /Grupos de ramos	2013				
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
<b>Seguro direto</b>					
Acidentes e Doença	104.172.323	105.706.402	95.703.006	25.281.396	(2.037.746)
Incêndio e outros danos	68.150.722	69.498.445	36.603.264	13.968.445	(19.510.661)
Automóvel					
- Responsabilidade Civil	75.988.489	77.987.724	48.575.570	19.042.181	(328.576)
- Outras coberturas	50.646.624	51.817.921	22.061.932	12.449.821	(10.280.255)
Marítimo, Aéreo e Transportes	4.018.727	3.954.153	2.174.033	717.479	(717.720)
Responsabilidade Civil Geral	7.339.301	7.313.224	328.994	1.271.239	(2.176.509)
Crédito e Caução	253.992	277.176	(229.504)	10.963	(196.748)
Assistência	-	-	(14.500)	-	-
Diversos	781.190	790.098	(57.381)	49.979	(709.833)
<b>Total</b>	<b>311.351.368</b>	<b>317.345.143</b>	<b>205.145.414</b>	<b>72.791.503</b>	<b>(35.958.048)</b>
Resseguro aceite	1.030.797	834.393	1.804	16.697	(549.441)
<b>Total geral</b>	<b>312.382.165</b>	<b>318.179.536</b>	<b>205.147.218</b>	<b>72.808.200</b>	<b>(36.507.489)</b>

## 15. Comissões e outros proveitos

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euros 215.573 (2013: Euros 507.473), sendo calculadas fundo a fundo, de acordo com as condições gerais de cada produto.

## 16. Rendimentos /Rédito de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2014	2013
<b>Juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Títulos de dívida	36.027.633	30.123.670
Ativos financeiros detidos até à maturidade		
Títulos de dívida	-	6.338.565
Depósitos bancários	188.984	253.997
Outros	28.360	36.059
	<b>36.244.977</b>	<b>36.752.291</b>
<b>Juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas</b>	<b>(8.473.859)</b>	<b>(8.720.903)</b>
<b>Outros</b>		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Títulos de dívida	-	20.712
Propriedades de investimento	1.302.833	1.438.957
	<b>1.302.833</b>	<b>1.459.669</b>
<b>Total</b>	<b>29.073.951</b>	<b>29.491.057</b>

## 17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados em ativos financeiros detidos para venda são analisados como segue:

	2014		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	1.053.655	(298)	1.053.357
Instrumentos de capital e unidades de participação	276.180	(6.533)	269.647
<b>TOTAL</b>	<b>1.329.835</b>	<b>(6.831)</b>	<b>1.323.004</b>
	2013		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	1.591.725	(1.621.477)	(29.752)
<b>TOTAL</b>	<b>1.591.725</b>	<b>(1.621.477)</b>	<b>(29.752)</b>

Os ganhos e perdas em ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2014		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	597.733	(18.139)	579.594
Instrumentos de capital e unidades de participação	283.154	-	283.154
<b>Total de Ativos</b>	<b>880.887</b>	<b>(18.139)</b>	<b>862.748</b>
Passivos por contratos de investimento	-	(567.765)	(567.765)
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>(567.765)</b>	<b>(567.765)</b>
<b>Total</b>	<b>880.887</b>	<b>(585.904)</b>	<b>294.983</b>

	2013		
	Ganhos	Perdas	Total
Títulos de dívida	742.956	(111.635)	631.321
Instrumentos de capital e unidades de participação	115.633	(45.835)	69.798
<b>Total de Ativos</b>	<b>858.589</b>	<b>(157.470)</b>	<b>701.119</b>
Passivos por contratos de investimento	-	(1 306.088)	(1 306.088)
<b>Total Passivo</b>	<b>-</b>	<b>(1 306.088)</b>	<b>(1 306.088)</b>
<b>Total</b>	<b>858.589</b>	<b>(1 463.558)</b>	<b>(604.969)</b>

## 18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor são analisados como segue:

	2014	2013
<b>Ativos detidos para negociação</b>		
Derivados	48.106	82.990
	48.106	82.990
<b>Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas</b>		
Títulos de dívida	(3.162)	683.887
Instrumentos de capital e unidades de participação	(291.821)	(132.018)
	(294.983)	551.869
<b>TOTAL</b>	<b>(246.877)</b>	<b>634.859</b>

## 19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

Os valores de ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, mediante utilização das taxas de câmbio de referência divulgadas pelo Banco Central Europeu. Todas as diferenças de câmbio, realizadas ou não realizadas, são consideradas nos resultados dos exercícios em que se verificam.

À data de balanço não existiam posições cambiais no portfólio da Allianz Portugal.

## 21. Gastos diversos por função e natureza

Os custos administrativos são analisados como segue:

	2014	2013
Custos com pessoal	26.568.619	26.552.181
Fornecimentos e serviços externos	22.468.240	22.533.607
Impostos e taxas	2.192.896	2.092.825
Amortizações do exercício	1.463.298	1.081.627
Provisões	0	1.248.657
Juros suportados	26.377	67.216
Comissões	515.839	474.045
<b>Total</b>	<b>53.235.269</b>	<b>54.050.158</b>

Os custos administrativos foram imputados da seguinte forma:

	2014	2013
Custos com sinistros	14.773.394	14.963.450
Custos de exploração		
Custos de aquisição	20.143.607	20.702.044
Custos administrativos	16.062.881	16.132.722
Custos com investimentos	2.085.468	2.085.292
Outros custos não imputados	169.919	166.650
<b>Total</b>	<b>53.235.269</b>	<b>54.050.158</b>

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

	2014	2013
Eletricidade	351.100	392.935
Impressos	157.942	194.251
Material escritório	162.090	217.661
Livros e documentação técnica	1.895	2.653
Artigos para oferta	19.029	28.681
Conservação e reparação	1.071.555	976.932
Rendas e alugueres	897.609	1.643.585
Despesas de representação	1.814.712	1.788.713
Franquias postais/ transporte postal	1.637.852	1.647.799
Comunicações	1.212.009	1.273.055
Deslocações e estadias	1.205.424	1.190.625
Seguros	174.223	195.947
Publicidade e propaganda	2.537.870	2.421.487
Limpeza, higiene e conforto	325.955	308.858
Vigilância e segurança	243.984	244.185
Trabalhos Especializados	7.423.231	6.696.516
Auditoria	312.912	317.715
Outros	7.110.319	6.378.801
Outras Prestações de Serviço	1.911.292	1.874.014
Custos com Cobrança de Prémios	607.659	602.882
Outros	712.809	832.828
<b>TOTAL</b>	<b>22.468.240</b>	<b>22.533.607</b>

A rubrica de trabalhos especializados inclui o montante de Euros 4.822.966 (2013: Euros 3.958.926) relativos a custos com trabalhos informáticos (infraestrutura - mainframe).

Detalhe dos honorários faturados, incluindo IVA, pelos Revisores Oficiais de Contas relativamente aos anos de 2014 e 2013:

	2014	2013
Revisão Legal das Contas Anuais	192.618	180.570
Consultoria Fiscal	78.720	100.245
Outros Serviços de Garantia de Fiabilidade	41.574	36.900
<b>TOTAL</b>	<b>312.912</b>	<b>317.715</b>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2014	2013
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	96.880.353	95.291.797
Custos de aquisição diferidos (variação)	2.023.136	2.336.674
Gastos administrativos	16.062.882	16.132.722
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(9.026.763)	(6.782.250)
<b>TOTAL</b>	<b>105.939.608</b>	<b>106.978.943</b>

A rubrica custos de aquisição inclui o montante de Euros € 76.736.747 (2013: Euros 74.589.753) relativo a comissões e outros incentivos atribuídos aos mediadores e corretores da Companhia.

## 22. Gastos com pessoal

### 22.1 Número de trabalhadores ao serviço por categoria profissional

O número de pessoas ao serviço do Grupo no final dos exercícios de 2014 e 2013:

	2014	2013
Quadros superiores	29	37
Quadros médios	79	49
Profissionais altamente qualificados	148	172
Profissionais qualificados	303	295
Profissionais semi-qualificados	2	2
<b>TOTAL</b>	<b>561</b>	<b>555</b>

### 22.2 Custos com pessoal referentes ao exercício

Os custos com pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são analisados como se segue:

	2014	2013
<b>Remunerações</b>	<b>19.973.105</b>	<b>19.857.104</b>
Órgãos sociais	552.091	736.366
Pessoal	19.421.014	19.120.738
<b>Encargos sobre remunerações</b>	<b>4.029.479</b>	<b>3.970.707</b>
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>501.246</b>	<b>795.815</b>
Planos de contribuição definida	274.161	489
Planos de benefícios definidos	227.085	795.326
<b>Outros benefícios a longo prazo dos empregados</b>	<b>402.653</b>	<b>406.354</b>
<b>Benefícios de cessação de emprego</b>	<b>192.600</b>	<b>148.750</b>
<b>Seguros Obrigatórios</b>	<b>991.357</b>	<b>882.399</b>
<b>Gastos de ação social</b>	<b>61.829</b>	<b>61.070</b>
<b>Outros gastos com pessoal</b>	<b>416.350</b>	<b>429.982</b>
<b>TOTAL</b>	<b>26.568.619</b>	<b>26.552.181</b>

### 22.3. Informações adicionais relativamente a transações com os órgãos sociais

Para além das remunerações e outros benefícios concedidos não existem quaisquer transações com membros dos órgãos sociais.

### 23. Obrigações com benefícios dos empregados e outros benefícios pós-emprego

Os pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades relativas às obrigações com benefícios dos empregados são os seguintes:

	2014	2013
Taxa de desconto	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,50%
Taxa de rendimento esperada do fundo	2,00%	3,50%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Método atuarial	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2014	2013
Ativos	0	0
Reformados	433	443
<b>TOTAL</b>	<b>433</b>	<b>443</b>

Os ativos / (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2014 e 2013 são como segue:

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
<b>Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>						
Responsabilidades em 31 de dezembro						
Pensionistas	(21.648.617)	(2.458.065)	(24.106.682)	(20.915.266)	(2.230.590)	(23.145.856)
Ativos	-	-	-	-	-	-
	<b>(21.648.617)</b>	<b>(2.458.065)</b>	<b>(24.106.682)</b>	<b>(20.915.266)</b>	<b>(2.230.590)</b>	<b>(23.145.856)</b>
<b>Saldo do fundo em 31 de dezembro</b>	22.730.782	-	22.730.782	24.319.579	-	24.319.579
<b>Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro</b>	<b>1.082.165</b>	<b>(2.458.065)</b>	<b>(1.375.900)</b>	<b>3.404.313</b>	<b>(2.230.590)</b>	<b>1.173.723</b>

As outras responsabilidades dizem respeito à responsabilidade associada à segurança social dos pré-reformados e a benefícios de saúde atribuídos e outros benefícios pós-emprego.

O acréscimo das responsabilidades em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisado como segue:

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
<b>Responsabilidades em 1 de janeiro</b>	<b>(20.915.266)</b>	<b>(2.230.590)</b>	<b>(23.145.856)</b>	<b>(22.919.191)</b>	<b>(2.386.406)</b>	<b>(25.305.597)</b>
Custo dos juros	(669.503)	(68.135)	(737.638)	(686.491)	(68.648)	(755.139)
Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades	(3.271.903)	(631.865)	(3.903.768)	26.260	(80.870)	(54.610)
Benefícios pagos	3.573.191	567.744	4.140.935	3.592.757	548.336	4.141.093
Reformas antecipadas	(365.136)	(95.219)	(460.355)	(928.601)	(243.002)	(1.171.603)
<b>Responsabilidades em 31 de dezembro</b>	<b>(21.648.617)</b>	<b>(2.458.065)</b>	<b>(24.106.682)</b>	<b>(20.915.266)</b>	<b>(2.230.590)</b>	<b>(23.145.856)</b>

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia tinha até 31 de dezembro de 2011 assumido a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Coletivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT). Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Coletivo de Trabalho da Atividade Seguradora (CCT) para os colaboradores admitidos até 22 de junho de 1995.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2011, relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo seria convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia iria proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement") durante o ano de 2012.

Em junho de 2014 foi aprovada pelo ASF a constituição do Fundo de Pensões AZP III, um plano de contribuição definida de acordo com as regras constantes do novo contrato coletivo de trabalho.

De acordo com este novo CCT, a Companhia passou a garantir, como mínimo, apenas a poupança inicial que resulta da transferência das responsabilidades por serviços passados para as contas individuais.

A variação do fundo em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é analisada como segue:

	2014	2013
<b>Saldo do fundo em 1 de janeiro</b>	<b>24.319.579</b>	<b>26.992.940</b>
Rendimento esperado	807.554	819.766
Ganhos e (perdas) atuariais	96.840	45.630
Contribuições	1.080.000	54.000
Benefícios pagos	(3.573.191)	(3.592.757)
<b>Saldo do fundo em 31 de dezembro</b>	<b>22.730.782</b>	<b>24.319.579</b>

Os ganhos e perdas atuariais em 2014 e 2013 são analisadas como segue:

	2014	2013
<b>Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro</b>	<b>(4.514.034)</b>	<b>(4.442.144)</b>
(Ganhos) e perdas atuariais		
- nas responsabilidades	3.271.903	(26.260)
- nos ativos do plano	(96.840)	(45.630)
<b>Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro</b>	<b>(1.338.971)</b>	<b>(4.514.034)</b>

O detalhe dos ganhos e perdas atuariais nas responsabilidades para o ano de 2014 é o seguinte:

	2014
<b>(Ganhos) e perdas atuariais nas responsabilidades</b>	
- por alteração de pressupostos financeiros	1.138.903
- por alteração de pressupostos demográficos	1.982.000
- por experiência	151.000
	<b>3.271.903</b>

Os (ativos) / passivos líquidos são analisados como segue:

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
<b>(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro</b>	<b>(3.404.313)</b>	<b>2.230.590</b>	<b>(1.173.723)</b>	<b>(4.073.749)</b>	<b>2.386.406</b>	<b>(1.687.343)</b>
Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades	3.271.903	631.865	3.903.768	(26.260)	80.870	54.610
Ganhos e perdas atuariais dos fundos	(96.840)	-	(96.840)	(45.630)	-	(45.630)
Encargos do ano:						-
- Custo dos juros	669.503	68.135	737.638	686.491	68.648	755.139
- Rendimento esperado do fundo	(807.554)	-	(807.554)	(819.766)	-	(819.766)
- Reformas antecipadas	365.136	95.219	460.355	928.601	243.002	1.171.603
Contribuições efetuadas no ano e benefícios pagos	(1.080.000)	(567.744)	(1.647.744)	(54.000)	(548.336)	(602.336)
<b>(Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro</b>	<b>(1.082.165)</b>	<b>2.458.065</b>	<b>1.375.900</b>	<b>(3.404.313)</b>	<b>2.230.590</b>	<b>(1.173.723)</b>

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, são como segue:

	2014			2013		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(138.051)	68.135	(69.916)	(133.275)	68.648	(64.627)
(Ganhos) e perdas atuariais	-	631.865	631.865	-	80.870	80.870
Reformas antecipadas	365.136	95.219	460.355	928.601	243.002	1.171.603
<b>Custos do exercício</b>	<b>227.085</b>	<b>795.219</b>	<b>1.022.304</b>	<b>795.326</b>	<b>392.520</b>	<b>1.187.846</b>

Os ativos do fundo de pensões são decompostos da seguinte forma:

	2014	2013
Ações e outros títulos de rendimento variável	998.734	1.373.733
Títulos de rendimento fixo	22.684.588	27.441.917
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	1.736.100	(1.285.217)
Valor a transferir do corte do plano	(2.688.640)	(3.210.854)
	<b>22.730.782</b>	<b>24.319.579</b>

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, com referência a 31 de dezembro de 2014, é a seguinte:

	2014		2013	
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros	
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%
Taxa de crescimento dos salários	(270.000)	273.000	(267.000)	270.000
Taxa de crescimento das pensões	(274.000)	285.000	(285.000)	294.000
	-0,5%	+0,5%	-0,5%	+0,5%
Taxa de desconto	619.000	(578.000)	645.000	(604.000)
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos	
	+1 ano		+1 ano	
Alteração da tábua de mortalidade	552.000		527.000	

Adicionalmente, a Companhia transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro. O valor total da responsabilidade ascende a Euros 2.208.747 (2013: Euros 2.147.702), o qual está incluído no valor das provisões matemáticas do ramo Vida.

#### 24. Imposto sobre rendimento

O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2014 foi apurado pela Companhia com base numa taxa nominal de imposto e derrama de 29,5% (IRC 21%), que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. O cálculo do imposto corrente relativo a 2014 foi apurado com base na taxa nominal de 31,5% (IRC 23%) aprovada à data de balanço.

As declarações de autoliquidação ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração de que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Os impostos e taxas incluídos em várias rubricas do balanço são analisados como segue:

	2014	2013
IRC - Imposto a pagar/a recuperar	1.787.656	520.255
FAT	(6.962.973)	(6.860.936)
FGA	(529.650)	(585.437)
Selo Apólice	(2.922.977)	(2.723.528)
Prevenção Rodoviária	(75.721)	(149.024)
ASF	(442.778)	(432.464)
INEM	(707.831)	(1.130.502)
ANPC (SNB)	(542.138)	(447.015)
Segurança Social	(477.342)	(456.901)
Retenções IRS/IRC	(982.355)	(836.851)
Outros	(520.636)	(540.434)
<b>Ativos por impostos correntes</b>	-	-
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>(12.376.746)</b>	<b>(13.642.838)</b>

A rubrica FAT inclui uma estimativa do valor atual das contribuições futuras para o Fundo de Acidentes de Trabalho de acordo com política contabilística definida na nota 4.1. no montante de Euros 5.796.151 (2013: Euros 5.672.098).

Os ativos e passivos por impostos diferidos são como segue:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros	-	-	24.577.907	6.995.312	(24.577.907)	(6.995.312)
Provisões não técnicas	2.186.958	2.589.629	-	-	2.186.958	2.589.629
<b>Imposto diferido ativo/(passivo)</b>	<b>2.186.958</b>	<b>2.589.629</b>	<b>24.577.907</b>	<b>6.995.312</b>	<b>(22.390.949)</b>	<b>(4.405.683)</b>

Os impostos diferidos foram reconhecidos como segue:

	2014			2013		
	Reservas	Resultados	Total	Reservas	Resultados	Total
Ativos financeiros	(19.746.377)	497.365	(19.249.012)	(5.850.727)	75.063	(5.775.664)
Ativos financeiros - Impacto por alteração da taxa	1.746.534	(80.117)	1.666.417	(614.781)	60.514	(554.267)
Provisões não técnicas	-	(254.403)	(254.403)	-	(931.664)	(931.664)
Provisões não técnicas - Impacto por alteração da taxa	-	(148.268)	(148.268)	-	205.526	205.526
	<b>(17.999.843)</b>	<b>14.577</b>	<b>(17.985.266)</b>	<b>(6.465.508)</b>	<b>(590.561)</b>	<b>(7.056.069)</b>

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

	2014	2013
Impostos diferidos	(25.759.629)	(7.759.786)
Impostos correntes	(1.453.308)	(834.649)
<b>Reserva de Reavaliação</b>	<b>(27.212.937)</b>	<b>(8.594.435)</b>
Impostos correntes	(337.093)	(1.337.238)
<b>Outras Reservas</b>	<b>(337.093)</b>	<b>(1.337.238)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(27.550.030)</b>	<b>(9.931.673)</b>

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2014	2013
Resultados e outras variações patrimoniais antes impostos	29.726.914	42.916.280
Taxa(s) de imposto	31,5%	31,5%
Imposto do exercício	9.363.978	13.518.628
Tributações autónomas	408.544	381.656
Outras diferenças permanentes	(81.638)	(976.261)
<b>Imposto reconhecido nos resultados</b>	<b>9.690.884</b>	<b>12.924.023</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>32,6%</b>	<b>30,1%</b>

## 25. Capital

O Capital da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., de Euros 39.545.400, representado por 7.909.080 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado. Nos termos da legislação portuguesa a Companhia deverá constituir uma reserva legal formada pela afetação de 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, até à concorrência do capital social.

## 26. Reservas

### Reservas de reavaliação

Reconhecem-se nesta rubrica os ajustamentos decorrentes da aplicação do justo valor aos ativos classificados como ativos disponíveis para venda.

A reserva de justo valor é analisada como segue:

	2014	2013
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	946.438.217	957.582.202
Imparidade	(2.221.916)	(876.855)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	944.216.301	956.705.347
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	1.045.959.257	992.882.812
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	5.752.630	7.290.000
Reserva de justo valor	95.990.326	28.887.465
Provisão para participação nos resultados a atribuir	(3.847.780)	(1.395.297)
Impostos diferidos e correntes	(27.212.937)	(8.594.435)
<b>Reserva de reavaliação líquida de impostos</b>	<b>64.929.609</b>	<b>18.897.733</b>

### Reserva por impostos diferidos e correntes

Reconhece-se nesta rubrica o imposto sobre diferenças temporárias, registadas na situação líquida, entre o resultado contabilístico e o resultado fiscalmente aceite para efeitos de tributação em Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), na medida em que exista uma probabilidade razoável de que tal imposto venha a ser recuperado ou pago no futuro. Reconhece-se adicionalmente o imposto corrente, decorrente das variações patrimoniais dos instrumentos financeiros a cobrir responsabilidades do ramo Vida com participação nos resultados.

### Outras reservas

Incluem a Reserva legal calculada de acordo com disposições legais em vigor e as Reservas livres.

## 27. Resultados por ação

Os resultados por ação são apresentados como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	20.038.710	29.987.736
Número de ações	7.909.080	7.909.080
Resultados por ação	2,534	3,792

## 28. Dividendos

Os dividendos distribuídos em 2014 (relativos ao exercício de 2013) representaram Euros 35.037.224,4. O valor por ação foi de 4,43 Euros. Foram ainda distribuídos em 2014 dividendos extraordinários no valor de 35.440.587,48 que correspondeu a 4,48 Euros por ação.

O valor de dividendos proposto, relativo ao exercício de 2014 é de Euros 24.522.306 o que corresponde a 3,10 Euros por ação.

## 29. Transações entre partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, para o exercício de 2014 e 2013, encontram-se representadas no seguinte quadro:

	2014				2013			
	ALLIANZ GROUP	BPI	CEPRES	TOTAL	ALLIANZ GROUP	BPI	CEPRES	TOTAL
<b>ATIVO</b>	<b>42.443.668</b>	<b>23.711.834</b>	<b>-</b>	<b>66.155.502</b>	<b>52.063.079</b>	<b>18.878.684</b>	<b>-</b>	<b>70.941.763</b>
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	21.456.456	-	21.456.456	-	5.529.159	-	5.529.159
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	501.013	-	-	501.013	373.445	-	-	373.445
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial	-	36.519	-	36.519	-	10.696.970	-	10.696.970
Ativos disponíveis para venda	-	2.218.859	-	2.218.859	-	2.652.555	-	2.652.555
Provisões técnicas de resseguro cedido	18.552.173	-	-	18.552.173	16.449.624	-	-	16.449.624
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.390.482	-	-	23.390.482	35.240.010	-	-	35.240.010
<b>PASSIVO</b>	<b>8.611.767</b>	<b>18.600.202</b>	<b>-</b>	<b>27.211.969</b>	<b>7.438.387</b>	<b>19.387.272</b>	<b>-</b>	<b>26.825.659</b>
Provisões técnicas	199.794	-	-	199.794	31.904	-	-	31.904
Depósitos recebidos de resseguradores	494.723	-	-	494.723	1.280.917	-	-	1.280.917
Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.917.250	18.600.202	-	26.517.452	6.125.566	19.387.272	-	25.512.838
<b>GANHOS E PERDAS</b>	<b>(31.807.433)</b>	<b>(38.249.879)</b>	<b>242.863</b>	<b>(69.814.449)</b>	<b>(32.905.775)</b>	<b>(37.161.072)</b>	<b>314.025</b>	<b>(69.752.822)</b>
Prémios Brutos Emitidos	148.311	-	-	148.311	146.600	-	-	146.600
Prémios de Resseguro Cedido	(46.249.823)	-	-	(46.249.823)	(38.539.502)	-	-	(38.539.502)
Comissões de contratos de seguro e operações ...	-	25.074	-	25.074	-	196.850	-	196.850
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	298	-	-	298	514	-	-	514
Provisão Prémios não Adquiridos Parte dos Resseguradores(variação)	5.009.875	-	-	5.009.875	(909.062)	-	-	(909.062)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	6.122.608	-	242.863	6.365.471	6.250.848	-	314.025	6.564.873
Custos e gastos de exploração líquidos	1.274.778	(39.775.369)	-	(38.500.591)	(419.551)	(38.828.867)	-	(39.248.418)
Rendimentos	-	944.730	-	944.730	-	929.672	-	929.672
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	48.106	555.686	-	603.792	82.990	541.273	-	624.263
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	376.701	-	-	376.701	126.513	-	-	126.513
Outros rendimentos/gastos	1.461.713	-	-	1.461.713	354.875	-	-	354.875

As transações com a Allianz Group referem-se a investimentos, resseguro, companhias representadas, prestação de serviços, representação fiscal e fornecedores não residentes.

As transações com o BPI referem-se a investimentos, comissões bancárias, comissões de mediação e corretagem.

A CEPRES – Central de Prestadores de Serviços, A.C.E - é um agrupamento complementar de empresas constituído nos termos da legislação em vigor, que tem por objeto representar e defender os interesses das empresas agrupadas, nomeadamente Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A, AXA Portugal – Companhia de Seguros, S.A., e Direct & Quixa Seguros y Reaseguros, S.A.U. – Sucursal em Portugal, na prestação ou obtenção de serviços de reparação de viaturas, aluguer de viaturas, reboques de viaturas, recolha e venda de salvados e fornecimento de peças, bem como quaisquer outras atividades conexas, se tal for considerado necessário pelas empresas agrupadas.

A título de remunerações, prémios de incentivo e outros benefícios relativos ao conjunto de pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, a Companhia reconheceu como custo do exercício os montantes de Euros 283.500 (2013: Euros 270.000), Euros 176.440 (2013: Euros 228.250) e Euros 76.730 (2013: Euros 73.172) respetivamente.

### 34. Compromissos Financeiros

Os Compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de locação operacional encontram-se distribuídos pelos seguintes exercícios futuros:

	até 3 meses	3-12 meses	1- 5 anos	Total
Rendas vincendas	87.374	259.286	179.202	525.862

Adicionalmente, a Allianz, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é uma Sociedade Gestora de fundos de pensões. Os ativos sob gestão ascendem a Euros 29.194.237 (2013: 29.670.195).

### 36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não se conhecem à data de elaboração deste relatório eventos com impacto significativo nesta apresentação de contas.

### 37. Outras informações

#### 37.1. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de Acréscimos e diferimentos de passivo é analisada como segue:

	2014	2013
Férias e subsídio de férias	2.817.147	2.749.652
Distribuição de resultados	2.938.379	2.466.537
Outros acréscimos de custos	8.340.596	8.339.444
Proveitos diferidos	113.363	111.927
<b>TOTAL</b>	<b>14.209.485</b>	<b>13.667.560</b>

A rubrica distribuição de resultados inclui o montante de Euros 32.000 relativo ao prémio de permanência atribuído no âmbito do CCT, conforme referido nas políticas contabilísticas relativas a benefícios aos empregados.

#### 37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

	2014	2013
Devedores por operações de seguro direto	35.981.181	31.041.849
Resseguradores	922.535	1.832.115
Outros devedores	38.409.265	50.687.282
	75.312.981	83.561.246
Imparidade	(9.683.694)	(10.572.034)
<b>Total</b>	<b>65.629.287</b>	<b>72.989.212</b>

A diminuição significativa registada na rubrica de Outros devedores justifica-se pela alteração do investimento de 30 para 20 milhões de euros no Cash Pool.

### 37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

	2014	2013
Credores por operações de seguro direto	4.417.478	4.645.751
Resseguradores	8.057.517	6.296.517
Outros credores	22.142.950	25.711.793
<b>Total</b>	<b>34.617.945</b>	<b>36.654.061</b>

Na rubrica Outros credores está incluído o montante de Euros 18.600.202 (2013: 19.387.272 Euros) relativo a comissões a pagar ao BPI, S.A.

### 38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

#### IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

A Allianz não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre ambos. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de fato).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e, (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Allianz não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

#### IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que veio revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na

IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Allianz não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

### **IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

O IASB emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fossem imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável, quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Allianz não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

### **IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades**

O IASB emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que fosse imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: (i) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; (ii) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Allianz analisou os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção das IFRS 10 e IFRS 11, não tendo tido qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

### **Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como uma entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de private equity, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1174/2013, de 20 de novembro.

A Allianz não teve qualquer impacto decorrente desta alteração.

### **IAS 36 (Alterada) - Imparidade de Ativos: Divulgação da Quantia Recuperável dos Ativos Não-Financeiros**

O IASB, emitiu em 29 de maio de 2013, a alteração em epígrafe com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1374/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo das alterações foi clarificar o âmbito das divulgações de informação sobre o valor recuperável dos ativos, quando tal quantia seja baseada no justo valor líquido dos custos de venda, sendo limitadas a ativos com imparidade.

### **IAS 39 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Novação de Derivados e Continuação da Contabilidade de Cobertura**

O IASB, emitiu em 27 de junho de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1375/2013, de 19 de dezembro.

O objetivo destas alterações foi flexibilizar os requisitos contabilísticos de um derivado de cobertura, em que haja a necessidade de alterar a contraparte de liquidação (clearing counterparty) em consequência de alterações em leis ou regulamentos. Tal flexibilidade significa que a contabilidade de cobertura continua independentemente da alteração da contraparte de liquidação (“novação”) que, sem a alteração ocorrida na norma, deixaria de ser permitida.

#### **IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros**

O IASB emitiu, em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciassem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro. As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Allianz não teve qualquer impacto decorrente desta alteração, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

#### **IFRIC 21 – Taxas**

O IASB emitiu, em 20 de maio de 2013, esta interpretação com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014.

Esta nova interpretação define taxas (levy) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve quaisquer impactos nas demonstrações financeiras da Allianz.

[A Allianz decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:](#)

#### **IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados**

O IASB, emitiu em 21 de novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014.

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo uma percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

#### **Melhoramentos às IFRS (2010-2012)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de fevereiro de 2015).

#### **IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)**

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting)” contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

### **IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais**

O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

### **IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa**

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

### **IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo**

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

### **IAS 16 e IAS 40 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada**

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depende da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada é calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

### **IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão**

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

### **Melhoramentos às IFRS (2011-2013)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2013 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2014 às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de dezembro (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após 1 de janeiro de 2015).

### **IFRS 1 – Conceito de “IFRS efetivas”**

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

### **IFRS 3 – Exceções ao âmbito de aplicação para joint ventures**

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3, a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal exceção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de joint ventures ou às próprias joint ventures.

### **IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – exceção de portefólios**

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma exceção para mensurar o justo valor de grupos de ativos ou passivos na base líquida. O objetivo desta alteração consiste na clarificação que a exceção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de ativo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

## IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio

O objetivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um ativo, de um grupo de ativos ou de uma concentração de uma atividade operacional abrangida pela IFRS 3.

### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Allianz

#### IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito tiver aumentado significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9, será de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

#### **IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes**

O IASB, emitiu, em maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2017. A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Allianz encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.

#### **Melhoramentos às IFRS (2012-2014)**

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de setembro de 2014 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19, IAS 34.

A Allianz não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

#### **IAS 27: Equity Method in Separate Financial Statements**

O IASB, emitiu, em 12 de agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

A Allianz ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adoção desta opção nas suas contas separadas.

### **39. Gestão de Riscos na Allianz Portugal**

#### **Governo**

A mudança dos princípios de gestão de risco nas Seguradoras tem sido substancial nos últimos anos. O impacto das necessidades de capital nos resultados da Allianz Portugal, em função duma eficiente gestão dos riscos e de novas regras a ser brevemente introduzidas no âmbito do Solvência II, obrigaram a criar especialistas e departamentos específicos onde se controlem, de maneira permanente, coerente e conjunta, os riscos da empresa, bem como as necessidades de capital para lhes fazer face.

A Allianz Portugal possui na sua estrutura organizacional desde 2005, um Departamento de Controlo de Risco, sendo que o seu responsável reporta diretamente ao responsável da Direção de Planeamento Estratégico.

O principal objetivo do Comité de Risco é promover o cumprimento das políticas, limites e guidelines e contribuir para a construção de uma forte cultura de risco. A introdução e manutenção de infraestruturas, controlos e processos que proactivamente contribuam para identificar e monitorizar os riscos, são também orientações claramente definidas na estratégia da Companhia e que são monitorizadas neste Comité.

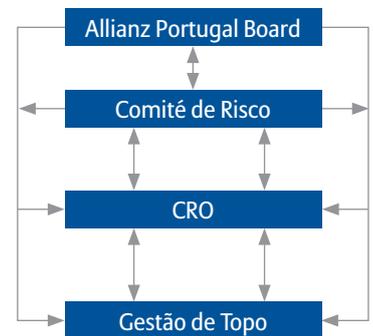
Como uma entidade prestadora de serviços financeiros, a Allianz Portugal considera a aceitação e a gestão de risco como parte integrante nas suas atividades e competências. Como tal, a tomada de decisão da Administração integra as considerações de risco e as necessidades de capital.

Por sua vez, a Administração é responsável pela Estratégia de Risco. Esta é definida anualmente e reflete o risco que a Companhia está disposta a aceitar para cumprir os seus objetivos estratégicos e aproveitar as oportunidades de negócio subjacentes.

Por sua vez, a Política de Risco aplica-se de forma transversal a todas as áreas da Companhia definindo os seus princípios fundamentais, bem como as responsabilidades dos diversos intervenientes na sua implementação, monitorização e comunicação.

### Responsabilidades

<b>Allianz Portugal Board</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovar a política e a estratégia de risco</li> <li>• Definir limites</li> </ul>
<b>Comité de Risco</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Recomendar/aprovar ações para mitigar os riscos.</li> <li>• Definir limites</li> <li>• Promover a cultura de risco</li> </ul>
<b>CRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gerir proativamente os riscos de acordo com as políticas e limites existentes</li> <li>• Monitorizar a Solvência e o perfil de risco</li> <li>• Reportar e comunicar.</li> </ul>
<b>Gestão de Topo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Garantir que é efetuado todo o processo de gestão de riscos (identificação, avaliação e mitigação), bem como assegurar a existência dos mecanismos necessários à sua monitorização e controlo.</li> </ul>



### Capital de Risco

O novo regime Solvência II entrará em vigor a 01/01/2016. Como pedras basulares deste novo regime destacam-se a avaliação de ativos e passivos baseados em princípios económicos, uma melhor aferição dos riscos assumidos pelas seguradoras tendo sempre como princípio a proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários

A avaliação tendo por base os princípios económicos irá traduzir-se numa maior volatilidade dos requisitos de capital.

O objetivo da Allianz Portugal é o de encontrar-se bem capitalizada, mesmo depois de movimentos adversos extremos, garantindo assim todos os compromissos com os seus segurados e acionistas.

Definimos o modelo interno de capital como o capital requerido para fazer face a eventos inesperados ou perdas económicas extremas.

Com o objetivo de alinhar o nosso modelo interno com os requisitos do novo regime de solvência importantes alterações foram introduzidas no ano 2014.

Os valores apresentados correspondem ao nível de confiança 99.50% e contêm o efeito de diversificação dentro de cada risco e entre riscos, ou seja, corresponde aos resultados diversificados.

### Risco de Mercado

O Risco de Mercado consiste no risco de movimentos adversos no valor dos ativos relacionados com variações do mercado de capitais, dos mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário.

A política de investimentos pauta-se por níveis prudentes de aceitação e diversificação do risco através do estabelecimento de uma alocação estratégica dos ativos (strategic asset allocation) anual, podendo este ser revisto durante o ano.

A aprovação da estratégia de investimento e a verificação do cumprimento da política de investimentos é efetuado pelo Comité Financeiro.

A Gestão de Ativos e Passivos, do ano 2014, foi efetuada utilizando uma metodologia designada ALM (Asset Liability Management).

Esta metodologia permitiu-nos efetuar as seguintes análises:

- Análise gap duration ativos e passivos
- Análise de cobertura (verifica-se que existem ativos suficientes para cobrirem as responsabilidades existentes);
- Análise de liquidez ao longo da vida do produto
- Análise de risco reinvestimento e risco de preço

No caso do segmento vida são usadas técnicas como a replicação de portfólios de forma a integrar mais eficientemente os passivos deste segmento.

A alocação de ativos representa os valores de capital requerido da seguinte forma:

Euros

Capital Requerido	2014				2013			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Risco Mercado	15.448.908	100,0%	31.039.402	100,0%	12.591.935	100,0%	24.091.894	100,0%
Risco de Taxa de Juro	12.046.097	78,0%	3.309.928	10,7%	9.051.076	71,9%	2.075.291	8,6%
Risco de Volatilidade da Taxa de Juro	60.054	0,4%	0	0,0%	125.735	1,0%	0	0,0%
Risco de Spread	3.177.510	20,6%	8.120.927	26,2%	3.185.855	25,3%	14.687.020	61,0%
Risco de Ações	0	0,0%	489.207	1,6%	0	0,0%	506.177	2,1%
Risco de Volatilidade de Ações	2.890	0,0%	0	0,0%	3.118	0,0%	0	0,0%
Risco de Inflação	0	0,0%	12.478.665	40,2%				
Risco Imobiliário	162.357	1,0%	6.640.675	21,3%	226.150	1,8%	6.823.405	28,3%

O maior impacto entre períodos é verificado no risco de taxa de juro, em ambos os segmentos.

O segmento Vida está exposto à subida da curva de taxas de juro devido ao mismatch verificado nos produtos de risco. A alteração dos pressupostos que afetam a Best-Estimate dos passivos, traduziu-se num incremento do mismatch entre ativos e passivos. Este movimento levou ao aumento deste risco em 33,1%.

O segmento Não Vida está exposto à subida da curva de taxa de juro, pelo que o movimento verificado ao nível das taxas de juro e das durações dos passivos, ao longo do ano, levou ao aumento deste risco em 59,5%.

No segmento Vida, ao nível do risco de Spread verifica-se um ligeiro decréscimo de 0,3%, quando comparada a distribuição do Risco no Total do Risco de Mercado.

No segmento Não Vida verifica-se um decréscimo de 44,7% do risco de Spread, quando comparada a distribuição do Risco no Total do Risco de Mercado. Esta diminuição é resultante de uma carteira de ativos mais diversificada e da diminuição dos spreads nos mercados financeiros.

### Risco de Inflação

No ano de 2014 foi introduzida esta categoria de Risco de Mercado com o objetivo de medir o impacto de variações futuras na inflação na melhor estimativa dos pagamentos futuros. No segmento Não Vida essa categoria apresenta um peso de 40,2% do total do Risco de Mercado, por via dos pagamentos futuros de sinistros, nomeadamente em AT. No segmento Vida esse risco não apresenta qualquer impacto uma vez que não existem rendas ou anuidades em carteira.

### Risco de Liquidez

O risco de liquidez, ou seja, o risco de perdas resultantes da incapacidade de fazer face a liquidações de curto ou médio prazo é monitorizado usando a metodologia ALM. A análise da maturidade dos ativos e passivos é apresentada na nota 6.6.

### Risco de Mortalidade e longevidade

O risco de mortalidade e longevidade consiste no risco de perdas originadas por variações positivas/negativas nos pressupostos. A exposição ao risco de longevidade não é material dado que as rendas vitalícias representam apenas cerca de 1% do nosso portfólio.

Este risco apresentou no final do ano os resultados seguintes.

Euros

Capital Requerido	Vida		
	2014	2013	Δ14/13
Risco Atuarial	3.191.106	3.591.896	-11,2%
- Risco de Mortalidade	1.201.996	1.250.057	-3,8%
- Risco de Mortalidade Catastrófico	1.989.110	2.341.839	-15,1%

O decréscimo do risco de mortalidade e mortalidade catastrófico resulta da alteração de pressupostos com impacto nos produtos de risco, resultando numa taxa de mortalidade menos penalizadora.

## Risco de Crédito

O risco de crédito consiste no risco de perdas inesperadas provocadas pela depreciação da qualidade creditícia ou mesmo incumprimento de um parceiro de negócio.

A modelização deste risco tem sido aperfeiçoada através da inclusão da migração de ratings, maior granularidade em termos das perdas esperadas em caso de default e uma maior sofisticação do modelo de correlações.

O modelo de correlações usa o país e a indústria do emitente assim como o montante de exposição dos ativos.

A Allianz Portugal possui um conjunto de ferramentas que permitem gerir de forma ativa a exposição da carteira de ativos aos diversos emitentes e monitorizar a sua evolução.

Antecipadamente é definida qual a exposição por emitente que se quer aceitar e periodicamente monitoriza-se a carteira verificando se se encontra dentro dos níveis definidos.

A gestão do nosso portfólio é feita de acordo com os limites estabelecidos e todas as medidas necessárias são tomadas para que estes limites não sejam ultrapassados.

Com esta ferramenta garantimos que não ficamos sobre expostos, antecipando a possibilidade de essa situação ocorrer.

Euros

Capital Requerido	2014				2013			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Risco de Crédito	3.762.463	100,0%	5.072.523	100,0%	2.174.082	100,0%	4.806.603	100,0%
- Risco de crédito	3.762.463	100,0%	5.072.523	100,0%	2.174.082	100,0%	4.806.603	100,0%

Durante o ano 2014 verificamos um acréscimo no Risco de Crédito proveniente da valorização dos mercados financeiros.

O quadro seguinte apresenta a qualidade creditícia (rating) dos emitentes de todas as obrigações (com base em ratings externos):

Ratings	2014				2013			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
AAA	27.415.557	4,6%	35.553.376	8,4%	24.891.903	4,4%	41.197.431	10,0%
AA+	0	0,0%	0	0,0%	48.594.202	8,5%	39.803.037	9,6%
AA	46.048.127	7,7%	40.742.883	9,6%	2.701.041	0,5%	1.016.750	0,2%
AA-	9.058.296	1,5%	6.140.462	1,5%	9.165.341	1,6%	7.009.491	1,7%
A+	24.000.789	4,0%	2.590.925	0,6%	26.769.646	4,7%	13.197.109	3,2%
A	93.882.906	15,6%	42.762.458	10,1%	40.100.417	7,1%	16.920.828	4,1%
A-	5.390.980	0,9%	0	0,0%	82.100.908	14,4%	29.418.776	7,1%
BBB+	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
BBB	244.313.980	40,7%	121.484.893	28,7%	184.311.527	32,4%	108.990.276	26,4%
BBB-	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
BB+	134.682.844	22,4%	163.046.793	38,5%	24.453.068	4,3%	13.892.633	3,4%
BB	13.333.590	2,2%	10.809.760	2,6%	11.367.923	2,0%	11.249.001	2,7%
BB-	2.001.020	0,3%	0	0,0%	106.996.388	18,8%	122.051.574	29,6%
B+	0	0,0%	0	0,0%	6.586.176	1,2%	3.911.814	0,9%
B	0	0,0%	0	0,0%	197.974	0,0%	2.276.701	0,6%
C	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
CCC	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	648.438	0,2%
NR	0	0,0%	0	0,0%	448.655	0,1%	953.393	0,2%
<b>Total</b>	<b>600.128.089</b>	<b>100%</b>	<b>423.131.550</b>	<b>100,0%</b>	<b>568.685.169</b>	<b>100%</b>	<b>412.537.251</b>	<b>100%</b>

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

Um dos objetivos da política de investimentos e de resseguro da Allianz Portugal é mitigar o risco de crédito subjacente através da diversificação da carteira, como é possível verificar nos quadros baixo:

Obrigações corporate e ações por tipo de Indústria	2014				2013			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Instituições Financeiras	183.913.321	47,5%	108.141.324	51,8%	234.426.396	55,6%	146.441.641	60,6%
Matérias Primas	17.569.808	4,5%	10.512.778	5,0%	18.571.250	4,4%	11.908.796	4,9%
Comunicações	56.547.350	14,6%	26.788.799	12,8%	50.856.677	12,1%	26.406.420	10,9%
Consumíveis Cíclicos	6.458.335	1,7%	0	0,0%	6.285.650	1,5%	0	0,0%
Consumíveis Não Cíclicos	3.924.604	1,0%	1.691.456	0,8%	6.451.922	1,5%	1.734.832	0,7%
Energia	17.413.597	4,5%	4.258.019	2,0%	14.470.766	3,4%	4.111.630	1,7%
Indústria	15.248.862	3,9%	15.183.647	7,3%	17.104.820	4,1%	13.622.569	5,6%
Diversos	85.990.695	22,2%	42.169.680	20,2%	73.281.742	17,4%	37.498.897	15,5%
<b>Total</b>	<b>387.066.572</b>	<b>100%</b>	<b>208.745.702</b>	<b>100%</b>	<b>421.449.223</b>	<b>100%</b>	<b>241.724.785</b>	<b>100%</b>

Apesar da maior exposição a entidades financeiras é possível verificar uma diminuição da concentração neste tipo de emittentes e um crescimento ao nível de outro tipo de indústria, nomeadamente Comunicações, Energia e Indústria.

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber e obrigações com garantias estatais que são excluídas para o efeito desta análise.

Ativos por Zona Geográfica	2014		2013	
	Valor	%	Valor	%
<b>Zona Euro</b>	<b>997.982.266</b>	<b>95,3%</b>	<b>965.794.950</b>	<b>95,8%</b>
Portugal	301.367.758	28,8%	309.957.533	30,7%
França	138.514.021	13,2%	156.885.035	15,6%
Espanha	336.716.399	32,2%	280.177.839	27,8%
Alemanha	7.422.765	0,7%	9.334.574	0,9%
Holanda	85.420.665	8,2%	65.549.138	6,5%
Bélgica	4.032.192	0,4%	9.814.159	1,0%
Itália	101.082.254	9,7%	98.123.185	9,7%
Áustria	4.738.056	0,5%	4.606.622	0,5%
Irlanda	3.742.017	0,4%	7.979.852	0,8%
Outros	14.946.139	1,4%	23.367.014	2,3%
<b>Fora da Zona Euro</b>	<b>39.053.955</b>	<b>3,7%</b>	<b>42.833.799</b>	<b>4,2%</b>
EUA	6.995.554	0,7%	12.250.463	1,2%
Reino Unido	21.876.968	2,1%	17.642.405	1,7%
Outros	10.181.433	1,0%	12.940.931	1,3%
<b>Supranacionais</b>	<b>9.833.000</b>	<b>0,9%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
Total	1.046.869.221	100%	1.008.628.750	100%

Nota: Este quadro não inclui os juros a receber.

## Risco de Negócio

O risco de negócio consiste no risco de existirem desvios face à rentabilidade orçamentada, resultante de retornos mais baixos que o esperado (risco de custos), o risco de resgates e no risco de perdas provenientes de falhas de processos/procedimentos ou controlos ou inadequação dos mesmos (risco operacional).

Ao nível do risco operacional, o modelo interno para este risco resulta na avaliação deste através de uma serie de cenários de risco.

Ao nível do risco de resgate no segmento Vida, a taxonomia inclui o risco de resgate massivo.

Euros

Capital Requerido	2014				2013			
	Vida	%	Não Vida	%	Vida	%	Não Vida	%
Risco de Negócio	19.861.219	100,0%	2.232.832	100,0%	12.602.046	100,0%	3.235.225	100,0%
Risco de Resgate	7.388.623	37,2%	781.997	35,0%	6.189.453	49,1%	1.609.682	49,8%
Risco de Resgate Massivo	11.538.061	58,1%	-	-	5.558.012	44,1%	-	-
Risco de Custo	716.935	3,6%	703.955	31,5%	626.710	5,0%	831.599	25,7%
Risco Operacional	217.600	1,1%	746.880	33,5%	227.870	1,8%	793.944	24,5%

O Risco de Negócio apresenta um acréscimo de 57,6% no segmento Vida, entre os períodos acima representados, sobretudo devido a alterações de pressupostos atuariais no cálculo do Risco de Resgate Massivo no segmento Vida, resultando num aumento de 107,6%. As restantes categorias mantêm um consumo de capital estável.

#### Risco de Prémios

O risco de prémios consiste no risco de insuficiência de cobertura de prémios. Este risco está dividido em dois sub-rioscos: risco de prémios catastróficos e risco de prémios não catastróficos.

O quadro seguinte sumariza o consumo de capital relativo ao risco de prémios dos ramos pertencentes ao Segmento Não Vida:

Euros

Capital Requerido	Não Vida			
	2014	%	2013	%
Risco de Prémios	17.861.506	100,0%	22.158.834	100,0%
Catastrófico	4.276.121	23,9%	4.628.651	20,9%
Não Catastrófico	13.291.366	74,4%	12.520.620	56,5%
Terror	294.019	1,7%	5.009.563	22,6%

O risco de prémios decresceu 19,4% relativamente ano anterior, essencialmente devido ao Risco de Prémios de Terrorismo que decresceu 94,1% devido a uma maior precisão na metodologia usada relativa à localização das apólices, assim como alterações de pressupostos atuariais e de resseguro.

#### Risco de Reservas

O risco de reservas consiste no risco de perdas provenientes da utilização de bases de cálculo não adequadas ou insuficientes.

O quadro seguinte apresenta o consumo de capital por parte deste risco:

Euros

Capital Requerido	Não Vida			
	2014	%	2013	%
Risco de Reservas	17.367.296	100,0%	14.306.852	100,0%
Risco de Reservas	17.367.296	100,0%	14.306.852	100,0%

Verificou-se um aumento de 21,4% no risco de reservas como consequência do aumento das Reservas de Não Vida.

#### Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros representa o risco de perdas provocadas por comercialização de contratos de seguro, desenvolvimento de produtos, tarifação, processo de subscrição, provisionamento de responsabilidades, gestão de sinistros e gestão de resseguro.

A Allianz Portugal tem estabelecido políticas claras de subscrição, tarifação e de desenvolvimento dos produtos, tendo definido requisitos mínimos standardizados de risco. Estes requisitos não só são cumpridos no desenvolvimento e aprovação de novos produtos, mas também em mudanças significativas em produtos existentes.

Relativamente às políticas de subscrição, estão definidos standards mínimos de risco para a subscrição, cujo grande objetivo é proteger a Companhia de riscos excessivos e suportar a otimização de risco/retorno, documentando as respetivas responsabilidades. Por sua vez, as tarifas são construídas atuarialmente e revistas regularmente.

O provisionamento é acompanhado regularmente, reunindo-se trimestralmente o Comité de Reservas com o objetivo de analisar a evolução das reservas e determinar a necessidade de proceder a ajustamentos.

#### Plano de Continuidade

O Plano de Continuidade identifica as responsabilidades e tarefas necessárias para restabelecer o normal e bom funcionamento da Companhia, no caso de ocorrer um incidente que provoque interrupção por um período de tempo indeterminado. Esta interrupção pode ocorrer na sequência da destruição de instalações, equipamentos, ou danos em pessoas, impedindo que se continue a prestar serviços a clientes internos ou externos.

O Plano de Continuidade destina-se a assegurar a segurança e bem-estar dos trabalhadores, manutenção da comunicação interna, continuidade dos processos críticos de negócio, cumprimento de obrigações contratuais, gestão do risco e a manutenção da confidencialidade dos dados e reputação do negócio (via comunicações externas).

No âmbito do Plano é tido em consideração o edifício onde ocorreu o incidente, o tipo de cenário de desastre, se o tipo de danos provocados foi nas instalações e/ou na infraestrutura tecnológica e sistema informáticos e ainda o período em que ocorreu (dentro ou fora do período laboral, com ou sem os sistemas informáticos "abertos").

O Plano de Continuidade é atualizado regularmente contendo os procedimentos alternativos para todas as áreas críticas do negócio.

#### Análise de Sensibilidade

A Allianz Portugal efetua análises regulares de stress testing que permitem avaliar com profundidade os seus riscos. Esta análise possibilita a avaliação dos impactos para a Companhia da ocorrência de situações adversas e medir os efeitos de várias estratégias de gestão.

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade aos capitais próprios da Allianz Portugal, em 31 de dezembro de 2013 e 2014, a alterações de fatores de ordem financeira e não financeira:

Análise de Sensibilidade	Choque	Impacto nos Capitais Próprios	
		milhões de euros	
		31.12.2014	31.12.2013
Ações	-30%	-0,9	-1,0
Taxas de Juro*	2%	-52,8	-48,5
Taxas de Juro*	-1,5%	39,5	36,3
Perda de Crédito	500%	-1,6	-1,4
Novo Negócio	50%	1,7	2,6
Ações	-15%	-26,8	-24,7
Taxa de Juro	-1%		

\* A análise apenas contempla o impacto na variação dos ativos sem correlacionar com eventuais impactos nos passivos.

## Solvência

A Allianz Portugal monitoriza a solvência regularmente, sendo esta calculada de acordo com a Norma Regulamentar N.º 6/2007-R da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a margem de solvência da Companhia pode ser analisada como segue:

	2014	2013
Capital	39.545	39.545
Reservas	145.371	98.514
Resultados transitados	62.391	105.877
Resultados Líquidos	20.041	29.991
Distribuição de resultados do exercício	-24.522	-35.037
Ajustamentos de imóveis/Ativos Intangíveis/Pensões de Reforma	2.644	2.245
Margem de Solvência Disponível	245.470	241.134
Margem de Solvência Exigida	91.098	90.134
Excesso/Insuficiência	154.372	151.001
Rácio de Solvência	269,5%	267,5%

Nota: Os pontos não indicados neste anexo, não têm aplicação, ou não são relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2015

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



# Inventário dos Títulos e Participações Financeiras

## Companhia de Seguros Allianz Portugal

# Inventário de Títulos e Participações Financeiras

## Anexo I - Consolidado

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço unitário	Total
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO							
11	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS 1.1 - Nacionais 1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo ... sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
12	1.2 - Estrangeiras 1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo ... sub-total	0,00	0,00			0,00		0,00
11+ 12	total	0,00	0,00			0,00		0,00
	2 - OUTROS TÍTULOS 2.1 - Nacionais 2.1.1 - Títulos de rendimento fixo 2.1.1.1 - De dívida pública							
PTOTEAOE0021	PGB4,95 10/23	0,00	47.050.000,00	100,00%	91,67%	43.131.523,32	118,35%	55.681.322,50
PTOTECOEO0029	OBRIGAÇÕES DO TESOURO 4,80% 06/15/2020	0,00	33.200.000,00	100,00%	93,45%	31.024.955,47	115,99%	38.507.020,00
PTOTE3OE0017	OBRIGAÇÕES DO TESOURO 3,35% 10/15/2015	0,00	78.650.000,00	100,00%	93,61%	73.621.347,75	102,35%	80.498.380,87
PTOTENOE0018	OBRIGAÇÕES DO TESOURO MÉDIO PRAZO 4,45% 6/15/2018	0,00	11.800.000,00	100,00%	96,67%	11.407.584,10	111,00%	13.098.000,00
PTOTEMOE0027	OBRIGAÇÕES DO TESOURO 4,75% 06/14/2019	0,00	13.410.000,00	100,00%	98,73%	13.239.394,95	114,07%	15.296.787,00
PTOTEYOE0007	OBRIGAÇÕES DO TESOURO 3,85% 04/15/2021	0,00	21.250.000,00	100,00%	85,31%	18.128.240,57	110,86%	23.557.749,98
	... sub-total		<b>205.360.000,00</b>			<b>190.553.046,16</b>		<b>226.639.260,35</b>
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos							
PTCFPAOM0002	COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17% 10/16/2019	0,00	5.300.000,00	100,00%	100,00%	5.300.000,00	107,08%	5.675.187,00
XS0214446188	REFER 4 03/15	0,00	8.000.000,00	100,00%	91,76%	7.340.500,00	100,05%	8.003.680,00
PTCPEHOM0006	REFER-REDE FERROVIÁRIA 5.875% 2/18/2019	0,00	4.000.000,00	100,00%	100,12%	4.004.820,00	113,56%	4.542.480,00
PTMTLDOM0005	METROPOLITANO DE LISBOA 5.75% 2/4/2019	0,00	6.900.000,00	100,00%	100,02%	6.901.491,26	112,78%	7.781.958,00
XS0256997007	EDP FINANCE BV 4,625% 6/13/2016	0,00	500.000,00	100,00%	100,91%	504.543,51	104,65%	523.225,00
XS0970695572	EDP 4,875 14/09/2020	0,00	2.300.000,00	100,00%	104,00%	2.392.000,00	114,49%	2.633.362,00
XS0995380580	EDP 4,125% 20/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,55%	1.075.500,00	110,85%	1.108.460,00
XS1057345651	EDP 2,625% 15/04/2019	0,00	2.600.000,00	100,00%	100,09%	2.602.320,00	103,42%	2.688.790,00
XS1111324700	EDP 2,625% 18/01/2022	0,00	10.500.000,00	100,00%	99,35%	10.432.120,00	101,26%	10.631.775,00
XS0223447227	EDP 4,125% 29/06/2020	0,00	1.200.000,00	100,00%	109,25%	1.311.000,00	110,60%	1.327.140,00
XS0831842645	EDP FINANCE 5,75% 21/09/2017	0,00	1.500.000,00	100,00%	106,17%	1.592.500,00	111,36%	1.670.355,00
XS0221295628	EDP FINANCE BV 3,75 6/22/2015	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,72%	2.492.990,01	101,08%	2.527.100,00
XS0435879605	EDP FINANCE BV ELEPOR 4,750 26/09/16	0,00	1.000.000,00	100,00%	103,25%	1.032.500,00	105,86%	1.058.550,00
	... sub-total		<b>47.300.000,00</b>			<b>46.982.284,78</b>		<b>50.172.062,00</b>
	2.1.1.3 - De outros emissores							
PTBLMVOE0011	BANCO ESPÍRITO SANTO 3,375% 02/17/2015	0,00	11.000.000,00	100,00%	95,18%	10.469.800,00	100,19%	11.020.900,00
XS0462994343	PORTUGAL TELECOM 5% 11/04/2019	0,00	1.500.000,00	100,00%	101,75%	1.526.250,00	104,42%	1.566.360,00
XS0843939918	PTELECOM 5,875% 17/04/2018	0,00	2.700.000,00	100,00%	107,25%	2.895.700,00	107,50%	2.902.608,00
XS0927581842	PTELECOM 4,625% 08/05/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	100,89%	3.026.625,00	101,30%	3.038.940,00
PTBCSSOE0011	BCP 3,75% 10/16	0,00	5.000.000,00	100,00%	92,10%	4.605.020,00	104,74%	5.237.000,00
XS0215828913	PORTUGAL TELECOM INT FIN 4,375% 3/24/2017	0,00	2.500.000,00	100,00%	79,52%	1.988.050,50	103,27%	2.581.750,00

XS0221854200	PORTUGAL TELECOM INT FIN 4.5% 6/16/2025	0,00	5.500.000,00	100,00%	96,55%	5.310.110,00	98,98%	5.443.845,00
PTCGF11E0000	CXGD 3,875% 12/16	0,00	1.000.000,00	100,00%	83,75%	837.525,00	105,92%	1.059.170,00
PTCG2YOE0001	Caixa Geral de Depósitos 4,25% 01/27/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,56%	2.986.830,00	116,43%	3.492.750,00
DEPSAN002015	Dep. Prazo Santander 3,25%-4,00% 15/03/2015	0,00	3.000.000,00	100,00%	100,00%	3.000.000,00	100,00%	3.000.000,00
	<b>sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>38.200.000,00</b>			<b>36.645.910,50</b>		<b>39.343.323,00</b>
211	<b>sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>290.860.000,00</b>			<b>274.181.241,44</b>		<b>316.154.645,35</b>
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.1.2.1 - Ações							
PTBPI0AM0004	BANCO BPI SA.- REG SHS	2.190.384,00			1,06	2.311.536,55	1,01	2.218.858,99
921910013401	PREVISÃO	17.500,00			4,28	74.939,89	3,57	62.516,62
921910012401	FUNFRAP-FUNDIÇÃO PORTUGUESA SA	50.000,00			4,99	249.398,95	5,74	287.142,00
921910046401	Lusitânia Seguros	191,00			0,00	0,00	8,93	1.706,33
921910034001	CASTIL PARQUE	200,00			1.295,63	259.125,51	1.211,28	242.255,09
921910018101	C. HOSPITALAR S. FRANCISCO	148.842,00			0,70	104.747,56	2,39	355.710,05
	<b>sub-total</b>	<b>2.407.117,00</b>				<b>2.999.748,46</b>		<b>3.168.189,08</b>
	2.1.2.2 - Títulos de participação							
	...							
	sub-total							
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTNOFCIM0006	LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO - F	300.000,00			6,24	1.872.880,00	4,41	1.324.320,00
PTYPINLM0001	BPI LIQUIDEZ	4.948,51			6,84	33.853,12	7,38	36.519,31
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS - FUNDO	1.349.235,00			4,90	6.607.910,10	3,40	4.593.065,79
	...							
	sub-total	1.654.183,51				8.514.643,22		5.953.905,10
	2.1.2.4 - Outros							
921910003001	AUDATEX PORTUGAL SA	520,00			249,40	129.687,45	499,72	259.852,84
	...							
	<b>sub-total</b>	<b>520,00</b>	<b>0,00</b>			<b>129.687,45</b>		<b>259.852,84</b>
212	<b>sub-total</b>	<b>4.061.820,51</b>	<b>0,00</b>			<b>11.644.079,13</b>		<b>9.381.947,02</b>
211+212	<b>total</b>	<b>4.061.820,51</b>	<b>290.860.000,00</b>			<b>285.825.320,57</b>		<b>325.536.592,37</b>
	2.2 - Estrangeiros							
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo							
	2.2.1.1 - De dívida pública							
FR0010288357	FRTR3 1/4 25/04/16	0,00	4.598.000,00	100,00%	103,24%	4.747.096,85	103,86%	4.775.252,90
NL0000102283	NETHERLANDS GOVERNMENT 4% 7/15/2016	0,00	600.000,00	100,00%	104,59%	627.535,08	106,16%	636.930,00
FR0011337880	FRANCE 2,25% 25/10/2022	0,00	6.800.000,00	100,00%	100,54%	6.836.680,00	113,17%	7.695.560,00
BE0000291972	BELGIUM KINGDOM 5,5% 03/28/2028	0,00	200.000,00	100,00%	115,65%	231.305,01	152,29%	304.570,00
XS0633025977	BP_CM 4,154% 01/06/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	112,33%	1.123.300,00	117,17%	1.171.700,00
ES00000123J2	ESTADO 4,25 10/16	0,00	6.000.000,00	100,00%	106,36%	6.381.600,00	106,97%	6.417.900,00
AT0000383864	REPUBLIC OF AUSTRIA 6,25% 7/15/2027	0,00	740.000,02	100,00%	132,25%	978.668,53	163,04%	1.206.533,03
FR0010517417	FRANCE 4,25% 25/10/2017	0,00	650.000,00	100,00%	116,11%	754.694,00	111,98%	727.870,00
ES00000120I8	ESTADO 3,8 01/17	0,00	15.000.000,00	100,00%	105,64%	15.845.500,00	106,42%	15.962.250,00
ES00000121L2	ESTADO 4,6% 30/07/2019	0,00	3.000.000,00	100,00%	108,55%	3.256.600,00	116,55%	3.496.350,00
FR0010949651	France 2,5 25/10/2020	0,00	5.000.000,00	100,00%	106,49%	5.324.500,00	112,82%	5.640.750,00
FR0010854182	FRANCE 3,5% 25/04/2020	0,00	10.700.000,00	100,00%	114,11%	12.209.320,00	116,95%	12.513.207,79
NL0006227316	NETHERLANDS GOVERNMENT 4% 7/15/2018	0,00	140.000,00	100,00%	97,47%	136.458,00	114,07%	159.691,00
ES00000121O6	ESTADO 4,30% 31/10/19	0,00	7.500.000,00	100,00%	110,41%	8.280.700,00	116,11%	8.708.250,00
ES00000124V5	SPGB 2,75% 30/04/2019	0,00	5.000.000,00	100,00%	101,77%	5.088.250,00	108,07%	5.403.500,00
ES00000123B9	ESTADO 5,5 04/21	0,00	4.200.000,00	100,00%	123,46%	5.185.380,00	126,66%	5.319.720,00
ES00000124W3	SPGB 3,8% 30/04/2024	0,00	7.000.000,00	100,00%	102,98%	7.208.260,00	119,26%	8.348.200,00
ES00000123X3	SPGB 4,4% 31/10/2023	0,00	1.000.000,00	100,00%	109,20%	1.092.000,00	124,35%	1.243.500,00
ES00000123U9	SPGB 5,4% 31/01/2023	0,00	4.000.000,00	100,00%	123,93%	4.957.100,00	130,87%	5.234.800,00
ES00000124C5	SPGB 5,15% 31/10/2028	0,00	3.800.000,00	100,00%	131,35%	4.991.300,00	134,20%	5.099.600,00
XS1040506112	BPLN 2.177 09/21	0,00	1.610.000,00	100,00%	106,86%	1.720.380,00	106,91%	1.721.218,80
ES00000126C0	ESTADO 1,4 01/20	0,00	350.000,00	100,00%	101,72%	356.025,00	102,58%	359.012,50

ES00000122E5	ESTADO 4,65 0725	0,00	7.500.000,00	100,00%	107,24%	8.043.050,00	126,82%	9.511.500,00
FR0010776161	FRANCE 3,75% 10/19	0,00	2.850.000,00	100,00%	116,31%	3.314.805,00	116,94%	3.332.647,50
FR0000187361	FRANCIA 5% 1016	0,00	850.000,00	100,00%	113,10%	961.385,00	109,10%	927.307,50
DE0001135309	DBR4 07/16	0,00	137.000,00	100,00%	107,03%	146.626,99	105,64%	144.719,95
IT0001086567	BTPS 7,25 11/2026	0,00	1.800.000,00	100,00%	127,80%	2.300.400,00	152,02%	2.736.360,00
IT0004712748	BTPS 3,75 04/16	0,00	152.000,00	100,00%	99,41%	151.103,20	103,83%	157.814,00
FR0010163543	FRANCE (GOVT OF) 3,5% 4/25/2015	0,00	600.000,00	100,00%	97,04%	582.240,00	101,06%	606.330,00
ES00000123K0	ESTADO 5,85 01/22	0,00	15.550.000,00	100,00%	118,08%	18.361.625,00	131,83%	20.498.787,50
FR0011059088	Francia 3,25 25/10/2021	0,00	500.000,00	100,00%	109,46%	547.300,00	119,21%	596.050,00
XS0184373925	TITIM 5,375% 29/01/2019	0,00	6.000.000,00	100,00%	109,40%	6.563.700,00	111,62%	6.697.200,00
FR0010466938	FRANCE (GOVT OF) 4,25% 10/25/2023	0,00	2.600.000,00	100,00%	107,20%	2.787.071,51	130,98%	3.405.480,00
NL0000102275	NETHERLANDS GOVERNMENT 3,75% 1/15/2023	0,00	2.135.000,00	100,00%	96,06%	2.050.823,88	125,81%	2.686.043,50
ES00000124B7	SPGB 3,75% 31/10/2018	0,00	5.000.000,00	100,00%	102,79%	5.139.360,00	111,51%	5.575.500,00
FR0010216481	FRTR 3 10/15	0,00	1.300.000,00	100,00%	107,87%	1.402.245,00	102,40%	1.331.135,00
FR0000571085	FRANCE (GOVT OF) 8,5% 4/25/2023	0,00	3.600.000,00	100,00%	152,85%	5.502.600,00	164,22%	5.911.740,00
FR0000189151	ESTADO FR. 4/2019	0,00	1.650.000,00	100,00%	119,26%	1.967.790,00	117,31%	1.935.615,00
AT0000A011T9	REPUBLIC OF AUSTRIA 4% 9/15/2016	0,00	215.000,00	100,00%	98,84%	212.497,40	106,85%	229.727,50
ES00000122T3	ESTADO 4,85 1020	0,00	8.200.000,00	100,00%	115,50%	9.470.680,00	121,77%	9.985.140,00
FR0010670737	FRANCE 4,25 1018	0,00	1.785.000,00	100,00%	118,60%	2.116.976,00	115,49%	2.061.496,50
AT0000385745	REPUBLIC OF AUSTRIA 4,65% 1/15/2018	0,00	2.900.000,00	100,00%	108,13%	3.135.844,38	113,86%	3.301.795,00
ES00000122D7	ESTADO 4% 04/20	0,00	2.680.000,00	100,00%	100,21%	2.685.529,20	115,42%	3.093.122,00
	<b>sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>156.892.000,02</b>			<b>174.776.305,03</b>		<b>186.871.876,97</b>
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos							
EU000A1GVVF8	CE 3%04/09/26	0,00	3.000.000,00	100,00%	107,40%	3.222.000,00	122,20%	3.666.000,00
XS0832628423	EIB 2,25% 14/10/2022	0,00	3.500.000,00	100,00%	102,90%	3.601.450,00	113,21%	3.962.315,00
EU000A1G0A16	EFSS 2,25% 05/09/2022	0,00	3.500.000,00	100,00%	101,14%	3.539.800,00	112,67%	3.943.275,00
XS0868458653	TITIM 4% 21/01/2020	0,00	3.200.000,00	100,00%	102,97%	3.295.110,00	106,47%	3.407.104,00
FR0011192392	CAISSE AMORT DET CADES 4 15/12/25	0,00	4.000.000,00	100,00%	99,77%	3.990.720,00	130,92%	5.236.880,00
XS0748631164	EIB 2,625% 16/03/2020	0,00	2.500.000,00	100,00%	108,66%	2.716.530,00	112,51%	2.812.625,00
FR0010143743	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 4% 10/25/2019	0,00	10.150.000,00	100,00%	103,56%	10.511.269,04	118,07%	11.984.105,00
EU000A1G0A24	EFSS 1,125% 30/11/2017	0,00	500.000,00	100,00%	100,61%	503.050,00	103,16%	515.775,00
EU000A1GRV3	CE 3,5% 04/06/2021	0,00	500.000,00	100,00%	115,21%	576.050,00	120,13%	600.650,00
XS0676294696	EIB 2,75% 15/09/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	109,47%	1.094.700,00	115,83%	1.158.300,00
FR0011301480	CASINO 3,157 08/19	0,00	500.000,00	100,00%	102,57%	512.850,00	110,11%	550.525,00
EU000A1G0AR0	EFSS 2,625 02/05/2019	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,95%	1.079.500,00	110,73%	1.107.300,00
XS0692728511	EIB2,5 10/18	0,00	4.000.000,00	100,00%	99,19%	3.967.440,00	109,25%	4.370.000,00
FR0010198036	CAISSE D'AMORT DETTE SOC 3,75% 10/25/2020	0,00	6.500.000,00	100,00%	99,62%	6.475.352,50	119,68%	7.778.875,00
	<b>sub-total</b>		<b>43.850.000,00</b>			<b>45.085.821,54</b>		<b>51.093.729,00</b>
	2.2.1.3 - De outros emissores							
XS0463509959	A2A SPA 4,5% 11/02/2016	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,63%	1.006.285,00	106,47%	1.064.720,00
XS0859920406	A2A SPA 4,5% 28/11/2019	0,00	500.000,00	100,00%	101,95%	509.750,00	115,54%	577.700,00
XS0457688215	ABBEY NATIONAL TREASURY 3,625% 10/14/2016	0,00	4.000.000,00	100,00%	99,71%	3.988.320,00	105,52%	4.220.920,00
ES0211845260	ABERTIS 3,75% 20/06/2023	0,00	2.000.000,00	100,00%	98,29%	1.965.800,00	118,35%	2.367.020,00
ES0211845252	ABERTIS 4,75% 25/10/2019	0,00	4.200.000,00	100,00%	109,52%	4.599.843,50	118,31%	4.969.146,00
ES0211845211	ABERTIS 5,125% 12/07/2017	0,00	450.000,00	100,00%	107,38%	483.210,00	110,85%	498.843,00
ES0211845237	ABESM 4,625 1016	0,00	3.000.000,00	100,00%	103,50%	3.105.000,00	106,86%	3.205.770,00
FR0011508332	ACA 1,875% 07/06/2023	0,00	1.000.000,00	100,00%	98,98%	989.750,00	109,64%	1.096.360,00
FR0010920900	ACACB 4% 16/07/2025	0,00	500.000,00	100,00%	117,12%	585.575,00	130,72%	653.615,00
FR0010913806	ACACB 2,50 06/15	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,20%	2.004.000,00	101,09%	2.021.720,00
FR0011060367	ACACB 3,5 06/18	0,00	1.000.000,00	100,00%	110,07%	1.100.700,00	111,24%	1.112.360,00
IT0004869985	ATLANTIA 3,625% 30/11/2018	0,00	3.000.000,00	100,00%	104,79%	3.143.737,50	110,72%	3.321.510,00
XS0434882014	AXA 4,5% 01/15	0,00	750.000,00	100,00%	101,59%	761.941,87	100,21%	751.537,50
ES0312298013	AYTCED 3,50% 03/16	0,00	500.000,00	100,00%	92,80%	464.000,00	103,47%	517.350,00
IT0004540289	BANCA POPOLARE DI MILANO 3,5% 10/17/2016	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,29%	2.978.730,00	104,63%	3.138.900,00
ES0413790116	BANCO POPULAR ESPANOL 4,25% 09/30/2015	0,00	3.000.000,00	100,00%	101,00%	3.030.000,00	102,53%	3.075.900,00
ES0413440084	BANES 3,50 01/16	0,00	3.000.000,00	100,00%	95,30%	2.859.000,00	103,29%	3.098.550,00

ES0413440217	BANES 4,625 0315	0,00	1.200.000,00	100,00%	100,10%	1.201.200,00	100,63%	1.207.548,00
ES0413440308	BANESTO 4,75 24/01/17	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,74%	2.992.230,00	109,10%	3.272.970,00
XS0213499410	BANK OF SCOTLAND PLC 3/16/2020	0,00	2.100.000,00	100,00%	99,16%	2.082.287,97	109,16%	2.292.419,35
XS0243080065	BANQUE FED CRED MUTUEL 02/16	0,00	2.000.000,00	100,00%	93,94%	1.878.800,00	100,03%	2.000.500,00
XSO883560715	BASF SE 1,875% 04/02/2021	0,00	200.000,00	100,00%	98,95%	197.900,00	107,86%	215.722,00
XS0214648643	BAYERISCHE LANDESBANK 3/30/2015	0,00	2.500.000,00	100,00%	100,00%	2.500.000,00	100,13%	2.503.125,00
FR0011215508	CASINO 3.994 03/09/20	0,00	1.000.000,00	100,00%	115,25%	1.152.500,00	114,69%	1.146.850,00
FR0012369122	CASINOG 2.33 07/02/25	0,00	3.000.000,00	100,00%	100,00%	3.000.000,00	101,90%	3.057.000,00
ES0413211782	BBVA 3,5% 05/12/2017	0,00	5.000.000,00	100,00%	99,69%	4.984.700,00	109,05%	5.452.400,00
ES0413211121	BBVA 3,5% 24/01/2021	0,00	12.800.000,00	100,00%	99,79%	12.773.288,00	117,13%	14.992.640,00
ES0413211105	BBVA 3,50 10/20	0,00	1.200.000,00	100,00%	100,72%	1.208.640,00	116,74%	1.400.880,00
ES0413211790	BBVA 3,875% 30/01/2023	0,00	2.500.000,00	100,00%	103,00%	2.574.900,00	123,28%	3.081.875,00
ES0413211071	BBVA 4% 25/02/25	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,27%	2.005.400,00	127,77%	2.555.400,00
XS0457228137	BBVA INTL PREF UNIPERSON 8,5% 10/21/2014	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,97%	1.999.371,36	100,05%	2.001.020,00
ES0413211428	BBVA4,75 02/16	0,00	9.000.000,00	100,00%	101,12%	9.100.800,00	104,83%	9.434.520,00
ES0413211469	BBVASM 4.25 0315	0,00	2.900.000,00	100,00%	100,29%	2.908.346,25	100,90%	2.926.158,00
BE0932180103	BELGACOM S.A. DROIT PUB 4,375% 11/23/2016	0,00	1.050.000,00	100,00%	96,95%	1.017.937,50	107,04%	1.123.888,50
FR0000475741	BELGELEC FINANCE SA 5,125% 6/24/2015	0,00	750.000,00	100,00%	101,19%	758.913,78	102,25%	766.905,00
ES0413679202	BKTSM 3,875% 30/10/2015	0,00	700.000,00	100,00%	104,00%	728.000,00	102,57%	718.011,00
ES0413679178	BKTSM 4.125 0317	0,00	2.500.000,00	100,00%	100,52%	2.512.920,00	108,10%	2.702.550,00
XS0968316256	BMV 2% 04/09/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,87%	998.700,00	108,27%	1.082.710,00
FR0010843375	BNP PARIBAS 3,375% 01/12/2017	0,00	5.000.000,00	100,00%	99,40%	4.970.000,00	106,62%	5.331.000,00
FR0010955377	BNPSCF 2,25 1015	0,00	1.500.000,00	100,00%	103,60%	1.554.037,50	101,43%	1.521.405,00
FR0011059930	BNPSCF 3,12 0616	0,00	2.000.000,00	100,00%	101,80%	2.036.000,00	104,27%	2.085.420,00
XS0491922828	BNZ INTERNATIONAL FNDNG 4% 08/03/2017	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,55%	2.986.458,38	107,77%	3.233.070,00
ES0413900327	BSCH 2,875% 30/01/2018	0,00	5.600.000,00	100,00%	98,98%	5.542.900,00	107,60%	6.025.488,00
ES0413900087	BSCH 4% 07/04/2020	0,00	500.000,00	100,00%	107,20%	536.000,00	118,09%	590.425,00
ES0413900285	BSCH 3,25 02/15	0,00	1.000.000,00	100,00%	96,40%	964.000,00	100,17%	1.001.660,00
ES0413900210	BSCH 3,625 0417	0,00	2.500.000,00	100,00%	97,13%	2.428.150,00	107,37%	2.684.225,00
ES0413900244	BSCH 4,375 03/15	0,00	600.000,00	100,00%	100,00%	600.000,00	100,77%	604.590,00
ES0440609206	CABKSM 3% 22/03/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,14%	1.001.400,00	108,36%	1.083.600,00
ES0414970196	CABKSM 4,75 31/10/2018	0,00	2.100.000,00	100,00%	107,46%	2.256.660,00	116,42%	2.444.715,00
ES0440609040	CABKSM4 16/02/17	0,00	2.300.000,00	100,00%	99,41%	2.286.490,00	107,65%	2.475.950,00
ES0414970683	CAIXA 5,125 0416	0,00	2.800.000,00	100,00%	101,13%	2.831.700,00	106,02%	2.968.672,00
ES0414970402	CAIXAB 4,625% 04/06/2019	0,00	700.000,00	100,00%	94,75%	663.250,00	117,99%	825.895,00
ES0414970295	CAIXAB 4,25 01/17	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,70%	2.014.000,00	107,97%	2.159.300,00
ES0414970667	CAIXAB 4,75 0315	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,25%	1.002.500,00	100,56%	1.005.620,00
ES0414970659	CAIXAB 5 02/16	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,95%	999.500,00	105,15%	1.051.480,00
ES0414950560	CAJA MADRID 5,75 06/16	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,75%	997.500,00	107,85%	1.078.450,00
XS0866278921	CARREFOUR 1,875% 19/12/2017	0,00	500.000,00	100,00%	101,72%	508.600,00	104,04%	520.175,00
XS0499243300	CARREFOUR 4% 09/04/2020	0,00	900.000,00	100,00%	108,93%	980.370,00	116,37%	1.047.348,00
FR0010394478	CARREFOUR SA 4,375% 11/2/2016	0,00	800.000,00	100,00%	101,40%	811.220,00	106,89%	855.112,00
FR0000499113	CFF6,125 02/15	0,00	2.500.000,00	100,00%	111,07%	2.776.750,00	100,76%	2.518.875,00
XS0288139610	CITIGROUP EISDA10+ 8BP 03/17	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,83%	2.495.655,37	99,93%	2.498.300,00
FR0010844423	CMCIC 3,125 0115	0,00	1.250.000,00	100,00%	102,35%	1.279.375,00	100,12%	1.251.500,00
FR0011077023	CMCIC 3,375 0716	0,00	1.000.000,00	100,00%	103,05%	1.030.500,00	104,52%	1.045.240,00
FR0010962670	CRH 2,6 04/16	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,39%	2.007.800,00	103,10%	2.062.020,00
FR0010945451	CRH 3,3% 23/09/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	109,65%	1.096.500,00	120,20%	1.201.950,00
FR0011213453	CRH 3,6% 08/03/2024	0,00	5.000.000,00	100,00%	113,04%	5.652.000,00	124,92%	6.246.050,00
FR0011178946	CRH 4% 17/06/2022	0,00	2.000.000,00	100,00%	118,26%	2.365.200,00	124,75%	2.495.040,00
DE000A1TN97	DAIMLER 2% 06/21	0,00	500.000,00	100,00%	97,68%	488.400,00	108,03%	540.130,00
XS0850057588	DTEL 2% 30/10/2019	0,00	3.200.000,00	100,00%	99,72%	3.190.912,00	107,67%	3.445.312,00
XS0875796541	DTEL 2,125% 18/01/2021	0,00	1.500.000,00	100,00%	98,20%	1.473.000,00	108,65%	1.629.735,00
XS0494953820	DTEL 4,25% 16/03/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	113,76%	1.137.550,00	118,38%	1.183.820,00
FR0011637586	EDF 2,25% 27/04/2021	0,00	400.000,00	100,00%	99,56%	398.244,00	109,41%	437.636,00
XS0253627136	ELM BV (SWISS REIN CO) 5,252% 5/25/2016	0,00	700.000,00	100,00%	100,15%	701.050,00	104,30%	730.065,00
XS0834643727	ENAGÁS 4,25% 05/10/2017	0,00	2.200.000,00	100,00%	103,28%	2.272.158,00	109,94%	2.418.724,00
XS0827692269	ENEL FIN 4,875% 11/03/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	107,96%	3.238.650,00	119,50%	3.584.940,00
IT0004794142	ENEL SPA 4,875% 20/02/2018	0,00	2.400.000,00	100,00%	105,50%	2.532.000,00	112,24%	2.693.808,00
XS0842659426	ENEL_FIN 4,875 17/04/2023	0,00	3.000.000,00	100,00%	98,93%	2.967.975,88	126,23%	3.786.750,00
XS0647298883	ENEL_FIN 5% 12/07/2021	0,00	2.300.000,00	100,00%	107,58%	2.474.450,00	124,42%	2.861.614,00

XS0452187916	ENEL_FIN 5% 14/09/2022	0,00	12.300.000,00	100,00%	106,56%	13.107.060,00	125,78%	15.470.694,00
IT0004576978	ENEL 3,5 02/16	0,00	4.700.000,00	100,00%	100,86%	4.740.250,00	103,31%	4.855.335,00
XS0695403765	ENEL 4,625 06/15	0,00	500.000,00	100,00%	99,81%	499.025,00	101,96%	509.795,00
XS0306644344	ENEL 5,25 06/17	0,00	1.800.000,00	100,00%	108,25%	1.948.500,00	111,39%	2.005.002,00
XS0996354956	ENI 2,625 22/11/2021	0,00	1.100.000,00	100,00%	99,96%	1.099.527,00	109,98%	1.209.802,00
IT0004760655	ENI 4,875 11/10/2017	0,00	2.000.000,00	100,00%	113,46%	2.269.100,00	111,61%	2.232.220,00
XS0411044653	ENI SPA 5% 1/28/2016	0,00	1.600.000,00	100,00%	101,74%	1.627.862,00	104,79%	1.676.624,00
XS0303426661	ESFG INTERNATIONAL LTD 5,753% 6/6/2017	0,00	1.250.000,00	100,00%	100,00%	1.250.000,00	0,00%	0,01
XS0940284937	FERROVIAL 3,375% 07/06/2021	0,00	2.100.000,00	100,00%	99,49%	2.089.350,00	113,17%	2.376.654,00
XS0879082914	FERROVIAL 3,375% 30/01/2018	0,00	700.000,00	100,00%	103,52%	724.640,00	107,91%	755.363,00
XS0483673132	FORTIS NED 4% 02/03/2015	0,00	500.000,00	100,00%	99,80%	499.000,00	100,30%	501.500,00
XS0541453147	FRANCE TEL 3,375% 16/09/2022	0,00	1.100.000,00	100,00%	105,90%	1.164.900,00	116,54%	1.281.907,00
FR0010245555	FRANCE TELECOM 3,625% 10/14/2015	0,00	2.500.000,00	100,00%	97,15%	2.428.850,00	102,59%	2.564.775,00
XS0500397905	FRTEL 3,875% 09/04/2020	0,00	2.500.000,00	100,00%	108,32%	2.708.000,00	116,10%	2.902.425,00
XS0365094811	FTEL 5,625% 22/05/2018	0,00	800.000,00	100,00%	118,57%	948.560,00	117,09%	936.728,00
XS0436928872	GAS NATURAL 6,375% 09/07/2019	0,00	400.000,00	100,00%	117,78%	471.120,00	124,74%	498.972,00
XS0479541699	GÁSN 4,125% 01/18	0,00	1.500.000,00	100,00%	101,23%	1.518.400,00	110,58%	1.658.730,00
XS0458748851	GÁSN 4,375 11/16	0,00	5.700.000,00	100,00%	101,50%	5.785.350,00	106,69%	6.081.102,00
XS0479542580	GÁSNAT 4,5% 27/01/2020	0,00	700.000,00	100,00%	103,56%	724.900,00	118,11%	826.763,00
XS0458749826	GÁSNAT 5,125% 02/11/2021	0,00	1.500.000,00	100,00%	111,32%	1.669.750,00	125,72%	1.885.830,00
XS0843300947	GÁSNAT CAP 4,125% 24/04/2017	0,00	1.500.000,00	100,00%	102,30%	1.534.460,00	108,17%	1.622.550,00
XS0914400246	GÁSNAT_FIN 3,875% 11/04/2022	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,72%	1.007.200,00	118,38%	1.183.830,00
XS0875343757	GÁSNAT_FIN 3,875% 17/01/23	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,14%	991.390,00	119,54%	1.195.390,00
XS0829360923	GÁSSM 6 27/01/2020	0,00	2.500.000,00	100,00%	112,83%	2.820.850,00	125,22%	3.130.525,00
XS0627188468	GÁSSM 5,375 05/19	0,00	2.700.000,00	100,00%	107,60%	2.905.270,00	119,90%	3.237.192,00
FR0010709279	GDF SUEZ 5,625% 1/18/2016	0,00	1.900.000,00	100,00%	99,98%	1.899.581,87	105,51%	2.004.747,00
FR0010709451	GDF_SUEZ 6,375% 18/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	128,40%	1.284.000,00	133,41%	1.334.120,00
XS0284727814	GOLDMAN SACHS GROUP INC 4,5% 1/30/2017	0,00	1.000.000,00	100,00%	98,40%	983.998,95	108,22%	1.082.240,00
XS0255243064	GOLDMAN SACHS GROUP INC 4,723% 23/05/2016	0,00	1.200.000,00	100,00%	92,25%	1.107.030,00	100,03%	1.200.408,00
XS0221011454	HANNOVER FINANCE SA 5% 6/1/2015	0,00	1.650.000,00	100,00%	96,26%	1.588.207,50	101,49%	1.674.585,00
ES0345784013	HIPO HIPO-8 A2 15/3/2038	0,00	767.970,25	100,00%	99,55%	764.543,16	97,02%	745.111,15
XS0233988004	HSBC FINANCE CORP 3,75% 11/4/2015	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,47%	1.004.662,50	102,84%	1.028.370,00
ES0414954166	IBERCAJA 3,50% 04/15	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,63%	2.490.650,00	100,87%	2.521.800,00
XS0879869187	IBERDROLA 3,5% 01/01/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	102,44%	1.024.400,00	114,48%	1.144.780,00
XS0494868630	IBERDROLA 4,125% 23/03/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,59%	1.075.900,00	116,65%	1.166.470,00
XS0362224841	IBERDROLA FINANZAS SAL 5,625% 5/9/2018	0,00	1.500.000,00	100,00%	100,48%	1.507.237,50	116,44%	1.746.600,00
XS0940711947	Iberdrola International 2.875 11/11/2020	0,00	5.200.000,00	100,00%	99,38%	5.167.540,00	110,71%	5.757.076,00
XS0693855750	IBESM 4,75 01/16	0,00	500.000,00	100,00%	99,68%	498.410,00	104,50%	522.520,00
XS0767977811	IBESM 4,25 10/18	0,00	5.900.000,00	100,00%	109,39%	6.454.164,00	113,13%	6.674.847,00
IT0004839251	ISPIM 3,25 28/04/2017	0,00	2.000.000,00	100,00%	104,25%	2.085.000,00	106,39%	2.127.780,00
IT0004889421	ISPIM 3,375% 24/01/2025	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,00%	990.025,00	121,02%	1.210.150,00
IT0004872328	ISPIM 3,625% 03/12/2022	0,00	1.400.000,00	100,00%	103,75%	1.452.535,00	120,95%	1.693.272,00
IT0004839046	ISPIM 5 27/01/2021	0,00	2.100.000,00	100,00%	112,55%	2.363.550,00	125,67%	2.639.133,00
IT0004690126	ISPIM4.375 0816	0,00	4.900.000,00	100,00%	105,37%	5.163.025,00	106,01%	5.194.588,00
IT0004852189	ISPM 3,75% 09/2019	0,00	5.000.000,00	100,00%	103,56%	5.177.820,00	115,26%	5.763.000,00
ES0224244063	MAPFRE SA 5,921% 7/24/2037	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,58%	2.489.500,00	107,30%	2.682.525,00
XS0281902550	MERRILL LYNCH SA LUX 1/30/2017	0,00	1.200.000,00	100,00%	100,00%	1.200.000,00	98,85%	1.186.236,00
XS0969350999	MRDGF 3,779% 11/09/2018	0,00	2.000.000,00	100,00%	103,35%	2.067.000,00	110,01%	2.200.100,00
XS0440279338	NATIONAL AUSTRALIA BANK 4,75% 07/15/2016	0,00	1.600.000,00	100,00%	103,63%	1.658.016,00	106,88%	1.710.016,00
XS0432810116	NOVART 4,25 0616	0,00	2.500.000,00	100,00%	100,62%	2.515.550,00	105,72%	2.642.900,00
ES0413790231	POPSM 3,75% 22/01/2019	0,00	10.300.000,00	100,00%	100,11%	10.311.150,00	112,08%	11.544.034,00
ES0413790074	POPSM 4,125 0418	0,00	13.600.000,00	100,00%	103,66%	14.097.310,00	111,33%	15.140.880,00
ES0413790173	POPSM 4.125 0317	0,00	1.400.000,00	100,00%	100,53%	1.407.480,00	108,05%	1.512.742,00
ES0413790017	POPULAR 4 10/16	0,00	1.400.000,00	100,00%	99,31%	1.390.340,00	106,15%	1.486.030,00
XS0478074924	RABOBANK 4,125% 01/14/2020	0,00	3.000.000,00	100,00%	114,75%	3.442.575,00	117,36%	3.520.710,00
XS0240383603	RABOBANK NEDERLAND 3,375% 1/18/2016	0,00	2.500.000,00	100,00%	98,74%	2.468.384,75	103,14%	2.578.600,00
XS0935803386	REESM 2.375 31/05/2019	0,00	2.500.000,00	100,00%	97,81%	2.445.150,00	106,92%	2.673.100,00
XS0876289652	REESM 3.875% 25/01/2022	0,00	300.000,00	100,00%	103,20%	309.600,00	119,02%	357.045,00
XS0718395089	REP 4,25 2016	0,00	3.500.000,00	100,00%	100,61%	3.521.250,00	104,04%	3.641.400,00
XS0933604943	REPSOL 2,625% 28/05/2020	0,00	2.400.000,00	100,00%	97,95%	2.350.870,00	106,62%	2.558.904,00

XS0831370613	REPSOL 4,375% 02/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,65%	996.540,00	110,69%	1.106.850,00
XS0733696495	REPSOL 4,875% 19/02/2019	0,00	3.000.000,00	100,00%	112,46%	3.373.900,00	115,25%	3.457.410,00
XS0905797113	RIC_BANQUE 2,875% 22/01/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	106,23%	1.062.300,00	106,38%	1.063.770,00
ES0413860323	SABSN 3,375% 23/01/2018	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,82%	1.008.200,00	108,66%	1.086.600,00
XS0291652203	SANTANDER ISSUANCES 3/23/2017	0,00	5.200.000,00	100,00%	91,77%	4.771.817,25	99,45%	5.171.608,00
XS0301945860	SHELL INTERNATIONAL FIN 4,625% 5/22/2017	0,00	1.050.000,00	100,00%	102,18%	1.072.904,15	110,25%	1.157.625,00
XS0829183614	SNAM SPA 3,875% 19/03/2018	0,00	600.000,00	100,00%	106,10%	636.600,00	109,86%	659.136,00
FR0011001684	SOCGEN 4,25% 03/02/2023	0,00	1.700.000,00	100,00%	117,67%	2.000.430,00	128,54%	2.185.248,00
XS0498717163	SOCGEN 3 03/15	0,00	1.000.000,00	100,00%	98,78%	987.800,00	100,30%	1.002.960,00
XS0618909807	SOCGEN 4 4/16	0,00	500.000,00	100,00%	103,97%	519.855,00	104,78%	523.915,00
FR0011056126	SOCSFH 3,25 06/16	0,00	2.000.000,00	100,00%	101,66%	2.033.200,00	104,43%	2.088.580,00
BE0002169358	SOLVAY S.A.5% 6/12/2015	0,00	1.800.000,00	100,00%	101,02%	1.818.290,00	102,05%	1.836.828,00
XS0853682069	SRGIM 3.5 13/02/2012	0,00	1.000.000,00	100,00%	101,33%	1.013.346,21	112,32%	1.123.230,00
XS0416848363	STATOILHYDRO ASA 4.375% 3/11/2015	0,00	1.200.000,00	100,00%	99,83%	1.198.003,24	100,74%	1.208.892,00
XS0934042549	TEF 2,736 05/19	0,00	1.000.000,00	100,00%	100,00%	1.000.000,00	108,46%	1.084.590,00
XS0907289978	TEF 3,961% 26/03/2021	0,00	3.000.000,00	100,00%	100,10%	3.002.900,00	117,61%	3.528.150,00
XS0874864860	TEF 3.987% 23/01/2023	0,00	6.500.000,00	100,00%	100,18%	6.511.500,00	119,63%	7.776.145,00
XS0828012863	TEF_EMISAU 5,811 05/09/17	0,00	2.500.000,00	100,00%	104,86%	2.621.500,00	113,77%	2.844.200,00
XS0462999573	TEF 4.693 11/19	0,00	700.000,00	100,00%	108,82%	761.740,00	118,34%	828.394,00
XS0842214818	TELEF 1,71% 20/01/2020	0,00	6.100.000,00	100,00%	104,60%	6.380.575,00	118,90%	7.252.778,00
XS0540187894	TELEFO 3,661 08/17	0,00	800.000,00	100,00%	92,00%	736.000,00	108,15%	865.216,00
XS0746276335	TELEFO 4.797 21/02/18	0,00	1.500.000,00	100,00%	105,60%	1.584.000,00	112,87%	1.693.005,00
XS0241946630	TELEFONICA EMISIONES SAL 4,375% 2/2/2016	0,00	3.707.000,00	100,00%	99,20%	3.677.321,00	104,16%	3.861.285,34
XS0419264063	TELEFONICA EMISIONES SAL 5.496% 4/1/2016	0,00	1.500.000,00	100,00%	100,00%	1.500.000,00	106,16%	1.592.385,00
XS0292607701	TELSTRA CORP LTD. 4.75% 3/21/2017	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,67%	2.491.670,00	109,74%	2.743.525,00
XS0605214336	TERNA 4,75% 15/03/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	115,11%	1.151.100,00	122,85%	1.228.450,00
XS0747771128	TERNA SPA 4.125 17/02/2017	0,00	6.000.000,00	100,00%	102,79%	6.167.590,00	107,63%	6.457.560,00
XS0794393396	TITIM 6,125% 14/12/2018	0,00	422.000,00	100,00%	112,65%	475.383,00	114,58%	483.510,72
IT0004533896	UBI Banca 3.625% 23/09/2016	0,00	2.000.000,00	100,00%	99,47%	1.989.320,00	105,69%	2.113.800,00
XS0359388690	UBS 6 04/18/18	0,00	3.000.000,00	100,00%	114,79%	3.443.700,00	118,04%	3.541.230,00
IT0004932619	UCIM 1,875% 31/01/2019	0,00	4.000.000,00	100,00%	101,64%	4.065.480,00	105,80%	4.231.880,00
IT0004957137	UCIM 2,625% 31/10/2020	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,68%	2.013.600,00	111,65%	2.232.900,00
IT0004887078	UCIM 2,75% 31/01/2020	0,00	2.000.000,00	100,00%	100,90%	2.018.000,00	111,13%	2.222.600,00
IT0004846793	UCIM 4 01/18	0,00	8.000.000,00	100,00%	103,30%	8.264.210,94	110,90%	8.872.240,00
XS0754588787	UCIM 4.875 03/17	0,00	2.500.000,00	100,00%	99,49%	2.487.125,00	108,50%	2.712.450,00
IT0004760341	UCIM 5 31/10/21	0,00	3.750.000,00	100,00%	103,56%	3.883.319,50	128,14%	4.805.250,00
IT0004734429	UCIM 4.25 07/18	0,00	3.000.000,00	100,00%	105,60%	3.168.037,50	113,58%	3.407.460,00
IT0004689433	UCIM 5.25 04/23	0,00	1.000.000,00	100,00%	107,62%	1.076.165,00	134,24%	1.342.350,00
IT0004547409	UNICREDIT SPA 4,375% 01/31/2022	0,00	3.000.000,00	100,00%	99,43%	2.983.020,00	124,96%	3.748.650,00
FR0000474983	VEOLIA ENVIRONNEMENT 5,375% 5/28/2018	0,00	1.650.000,00	100,00%	109,82%	1.812.085,00	116,65%	1.924.675,50
XS0803479442	SNAM SPA 4.375% 11/07/2016	0,00	500.000,00	100,00%	107,38%	536.920,00	105,79%	528.970,00
XS0169888558	VODAFONE GROUP PLC 5% 6/4/2018	0,00	2.500.000,00	100,00%	103,96%	2.599.037,50	115,02%	2.875.425,00
XS0479869744	VODAFONE 4,65 01/22	0,00	1.000.000,00	100,00%	122,87%	1.228.680,00	123,07%	1.230.730,00
XS0304458051	VODAF. 5,375%	0,00	1.000.000,00	100,00%	128,27%	1.282.740,00	128,22%	1.282.230,00
XS0974877150	GLENORE 3.375 30/09/20	0,00	500.000,00	100,00%	112,54%	562.700,00	111,17%	555.865,00
XS0742446700	EE_FINANCE 3.5 06/02/2017	0,00	1.500.000,00	100,00%	106,25%	1.593.750,00	105,64%	1.584.585,00
XS0413494500	TOBACCO 8,375% 17/02/2016	0,00	1.800.000,00	100,00%	112,50%	2.025.000,00	108,70%	1.956.510,00
XS0412443052	VOLKSWAGEN INTL FIN NV 7% 2/9/2016	0,00	2.500.000,00	100,00%	114,86%	2.871.578,50	107,26%	2.681.575,00
XS0873793375	VW 2% 14/01/2020	0,00	1.000.000,00	100,00%	99,14%	991.400,00	107,38%	1.073.760,00
XS0909788290	VW 2% 26/03/2021	0,00	1.000.000,00	100,00%	97,22%	972.200,00	108,02%	1.080.160,00
XS0329479728	WPP FINANCE SA 5,25% 1/30/2015	0,00	1.100.000,00	100,00%	99,98%	1.099.786,81	100,33%	1.103.597,00
...								
	<b>sub-total</b>		<b>423.296.970,25</b>			<b>435.513.474,69</b>		<b>469.139.388,07</b>
221	<b>sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>624.038.970,27</b>			<b>655.375.601,26</b>		<b>707.104.994,04</b>
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável							
	2.2.2.1 - Ações							
...								
	<b>sub-total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>		<b>0,00</b>
	2.2.2.2 - Títulos de participação							
...								

		sub-total						
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
IE00B1TQ1R92	GREFF GLOBAL REAL ESTATE FOF A	18.474,92			79,30	1.465.108,83	90,41	1.670.298,72
DE0008007998	DEGI INTERNATIONAL	8.374,62			51,00	427.101,47	8,82	73.864,11
ES0133877003	EUROVALOR PARTIC VOLUMEN-I	108.649,34			92,04	10.000.000,00	93,47	10.155.453,80
IE00B06YB805	PREFP-PAN EUR REAL ESTATE-A	28.175,15			107,45	3.027.518,92	73,53	2.071.718,52
DE0008475070	ALLIANZ RCM INTERGLOBAL-A	284,01			155,29	44.103,83	225,86	64.146,34
DE000A0ETSR6	DEGI GLOBAL BUSINESS	5.982,29			100,30	599.995,11	10,87	65.027,47
FR0010654913	AMUNDI ETF EURO	2.120,00			48,05	101.870,17	59,97	127.125,80
	<b>sub-total</b>	<b>172.060,32</b>	<b>0,00</b>			<b>15.665.698,33</b>		<b>14.227.634,76</b>
	2.2.2.4 - Outros							
	...							
222	<b>sub-total</b>	<b>172.060,32</b>	<b>0,00</b>			<b>15.665.698,33</b>		<b>14.227.634,76</b>
221+222	<b>total</b>	<b>172.060,32</b>	<b>624.038.970,27</b>			<b>671.041.299,59</b>		<b>721.332.628,80</b>
	<b>3 - TOTAL GERAL</b>	<b>4.233.880,83</b>	<b>914.898.970,27</b>			<b>956.866.620,16</b>		<b>1.046.869.221,17</b>



**Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**  
Companhia de Seguros Allianz Portugal

# Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

Em conformidade com a legislação em vigor, no cumprimento do disposto nos estatutos da ALLIANZ PORTUGAL, S.A. e no mandato que nos foi conferido, vem este Conselho Fiscal apresentar o seu relatório sobre a ação desenvolvida e emitir o seu parecer sobre a informação e as demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício de 2014, que lhe foram apresentados para apreciação pelo Conselho de Administração.

## 1. Atuação do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal acompanhou a atividade e os negócios da Empresa, nomeadamente através da apreciação dos documentos e registos contabilísticos, da leitura das atas do Conselho de Administração e da sua Comissão Executiva e da consulta e análise de outra documentação conexas, no sentido de apreciar o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor. O Conselho Fiscal procedeu ainda à realização de testes e outros procedimentos de validação e verificação, com a profundidade que julgou adequada às circunstâncias.

No âmbito da sua ação, o Conselho Fiscal manteve contatos regulares com membros da Comissão Executiva e do Conselho de Administração, bem como com os diversos serviços da Empresa, em particular, com o Dr. Luís Ferreira.

De acordo com as disposições estatutárias, o Conselho Fiscal procedeu a reuniões trimestrais, tendo ainda mantido outros contatos pontuais, sempre que as circunstâncias o justificaram, independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros, no âmbito da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da evolução da Empresa e sua participada, quer no tocante à sua situação financeira, quer ao desenrolar das operações por mercado geográfico e por áreas de negócio, quer na apreciação da evolução do modelo de organização da empresa, cotejando os instrumentos previsionais de gestão com a execução alcançada.

Manteve, também, durante todo o exercício, as adequadas informações por parte do Revisor Oficial de Contas, simultaneamente Auditor Externo.



Foram pelo Conselho analisadas as contas individuais do exercício de 2014 e o correspondente anexo, que a empresa elaborou em conformidade com o normativo contabilístico aplicável.

O Conselho Fiscal acompanhou ainda, naturalmente, o processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido devidamente verificado o respetivo perímetro de consolidação. Relativamente à empresa que integra o perímetro de consolidação localizada em Portugal, foram apreciados os respetivos relatórios e pareceres emitidos pelos seus órgãos de fiscalização em conformidade com as disposições legais e estatutárias que lhe são aplicáveis.

## 2. Relatório de Gestão

Numa exposição desenvolvida e completa, o Conselho de Administração da ALLIANZ dá-nos conta do que foi a evolução do Grupo no exercício de 2014 ano em que, em termos globais, se teve de continuar a enfrentar alguma instabilidade dos mercados financeiros e uma estagnação da economia na zona Euro. De facto, embora o PIB da zona Euro tenha invertido o ritmo de decréscimo verificado desde o início a crise financeira de 2008, os ritmos de crescimento atuais (inferiores a 1%) não permitem ainda assumir um cenário de recuperação económica. Portugal acompanhou esta tendência com um crescimento do PIB na ordem dos 0,9%.

Simultaneamente, a taxa de desemprego em Portugal no final do ano de 2014, embora tenha reduzido para os 13,4% (valor que compara com os 15,2% verificados em 2013), manteve-se em níveis muito elevados cerca de 2 p.p. acima da taxa média da zona euro.

Por outro lado, e embora o ritmo de crescimento tenha diminuído significativamente, o sector segurador português continuou a registar um acréscimo no volume de prémios (9,1% que compara com os 20,1% registados em 2013). Este crescimento assenta fundamentalmente no Ramo Vida que registou um acréscimo de 12,9% face ao ano anterior.

No segmento Não Vida, e pelo quarto ano consecutivo, ocorreu um decréscimo de produção que atingiu os 0,2%. De referir, contudo, que este resultado constitui uma melhoria significativa quando comparada com os dados referentes aos dois exercícios anteriores em que o decréscimo foi de 3,2% e 3,5%, respetivamente.

O resultado líquido do exercício de 2014 situou-se nos €20.040.581,06, inferior em 33,2% ao verificado em 2013. Esta evolução negativa resultou, essencialmente, da desaceleração dos resultados do negócio Não Vida.



No que mais concretamente respeita à atividade seguradora da Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A., verificou-se um crescimento de 3,9% face ao ano anterior. Este crescimento foi inferior aos valores do mercado que, na totalidade, cresceu 9,1%, impulsionado, à semelhança do que sucedeu no ano anterior, pelo negócio Vida.

O aumento do volume de prémios da empresa distribuiu-se pelos segmentos Vida e Não Vida na proporção de 6,3% e 2,1%, respetivamente. Em termos comparativos, o crescimento no ramo Vida ficou abaixo do mercado, que cresceu 12,9%, enquanto o ramo Não Vida apresenta um crescimento superior ao mercado (-0,2%).

No que se refere ao stock de apólices, a Companhia teve um crescimento de 1,2% em comparação com o ano anterior. O aumento no Ramo Não Vida foi de 2,7% e em Vida registou-se uma redução de (-3,4%).

Ao nível da margem de solvência, o rácio atingiu no final do ano de 2014 o valor de 269,46% que compara com o valor de 267,53% referente a 2013.

Ao nível da margem de solvência, o rácio atingiu, no final do ano de 2013, o valor de 267,53% que compara com o rácio de 264,01% no ano de 2012. Este aumento assenta na evolução positiva dos mercados financeiros que beneficiaram as reservas de reavaliação da empresa e por consequência do capital disponível.

De salientar ainda o nível dos Capitais Próprios que totalizam €267,348 M€, o que constitui uma diminuição de (-6,579M€) face ao ano anterior. Tal diminuição justifica-se, sobretudo, devido à diminuição dos resultados líquidos e aos pagamentos de dividendos realizados no ano de 2014.

### **3. Demonstrações Financeiras Individuais**

Foram pelo Conselho analisadas devidamente as demonstrações financeiras individuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as quais compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados, por naturezas e funções, a demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente anexo, elaboradas pelo Conselho de Administração, em conformidade com o normativo contabilístico aplicável, como acima referimos.

A proposta de aplicação de resultados, apresentada pelo Conselho de Administração enquadra-se nas disposições legais e estatutárias aplicáveis.

### **4. Demonstrações Financeiras Consolidadas**

O Conselho Fiscal procedeu à análise das demonstrações financeiras consolidadas que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações consolidadas dos resultados, a demonstração consolidada dos rendimentos e gastos reconhecidos, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, elaborados pelo Conselho de Administração. Existe uma aderência dos princípios contabilísticos usados na sua preparação e apresentação com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia, bem como a observância dos preceitos legais e estatutários em vigor.

## 5. Conclusões

O Conselho Fiscal tomou conhecimento da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual emitido pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, com o qual manifesta a sua concordância, e que não apresenta qualquer reserva nem ênfase.

No desempenho das nossas funções, não nos deparámos com aspetos que violem as normas legais e estatutárias, nem que afetem materialmente a imagem verdadeira e apropriada da situação financeira dos resultados e dos fluxos de caixa, quer no âmbito individual, quer no conjunto das empresas compreendidas na consolidação.

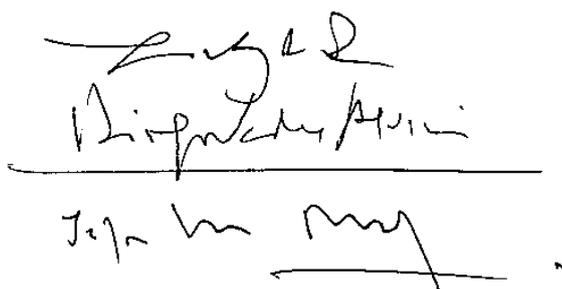
Avalia-se, também, de forma positiva o trabalho desenvolvido pelo ROC e pelo Auditor Externo, continuando cada vez mais consistente o seu relacionamento com o Conselho Fiscal.

Em resultado do trabalho desenvolvido somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:

- O Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014;
- A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal expressa finalmente o seu agradecimento ao Conselho de Administração, em particular à sua Comissão Executiva, e aos diversos responsáveis e demais colaboradores da Empresa com quem teve a oportunidade de contactar.

Lisboa, 12 de Março de 2015



Rui Miguel Pereira



Certificação Legal das Contas  
Companhia de Seguros Allianz Portugal

# Certificação Legal das Contas



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.251.735.443 euros, e um total de capital próprio atribuível aos accionistas da Sociedade de 267.367.739 euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas de 20.038.710 euros), as Demonstrações dos resultados consolidados, do rendimento integral consolidado, das variações do capital próprio consolidado e dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação das demonstrações financeiras das Empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
  - a verificação das operações de consolidação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da **Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar n.º 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar n.º 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar n.º 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 3 de Março de 2015

**KPMG & Associados**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

[www.allianz.pt](http://www.allianz.pt)

Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A.  
R. Andrade Corvo, 32  
1069-014 Lisboa  
Telefone: +351 213 165 300  
Telefax: +351 213 165 570  
e-mail: [info@allianz.pt](mailto:info@allianz.pt)  
Capital Social €39.545.400  
CRC Lisboa 2977  
Pessoa Coletiva 500 069 514

**Allianz** 